

RedePrev

**RELATÓRIO
ANUAL
2014**

ABERTURA

1. INTRODUÇÃO

A Diretoria Executiva da RedePrev – Fundação Rede de Previdência, em cumprimento às disposições estatutárias, apresenta o Relatório Anual de Informações (RAI) relativo às atividades desenvolvidas no exercício de 2014 acompanhado do Balanço Patrimonial e respectivas demonstrações contábeis e financeiras, bem como dos pareceres do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Atuário e Auditores Independentes.

Pela primeira vez, o RAI é disponibilizado em formato online, navegável e dinâmico. A mudança foi motivada pela Instrução Previc nº 13, que desobrigou as Entidades Fechadas de Previdência Complementar de enviarem por meio impresso este documento aos participantes, reduzindo, assim, custos administrativos com impressão e postagem. Contudo, para os que desejarem uma cópia impressa para arquivo pessoal, uma versão para impressão está disponível para download no item "Encerramento".

Na oportunidade, e, em nome de toda a equipe da RedePrev, externamos os nossos agradecimentos a todos pela confiança depositada nesta administração, em especial ao apoio dos Patrocinadores e dos membros do Conselho Deliberativo e Fiscal da Fundação, além dos membros do Comitê Consultivo, que contribuíram de forma decisiva na tarefa de fazer da RedePrev uma instituição cada vez mais saudável e em condições de cumprir sua missão.

2. MENSAGEM DA DIRETORIA

Para que possamos analisar a *performance* dos investimentos da RedePrev em 2014, é preciso lembrar primeiro o que ocorreu no exercício de 2013.

2013

A melhor palavra para definir o que ocorreu no Brasil nesse ano, chama-se “**crise**”.

Motivos:

- Alta na taxa Selic;
- Inflação se manteve em patamares elevados, mesmo com represamento de reajustes em determinados setores;
- Desempenho fraco do PIB.

Esses fatores acima citados são alguns exemplos do que gerou desconfiança dos investidores estrangeiros em relação ao Brasil. O discurso governamental não se traduziu em medidas efetivas para o controle de gastos públicos, a reforma ministerial não visou eficiência e sim apenas acomodações políticas visando às eleições presidenciais de 2014.

A RedePrev fechou o exercício com 17,74% dos seus recursos garantidores investidos em renda variável.

O Ibovespa amargou uma rentabilidade negativa de 15,50%, com oito meses do ano rodando no vermelho.

2014

Em 2014 o cenário doméstico não foi tão diferente: inflação no teto da meta e baixo crescimento; pleno emprego e indústria demitindo; e isso para ficar apenas no Brasil, sem nos aprofundarmos nos acontecimentos globais que afetaram o fluxo de investimentos, como a expectativa de subida da taxa de juro americana, o caso Rússia/Criméia, o preço do petróleo despencando, os ajustes no crescimento da China e a dinâmica ruim de crescimento europeu.

Os movimentos atípicos da curva de juros e a volatilidade do mercado acionário no Brasil foram apenas um reflexo do acima descrito.

Para ilustrar a análise em 30/12/2013 o Ibovespa fechou a 51.507 pontos, e ao final do ano de 2014 o mesmo índice estava em 50.007 pontos fechando em (-2,91%), porém em 02/09/14 atingiu 61.895 (+20,17%). Uma gangorra entremeada com outros miniciclos de altas e baixas entre essas datas (Alta volatilidade). Enquanto isso outros índices do mercado de renda fixa rodaram no período a 10,81% (CDI). No mês de janeiro de 2014 a bolsa de valores teve forte recuo, os títulos públicos marcados a mercado se desvalorizaram, o indexador IPCA foi aquém das expectativas de marcação dos ativos indexados ao IPCA. O somatório desses fatos gerou uma *performance* negativa nos planos da RedePrev.

O começo de 2014 foi difícil, a partir de fevereiro, o mercado de renda fixa mostrou uma recuperação com a queda das taxas de juros de longo prazo. Quando a taxa de retorno do título cai, o valor do papel, que se move em direção contrária, sobe. Mesmo assim, apesar da rentabilidade negativa ocorrida em janeiro, em decorrência da volatilidade dos títulos públicos e uma bolsa negativa em 7,51% e ainda, devido uma inflação medida pelo INPC/IBGE acumulado nos 6 primeiros meses do ano, na ordem de 3,79%, o primeiro semestre de 2014 fechou positivo, apesar dos planos não conseguirem alcançar a meta atuarial de 6,60% (INPC + 5,5% ao ano) no mesmo período.

A recuperação do valor dos títulos ainda não foi suficiente para equilibrar as perdas, porém, melhorou a situação, ou seja, deu um fôlego para a RedePrev quando olhamos para o horizonte de longo prazo.

A RedePrev, fez algumas mudanças importantes na estratégia de alocação dos seus investimentos no ano de 2014, para neutralizar a volatilidade. Alterou a forma de gestão dos investimentos em Renda Fixa e Renda Variável, passando do processo de segregação virtual (UNIFUNDO) para segregação Real (MULTIFUNDO) que caracteriza uma gestão individualizada dos recursos por plano de benefícios, indicando que os ativos não estão mais investidos de forma coletiva. Outra mudança foi à implantação do estudo de ALM – Asset *Liability Management* (Gerenciamento de Ativo e Passivo), realizado pela RiskOffice. Face o resultado do estudo, a fundação vendeu os títulos marcados a mercado (NTN-B e NTN-C) e comprou NTN-B's com diversas datas de vencimento e com marcação na curva, quando a taxa bateu em média 6%, a fundação aproveitou para comprar esses papéis, melhorando o retorno, tirando a volatilidade e alongando a sua carteira de títulos públicos. Além disso, reduzimos no segundo semestre de 2014, nossa exposição em bolsa fechando o ano de 2014 com apenas 7,58% dos nossos recursos garantidores em renda variável. Mesmo assim, o índice negativo de 2,90% no período, produziu reflexos na rentabilidade dos planos de benefícios.

Agora, além de esses títulos serem carregados até o vencimento, a RedePrev promoveu o alongamento da carteira, com a troca dos papéis de vencimentos em 2014 e 2015 por outros de 2030, 2040 e 2050. E é o conjunto destas estratégias em toda a carteira de investimento que nos trouxe um resultado muito melhor que o de 2013. Praticamente triplicamos a rentabilidade em 2014 em comparação a 2013.

A rentabilidade patrimonial média consolidada em 2014, dos seis planos de benefícios previdenciários administrados pela REDEPREV, calculada pelo método da valorização da cota, resultou em uma taxa nominal de 9,38%. A referida taxa, descontada a meta atuarial no mesmo período de 12,07% (INPC + 5,5% a.a.), resultou em uma taxa de rentabilidade real líquida de -2,69%, abaixo da referida meta, fechando o ano com 86,77% do CDI “benchmark” adotado pela Fundação.

Começamos 2015 com o desafio de ultrapassar a *performance* alcançada nos investimentos em 2014. Fechamos o ano de 2014 com um aumento em nosso patrimônio apesar da transferência em junho/14 dos Planos Celpa BD-I e Celpa BD-II para a Fascemar. Em 2014, a rentabilidade acumulada do Plano Celpa-OP foi de 10,60%, a do Plano Cemat-OP foi de 9,34% e a do Plano Elétricas-OP foi de 9,61% ante a meta de 12,07%, e um CDI de 10,81%.

Tais números foram superiores à rentabilidade mediana das outras entidades fechadas de previdência complementar, que foi de 8,50%, segundo relatório da empresa Risk Office. O cenário econômico em 2014 não foi dos melhores e atingir uma *performance* razoável é motivo de comemoração, sobretudo porque sabemos que colhemos frutos de ações estratégicas de gestão de investimentos desenvolvidas nesse exercício.

3. RETROSPECTIVA 2014

O ano de 2014 foi atípico para a RedePrev, que precisou realizar a transferência dos planos da Celpa para outra Fundação devido à aquisição da referida Patrocinadora pela Equatorial Energia S/A, além de ter que atuar com ainda mais cautela na gestão dos investimentos para driblar a crise econômica do país. Acompanhe, a seguir, os principais destaques do exercício.

CONSELHEIROS DELIBERATIVOS TOMAM POSSE E DIRETORIA SOFRE MUDANÇAS

Após conclusão do processo seletivo em 12/2013, em janeiro tomaram posse os novos membros do Conselho Deliberativo, cujo mandato deve se encerrar em 05/01/2018. Já em setembro, Luciana Ribeiro Malhado foi indicada como a nova Diretora de Benefícios da Fundação, substituindo Itamar Ribeiro de Magalhães Souza e Júnior, e André Bolonha Fiúza de Mello passou a acumular duas diretorias (Presidência e Diretoria Financeira). Os mandatos de ambos também devem encerrar-se em 07/10/2016.

ALM E SEGREGAÇÃO REAL DOS INVESTIMENTOS POR PLANO

Com a implantação do estudo de ALM – *Asset Liability Management* (Gerenciamento de Ativo e Passivo), realizada pela consultoria RiskOffice, a Fundação decidiu pela segregação da gestão da carteira de investimentos por Plano - antes realizada em conjunto. Assim, foi proporcionado um melhor desempenho no resultado das aplicações, tendo em vista a possibilidade da alocação dos recursos em determinados segmentos mais compatíveis com perfil e características de cada Plano.

REDUÇÃO NAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Com a retirada da Patrocinadora Celpa, o que irá gerar uma diminuição da receita das contribuições para a cobertura das despesas administrativas da RedePrev em 2015, a Fundação já promoveu em 2014, uma redução de 14,31% nas despesas administrativas.

CRIAÇÃO DO COMITÊ CONSULTIVO

O Conselho Deliberativo aprovou em setembro de 2014, a extinção do Comitê de Investimentos como órgão deliberativo e criou em seu lugar o Comitê Consultivo disciplinado em regimento próprio para cada Plano de Benefícios, nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da RedePrev.

REVISÃO DO PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA-OP PARA DISTRIBUIÇÃO DE SUPERÁVIT

Para distribuição do superávit constituído no Celpa-OP, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Redeprev em 13/02/2014, a revisão do referido Plano foi realizada sob a forma de benefício temporário, à luz dos artigos 20, III, e 24, da Resolução CGPC nº 26/2008. O valor atribuído aos participantes ativos foi creditado no fundo “F”, criado especificamente para esta finalidade e contabilizado pelo regime de quotas patrimoniais para pagamento em prestação única, por ocasião da concessão da Renda Mensal ou opção pelos institutos do Resgate ou Portabilidade. Já para os assistidos e pensionistas em gozo de Renda Vitalícia ou Financeira, os valores individuais foram pagos em 4 (quatro) prestações mensais e sucessivas (em 27/02/2014, 27/03/2014, 29/04/2014 e 29/05/2014), atualizadas da mesma forma, pelo regime de quotas patrimoniais, a título de benefício temporário. A parcela atribuível a CELPA foi mantida no Plano e contabilizada em conta específica, com o objetivo de satisfazer as contribuições normais futuras, até o esgotamento do saldo.

TRANSFERÊNCIA DE GERENCIAMENTO – PLANOS CELPA

- **PLANO CELPA BD-I e CELPA BD-II**

Em decorrência da aquisição por parte da Equatorial Energia S.A., do controle acionário da patrocinadora Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, esta comunicou à REDEPREV, a sua decisão de transferir a gestão dos Planos de Benefícios CELPA BD-I (CNPB 1982.0006-19) e CELPA BD-II (CNPB 1997.0004-74), administrados pela REDEPREV - Fundação de Previdência Complementar, para a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, com data-base de 30 de setembro de 2013.

Em 22 de novembro de 2013, o Conselho Deliberativo da RedePrev aprovou, através de reunião extraordinária, a transferência do gerenciamento dos planos de benefícios patrocinados pela CELPA (CELPA BD-I e CELPA BD-II) da REDEPREV para a FASCEMAR, tendo a REDEPREV protocolado o processo junto a PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar em 27 de janeiro de 2014.

Através das Portarias Nº 200 e 201, de 14 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 17 de abril de 2014, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC resolveu aprovar a transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios Celpa BD-I e Celpa BD-II, da REDEPREV para a FASCEMAR.

A efetiva transferência de gerenciamento dos referidos planos ocorreu em 01 de julho de 2014.

- **PLANO CELPA-OP E PARTE CINDIDA DO PLANO DE RISCO**

A patrocinadora Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, comunicou à REDEPREV, a sua decisão de transferir a gestão do Plano de Benefícios CELPA OP (CNPB 2000.0004-11) e da parte do Plano de Risco (CNPB 2006.0066-65), administrados pela REDEPREV - Fundação de Previdência Complementar, para a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, com data-base de 31 de janeiro de 2014.

Em 13 de fevereiro de 2014, o Conselho Deliberativo da REDEPREV aprovou, através de reunião extraordinária, a transferência de gerenciamento do Plano Celpa-OP e a cisão/transferência do Plano de RISCO, (parcela referente aos participantes ativos e assistidos da CELPA), da REDEPREV para a FASCEMAR, tendo a REDEPREV protocolado o processo junto a PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar em 02 de setembro 2014.

Através do Ofício 3046/CGTR/DITEC/PREVIC de 26/09/2014 – Plano Celpa-OP e Ofício 3232/CGTR/DITEC/PREVIC de 15/10/2014 – Plano-R, a PREVIC solicitou algumas exigências para dar continuidade na análise do processo de cisão e transferência dos planos. A REDEPREV protocolizou junto à PREVIC em 19/12/2014 Plano-R e em 22/12/2014 Plano Celpa-OP novos processos em atendimento as exigências apontadas.

Através do Ofício 197/CGTR/DITEC/PREVIC de 28/01/2015 – Plano Celpa-OP, e, Ofício 222/CGTR/DITEC/PREVIC de 29/01/2015 – Plano-R, a PREVIC apontou novas exigências para conclusão da análise do processo de cisão e transferência dos referidos planos para a FASCEMAR.

Em 02/04/2015, a RedePrev protocolizou novamente junto à PREVIC, os processos do Plano Celpa-OP e Plano-R, atendendo as exigências apontadas.

ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PLANO CEMAT-OP

Através da Portaria Nº 379, de 23 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União Nº 140, de 24 de julho de 2014, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC aprovou a alteração do Regulamento do Plano Cemac-OP, CNPB Nº 1998.0067-19.

A alteração consiste na inclusão dos Artigos 82 a 88, que tem como objetivo facultar a conversão da Renda Mensal Vitalícia em Renda Mensal Financeira, aos assistidos e beneficiários que entraram em gozo do benefício da Renda Mensal Vitalícia no período de 01/01/1999 a 26/11/2009, período anterior à introdução da Renda Mensal Financeira no regulamento do referido Plano.

O quadro comparativo e o texto consolidado do Regulamento do Plano Cemat-OP, com as alterações em destaque, foram disponibilizados para consulta no site da RedePrev www.redeprev.com.br.

ATENDIMENTO AO PLEITO DA AFACE PARA CONVERSÃO DE RMV EM RMF

A RedePrev atendeu ao pedido da Associação dos Aposentados da Cemat (AFACE), realizando a alteração no Regulamento do Plano Cemat-OP e implementando em novembro, para aqueles que fizeram a opção, a conversão da Renda Mensal Vitalícia (RMV) em Renda Mensal Financeira (RMF), após a campanha de esclarecimento realizada de agosto a outubro com palestra, hotsite, cartas e simulações de benefícios. 111 assistidos em Renda Vitalícia optaram pela conversão para a Renda Financeira.

MUDANÇA NA ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Para driblar a crise econômica, a Fundação optou pela venda dos títulos marcados a mercado (NTN-B e NTN-C) e compra de NTN-B's com diversas datas de vencimento e marcação na curva; reduziu a exposição em Bolsa, fechando o ano com apenas 7,58% dos recursos garantidores em Renda Variável; e alongou sua carteira, com a troca dos papéis de vencimentos em 2014 e 2015 por outros em 2030, 2040 e 2050.

ESTUDO DE ADERÊNCIA

Em atendimento a Resolução CGPC nº 18/2006 e Instrução nº 7/2013 a Diretoria Executiva aprovou em 26/02/2015 o Estudo Técnico de aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adotadas na avaliação atuarial às características da massa de participantes e assistidos vinculados aos planos de benefícios administrados pela RedePrev, bem como, Estudo Técnico da rentabilidade projetada dos investimentos e ao fluxo de receitas e despesas. De acordo com a Instrução Normativa nº 07, artigo 5º, parágrafo 2º, o AETQ da RedePrev aprovou as informações técnicas referentes aos investimentos para o estudo de aderência e adequação da taxa real de juros, que foi desenvolvido pela consultoria Risk Office. Baseado no atestado do AETQ e nos estudos técnicos realizados pela ETAA – Atuária Magda Tsuê e pela Risk Office, a Diretoria Executiva da RedePrev aprovou os estudos técnicos de aderência às hipóteses biométricas, demográficas, econômicos e financeiras utilizados nas avaliações atuariais dos planos de benefícios Cemat BD-I, Elétricas BD-I, Celpa-OP, Cemat-OP, Elétricas-OP e Plano-R, os quais demonstraram que a carteira de cada plano de benefícios apresenta fluxo de caixa suficiente para cumprir todas as obrigações durante o período projetado para pagamento dos benefícios.

Conforme relatório de conclusão desta análise, ficou constatado que a *duration* da carteira de ativos é inferior ao prazo médio dos passivos dos Planos (conforme demonstrado no quadro abaixo), bem como, a carteira de investimentos de cada plano apresenta retorno superior à taxa de juros real de referência (5,50%) pelo prazo da *duration* do passivo.

PLANOS	DURATION DO ATIVO (EM ANOS)	DURATION DO PASSIVO (EM ANOS)
CELPAs OP	8,93	18,22
CEMAT BDI	7,35	8,52
CELPAs OP	8,93	18,22
CEMAT BDI	7,35	8,52
CEMAT BDI	7,35	8,52
CEMAT BDI	7,35	8,52

Os Estudos Técnicos de aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adotadas na avaliação atuarial foram aprovados pelos Conselhos Fiscal e Deliberativo da RedePrev.

DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO

O Déficit atuarial corresponde à insuficiência de recursos para cobertura de compromissos dos Planos de Benefícios. Os Déficits apresentados nos planos Elétricas BD-I, Elétricas-OP, Cemat BD-I e Cemat-OP e Plano

de Risco são de grande parte de natureza conjuntural, devido a um cenário macroeconômico desfavorável nos exercícios de 2013 e de 2014.

Quanto ao Plano de Risco, a REDEPREV encaminhou a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, juntamente com o processo de transferência de cisão parcial e transferência de gerenciamento do Plano de Risco o estudo atuarial para equacionamento do déficit técnico e estudo de viabilidade econômico-financeiro, tendo em vista que o resultado deficitário surgido em 2013 foi em razão da alteração da taxa real anual de juros de 5,75%a.a para 5,50%a.a e da rentabilidade dos ativos não ter superado a meta atuarial.

Já para o Plano Elétricas-OP, as Patrocinadoras deverão efetuar contribuições extraordinárias no decorrer de 2015, conforme Parecer Atuarial e Contrato de Amortização do Déficit Técnico.

Para o Plano Cemat-OP, o Conselho Deliberativo aprovou a utilização do Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar, a ser realizado em abril/2015, o que reduzirá significativamente o déficit do plano. Em relação aos Planos Elétricas BD-I e CEMAT BD-I, a entidade no decurso do exercício de 2015, estará monitorando o valor do Déficit Técnico tomando as ações necessárias, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio do plano de benefícios.

4. EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PARTICIPANTES

A RedePrev encerrou o exercício de 2014 com um total de 7.195 participantes. Desse total, 1.093 são assistidos recebendo benefícios e 6.102 ativos. A seguir apresentamos quadro demonstrativo do número de participantes:

	2014
ATIVOS	6.102
ASSISTIDOS	1.093
Aposentados	822
Pensionistas	271
TOTAL	7.195

INSTUTICIONAL

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A RedePrev é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), sem fins lucrativos e multipatrocinada, cuja principal atividade consiste em instituir, administrar e executar planos de benefícios previdenciários, voltados para os empregados e dirigentes das empresas patrocinadoras.

REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CONSTITUIÇÃO: 24 de outubro de 2003, através da Portaria MPS/SPC Nº. 47.

CNPJ: 06.056.449/0001-58

O Estatuto da REDEPREV foi alterado em 01/10/2008, através da Portaria SPC nº 2.545.

Filiada:

- Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP
- Sindicato Nacional de Entidades Fechadas de Previdência Complementar – SINDAPP
- Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS

Localização da Sede:

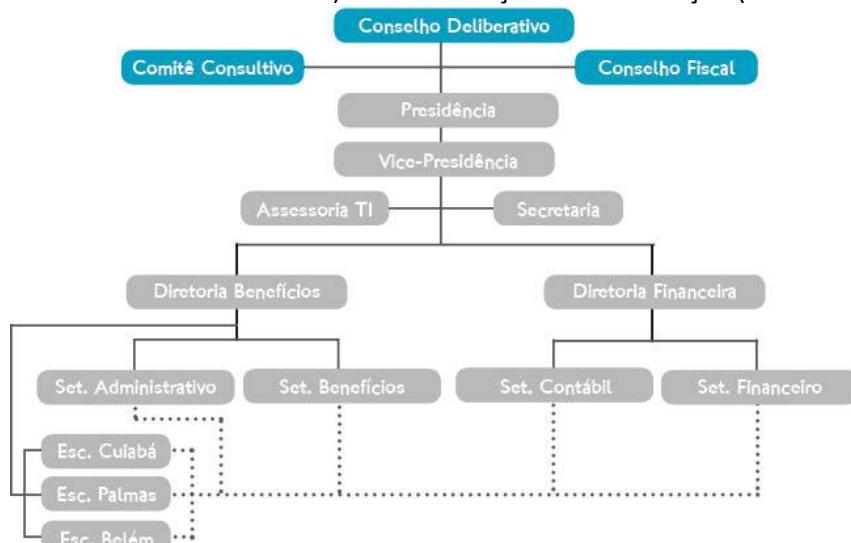
Rua Teixeira, 467 – Taboão - Bragança Paulista - SP – CEP: 12916-084 – Fone: (11) 4481-9600.

Localização dos Escritórios:

- Quadra 104 Norte, Rua NE 11, s/n, Lote 18 Conj.04 Sala 02, Plano Diretor Norte - Palmas / TO – CEP:77.006-030 – Fone: (63) 3219-5036.
- Av.General Valle, 321, 7º Andar Sala 706 -Edifício Marechal Rondon - Bandeirantes – Cuiabá / MT – CEP: 78.010-020 – Fone: (65) 3624-7750.
- Rua Dom Alberto Galdêncio Ramos, 64 – Bairro Nazaré – Belém / PA – CEP: 66.035-140 – Fone: (91) 3242-7799.

5.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Estrutura Organizacional da RedePrev, apresentada no organograma abaixo, privilegia a funcionalidade e a eficiência administrativa. O Conselho Deliberativo, instância que define e determina o caminho a ser trilhado pela administração, está no topo de uma pirâmide que cuida da execução das suas determinações (Presidência e demais setores administrativos) e da fiscalização desta execução (Conselho Fiscal).



5.2. CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da REDEPREV cabendo-lhe, principalmente, fixar os objetivos, diretrizes fundamentais e orientações gerais de organização, operação e administração.

O Conselho Deliberativo é composto por 6 (seis) membros efetivos e respectivos suplentes, assegurado aos Participantes e Assistidos, no mínimo, 1/3 (um terço) das vagas, as quais serão preenchidas da seguinte forma:

- 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes designados pelos Patrocinadores Fundadores;
- 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente designados pelos demais patrocinadores;
- 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente escolhidos pelas Comissões de Participantes, como representantes dos Participantes da REDEPREV; e
- 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente escolhidos pelas Comissões de Participantes, como representantes dos Assistidos da REDEPREV.

MEMBROS	CONDICÃO	REPRESENTAÇÃO	ESTATUTO
A – Efetivos			
1 – Milton Henriques de Carvalho Filho	Presidente/Membro Efetivo	Patrocinador CEMAT	Art. 24, Inc. I
2 – Kelly Patricia de Souza	Membro Efetivo	Patrocinador REDE ENERGIA	Art. 24, Inc. I
3 – Filipe Diniz Lima Sotero	Membro Efetivo	Patrocinador CELPA	Art. 24, Inc. I
4 – Moisés Carlos Tozze	Vice-Presidente/ Membro Efetivo	Demais Patrocinadores	Art. 24, Inc. II
5 – Jamerson Abreu de Sousa	Membro Efetivo	Participantes	Art. 24, Inc. III
6 – Arlindo Antonio Napolitano	Membro Efetivo	Assistidos	Art. 24, Inc. IV
B – Suplentes			
1 – Ana Carolina R de Oliveira Azeredo	Membro Suplente	Patrocinador CEMAT	Art. 24, Inc. I
2 –	Membro Suplente	Patrocinador REDE ENERGIA	Art. 24, Inc. I
3 – Leonardo da Silva L Tavares de Lima	Membro Suplente	Patrocinador CELPA	Art. 24, Inc. I
4 – José Ramalho Júnior	Membro Suplente	Demais Patrocinadores	Art. 24, Inc. II
5 – Jefferson José do Nascimento	Membro Suplente	Participantes	Art. 24, Inc. III
6 – Hermilia Figueiredo L Ferreira	Membro Suplente	Assistidos	Art. 24, Inc. IV

5.3. CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da REDEPREV cabendo-lhe, principalmente, zelar por sua gestão econômico-financeira. O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, assegurado aos Participantes e Assistidos, no mínimo, 1/3 (um terço) das vagas, as quais serão preenchidas da seguinte forma:

- 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente designados pelos Patrocinadores Fundadores;
- 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente designados pelos demais patrocinadores; e
- 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente escolhidos pelas Comissões de Participantes, como representantes dos Participantes e Assistidos da REDEPREV, alternadamente.

MEMBROS	CONDIÇÃO	REPRESENTAÇÃO	ESTATUTO
A – Efetivos			
1 – Carolina Andrade Cassim	Presidente/ Membro Efetivo.	Patrocinadores Fundadores	Art. 44, Inc. I
2 – Daniel Machado	Membro Efetivo	Demais Patrocinadores	Art. 44, Inc. II
3- Antonio Cézar Incrocci	Membro Efetivo	Assistidos	Art. 44, Inc. III
B – Suplentes			
1 – Izabel Corina de O. Carvalho	Membro Suplente	Patrocinadores Fundadores	Art. 44, Inc. I
2 –	Membro Suplente	Demais Patrocinadores	Art. 44, Inc. II
3 – Célio Furrier	Membro Suplente	Assistidos	Art. 44, Inc. III

5.4. DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria-Executiva é o órgão de administração geral da REDEPREV cabendo-lhe, precípuamente, cumprir e fazer cumprir as diretrizes fundamentais e normas legais e gerais baixadas pelo Conselho Deliberativo, dentro dos objetivos por ele fixados.

A Diretoria-Executiva é composta por 4 (quatro) membros designados pelo Conselho Deliberativo, para os seguintes cargos:

- Diretor Presidente;
- Diretor Vice-Presidente;
- Diretor de Benefícios; e
- Diretor Financeiro.

MEMBROS	CARGO	ESTATUTO	MANDATO
1 – André Bolonha Fiuza de Mello	Diretor Presidente	Art. 34, Inc. I	07/10/2016
2 – Mauro Chaves de Almeida	Diretor Vice-Presidente	Art. 34, Inc. II	07/10/2016
3 – Luciana Ribeiro Malhado	Diretora de Benefício	Art. 34, Inc. III	07/10/2016
4 – André Bolonha Fiuza de Mello	Diretor Financeiro	Art. 34, Inc. IV	07/10/2016

5.5. COMITÊ CONSULTIVO DOS PLANOS ELÉTRICAS, CEMAT e RISCO

MEMBROS	CARGO	ESTATUTO	MANDATO
1 – André Bolonha Fiuza de Mello	Membro	Diretoria da RedePrev	31/08/2017
2 – Cláudio Brandão	Membro	Patrocinadores dos Planos	31/08/2017
3 – Jordanno Bruno Nicoletta dos Santos	Membro	Patrocinadores dos Planos	31/08/2017

5.6. EQUIPE DE COLABORADORES

SEDE - BRAGANÇA PAULISTA – SP

- **ASSESSORIA TI**
Allyrio Sleiman Ali Zeitoun
- **SECRETÁRIA**
Lucy Mara de Paula Kikuchi

- **SETOR DE CONTABILIDADE**
João Bosco Maciel de Moraes Filho
Luiz Carlos Gonçalves
Luciane Aparecida Lopes de Moraes
- **SETOR FINANCEIRO**
André Luis de Melo
Mauro Martins
Luciana Campos Moreira Pinto
- **SETOR DE ADMINISTRAÇÃO**
Vânia Gomes Barboza
Fernanda Roberta de Araujo
- **SETOR DE BENEFÍCIOS**
Edílson Henrique Ercolini
Bruna Vassoler Ferreira
Wagner Pereira

ESCRITÓRIO – BELÉM/PA

- Peter Barbosa Foro

ESCRITÓRIO – CUIABÁ/MT

- Carolina Souza Leite
- Anita Teodoro de Oliveira Moraes

ESCRITÓRIO – PALMAS/TO

- Rosana da Conceição Henderson Gordo

6. PLANOS DE BENEFÍCIOS

SITUAÇÃO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS EM 31/12/2014

Plano	Ativo Total	Obrigações	Ativo Líquido	Provisão Matemática	Provisão Matemática Benefício Definido	Equilíbrio Técnico Superávit / Déficit	% Sup/Def do BD	Límite Insuf. 10% Res. CGPC n° 26/2008	Fundos Previdenciais	Resultado	Índice de Solvência
Elétricas BD-I	74.192.634	809.548	73.383.086	70.723.956	70.723.956	-3.812.733	-5,39%	-7.072.396	6.471.863	2.659.130	103,76%
Elétricas-OP	129.535.775	1.583.158	127.952.617	127.654.479	46.652.094	-6.290.297	-13,48%	-4.665.209	6.588.436	298.138	100,23%
CELPA-OP	139.471.058	1.941.611	137.529.447	126.344.598	10.444.482	1.706.524	16,34%	-1.044.448	9.478.323	11.184.849	108,85%
Cemat BD-I	45.846.566	439.306	45.407.260	46.413.753	46.413.753	-5.019.625	-10,81%	-4.641.375	4.013.132	-1.006.493	97,83%
Cemat-OP	180.305.096	1.925.323	178.379.773	173.641.388	73.019.400	-7.048.288	-9,65%	-7.301.960	11.786.674	4.738.385	102,73%
Plano-R	46.489.758	2.550.008	43.939.750	47.189.562	47.189.562	-8.367.560	-17,73%	-4.718.956	5.117.749	-3.249.812	93,11%
Total	615.840.887	9.248.954	606.591.933	591.967.736					43.456.177	14.624.197	102,47%
Plano ADM	4.816.392	4.816.392	0	0					0	0	-
Dp. Comuns	-4.539.812	-4.539.812	0	0					0	0	-
Total Geral	616.117.487	9.525.534	606.591.933	591.967.736					43.456.177	14.624.197	102,47%

Após o fechamento do balancete de **Dezembro/2014**, a situação econômico-financeira e atuarial dos planos de benefícios administrados pela RedePrev é a seguinte: Quatro planos de benefícios previdenciários apresentam Índice de Solvência acima de 100%, o que significa dizer que o Ativo Líquido Previdencial desses planos é suficiente para cobrir as Reservas Matemáticas totais de Benefícios Concedidos e de Benefícios à Conceder, e, dois planos de benefícios apresentam índice de solvência abaixo de 100%. No consolidado, para R\$ 591,9 milhões em compromissos (Provisão Matemática /Exigível Atuarial), temos R\$ 606,5 milhões de Patrimônio Líquido, gerando um excedente patrimonial de R\$ 14,6 milhões - Índice de Solvência consolidado de 102,47%.

6.1. PLANO CELPA BD-I

Instituído em 30/07/1982 e estruturado na forma de Benefício Definido, o Plano de Benefícios CELPA BD-I está bloqueado a novas adesões de Participantes desde 01/01/1998, quando foi instituído um novo plano de benefícios denominado Plano de Benefícios CELPA BD-II.

Os benefícios assegurados por este Plano são:

- Complementação da aposentadoria por invalidez;
- Complementação da aposentadoria por idade;
- Complementação da aposentadoria por tempo de contribuição;
- Complementação da aposentadoria especial;
- Complementação da pensão por morte; e
- Complementação do Abono Anual.

Quadro de Participantes e Assistidos

Plano Celpa BD-I	06/2014*	2013
Total	297	298
Participante	0	0
Ativo	0	0
Autopatrocinado	0	0
BPD	0	0
Aguardando Benefício /Prazo Opcão	0	0
Aposentado	255	257
Pensionista	42	41

(*) O gerenciamento do Plano de Benefícios CELPA BD-I foi transferido para a FASCEMAR, em 01/07/2014.

6.2. PLANO CELPA BD-II

Instituído em 01/01/1998 e estruturado na forma de Benefício Definido, o Plano de Benefícios CELPA BD-II está bloqueado a novas adesões de Participantes desde 01/04/2000, quando foram instituídos 2 (dois) novos planos, Plano Básico de Benefícios III e Plano Optativo.

Os benefícios assegurados por este Plano são:

- Complementação da aposentadoria por invalidez;
- Complementação da aposentadoria por idade;
- Complementação da aposentadoria por tempo de contribuição;
- Complementação da aposentadoria especial;
- Benefício Proporcional Diferido;
- Complementação da pensão por morte; e
- Complementação do Abono Anual;

Quadro de Participantes e Assistidos

Plano Celpa BD-II	06/2014*	2013
Total	313	314
Ativo	10	10
Ativo	10	10
Autopatrocínado	0	0
BPD	0	0
Aguardando Benefício /Prazo Opção	0	0
Aposentado	168	169
Pensionista	135	135

(*) O gerenciamento do Plano de Benefícios CELPA BD-II foi transferido para a FASCEMAR, em 01/07/2014.

6.3. PLANO CELPA OP

Instituído em 01/04/2000, o Plano de Benefícios CELPA-OP é um plano é contributivo e executado de forma indissociável do Plano de Benefícios “R” da REDEPREV.

Os benefícios assegurados por este Plano são:

- Renda Mensal, com reversão aos beneficiários, conforme opção manifestada no ato do requerimento, entre as seguintes alternativas:
 - Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de Contribuição Variável; ou
 - Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de Contribuição Definida.
- Pecúlio por Invalidez ou Morte.

Quadro de Participantes e Assistidos

Plano Celpa OP	2014	2013
Total	2.222	1.820
Ativo	1.875	1.755
Ativo	1.853	1.712
Autopatrocínado	10	3
BPD	8	24
Aguardando Benefício /Prazo Opção	4	16
Aposentado	298	64
Pensionista	49	1

6.4. PLANO CEMAT BD-I

Instituído em 01/01/1994 e estruturado na forma de Benefício Definido, o Plano de Benefícios CEMAT BD-I está bloqueado a novas adesões de Participantes desde 31/12/1998, quando foram instituídos 2 (dois) novos planos, Plano Básico de Benefícios II e Plano Optativo.

Os benefícios assegurados por este Plano são:

- Complementação da aposentadoria por invalidez;
- Complementação da aposentadoria por tempo de contribuição;
- Complementação da aposentadoria por idade;
- Complementação da aposentadoria especial;
- Benefício Proporcional Diferido;
- Complementação da pensão por morte; e
- Complementação do Abono Anual.

Quadro de Participantes e Assistidos

Plano Cemac BD-I	2014	2013
Total	144	144
Ativo	3	3
Ativo	3	3
Autopatrocinado	0	0
BPD	0	0
Aguardando Benefício /Prazo Opção	0	0
Aposentado	91	91
Pensionista	50	50

6.5. PLANO CEMAT OP

Instituído em 01/01/1999, o Plano de Benefícios CEMAT-OP é um plano é contributivo e executado de forma indissociável do Plano de Benefícios “R” da REDEPREV.

Os benefícios assegurados por este Plano são:

- Renda Mensal, com reversão aos beneficiários, conforme opção manifestada no ato do requerimento, entre as seguintes alternativas:
 - Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de Contribuição Variável; ou
 - Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de Contribuição Definida.
- Pecúlio por Invalidez ou Morte.

Quadro de Participantes e Assistidos

Plano Cemac OP	2014	2013
Total	2.222	2.281
Ativo	1.875	1.954
Ativo	1.853	1.938
Autopatrocinado	10	9
BPD	8	6
Aguardando Benefício /Prazo Opção	4	1
Aposentado	298	285
Pensionista	49	42

6.6. PLANO ELÉTRICAS BD-I

Instituído em 01/08/1986 e estruturado na forma de Benefício Definido, o Plano de Benefícios ELÉTRICAS BD-I encontrando-se bloqueado a novas adesões de Participantes desde 31/12/1998, quando foram instituídos 02 (dois) novos planos, Plano Básico de Benefícios II e o Plano Optativo.

Os benefícios assegurados por este Plano são: Suplementação da aposentadoria por tempo de contribuição;

- Suplementação da aposentadoria por idade;
- Suplementação da aposentadoria especial;
- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação do auxílio-doença;
- Benefício Proporcional Diferido;
- Suplementação do Abono Anual;
- Suplementação da pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

Quadro de Participantes e Assistidos

Plano Elétricas BD-I	2014	2013
Total	356	362
Ativo	14	20
Ativo	12	16
Autopatrocínado	2	3
BPD	0	1
Aguardando Benefício/Prazo Opção	0	0
Aposentado	221	227
Pensionista	121	115

6.7. PLANO ELÉTRICAS OP

Instituído em 01/01/1999, o Plano de Benefícios ELÉTRICAS-OP é um plano contributivo e executado de forma indissociável do Plano de Benefícios "R" da REDEPREV.

Os benefícios assegurados por este Plano são:

- Renda Mensal, com reversão aos beneficiários, conforme opção manifestada no ato do requerimento, entre as seguintes alternativas:
 - Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de Contribuição Variável; ou
 - Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de Contribuição Definida.
- Pecúlio por Invalidez ou Morte.

Quadro de Participantes e Assistidos

Plano Elétricas OP	2014	2013
Total	2.605	2.617
Ativo	2.539	2.559
Ativo	2.508	2.532
Autopatrocínado	5	10
BPD	18	15
Aguardando Benefício/Prazo Opção	8	2
Aposentado	65	57
Pensionista	1	1

6.8. PLANO R

O Plano de Benefícios R obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento através da Portaria Nº 880, de 12/01/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS.

O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R (instituído em 01/04/2000), CEMAT-R (instituído em 01/01/1999) e ELÉTRICAS-R (instituído em 01/01/1999), cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade.

Os benefícios assegurados por este Plano são:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação do auxílio-doença;
- Suplementação da pensão por morte;
- Suplementação do Abono Anual; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado exclusivamente e de forma solidária pelas Patrocinadoras e pelos Participantes Autopatrocínados.

Quadro de Participantes e Assistidos

Planos-R	2014	2013
Total	6.207	6.348
Ativo	6.085	6.232
Aposentado	73	72
Pensionista	49	44

6.9. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) possui regulamento próprio, em conformidade com a legislação pertinente. A REDEPREV adota a gestão compartilhada dos recursos administrativos registrados no PGA entre os planos de benefícios previdenciais, significando que a destinação de sobras das fontes de custeio em relação aos gastos administrativos, bem como à remuneração dos recursos e a utilização do fundo administrativo, não serão individualizados por plano de benefícios previdenciais administrados pela entidade.

A REDEPREV registra nas demonstrações contábeis dos planos de benefícios, a parcela equivalente à sua participação no fundo administrativo registrado no PGA. O critério de participação do fundo administrativo, será proporcional ao número de participantes e assistidos dos respectivos planos de benefícios.

CUSTO DA GESTÃO

Com base em relatórios e na documentação suporte, apuramos os custos de investimentos com a gestão dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios e os custos administrativos do exercício de 2013, os quais apresentamos no quadro abaixo e estão de acordo com os níveis praticados pelo mercado.

Item I - Despesas com as carteiras de investimentos

Discriminação	2014	%	2013	%	Valores em R\$ Mil
Custódia	301	6,92	117	2,72%	
Taxa de Administração	3.550	81,63	3.877	89,91%	
Cetip / Selic / CBLC	150	3,45	31	0,71%	
Análise dos Investimentos	64	1,47	84	1,94%	
Sistemas de Controle	183	4,21	127	2,95%	
Análise de Riscos	78	1,79	61	1,41%	
Auditória de Gestão	23	0,53	15	0,35%	
Despesas com Investimentos	4.349	100,00	4.312	100,0%	

Item II - Despesa com pessoal, discriminadas entre despesa com Diretoria, Conselhos, Pessoal próprio e Terceirizados.

Discriminação	2014	%	2013	%	Valores em R\$ Mil
Despesas com Pessoal	2.071	61,2	2.360	63,00	
Pessoal Próprio	1.242	36,7	1.402	37,40	
Diretoria	829	24,5	958	25,60	
Conselhos	0,0	0,0	0	0,00	
Terceirizados	0,0	0,0	0	0,00	
Despesa Administrativa Total	3.383	100,0	3.745	100,00	

Item III - Critérios e indicadores utilizados para o pagamento de remuneração variável de cada cargo, quando houver, considerando participação nos resultados, bônus, e outras formas de remuneração por resultados.

O critério de Bonificação utilizado pela Fundação é realizado anualmente através de um processo de Avaliação de Desempenho individual, previsto no Plano de Cargos e Salários. A avaliação leva em consideração habilidades e competências individuais, tais como: Trabalho em equipe/interpessoal; Comunicação; Organização; Conhecimento técnico/funcional/normativo; Foco no cliente; Iniciativa; Capacidade de entrega; Automotivação; Ética e confidencialidade; Liderança; Capacidade de decisão; Perspicácia do negócio; e, Estratégia e visão do futuro. O valor da bonificação é pago em parcela única no mês de Junho, conforme previsto em Acordo Coletivo de Trabalho.

Item IV - Despesas com prestadores de serviços de atuária, auditoria externa, assessoria jurídica e outras consultorias.

Discriminação	2014	%	2013	%	Valores em R\$ Mil
Despesas com Prestadores de Serviços	650	19,2	667	17,8%	
1. Sistemas de Informática	235	6,9	245	6,6%	
2. Consultoria Jurídica	153	4,5	185	4,9%	
3. Consultoria Atuarial	123	3,6	117	3,1%	
4. Serviços de Limpeza	49	1,4	45	1,2%	
5. Publicidade e Propaganda	31	0,9	29	0,8%	
6. Gestão/Planejamento Estratégico	27	0,8	26	0,7%	
7. Auditoria Contábil	31	0,9	20	0,5%	
8. Serviços de Segurança	1	0,0	1	0,0%	
Despesa Administrativa Total	3.383	100,0	3.745	100,0%	

*Despesas divulgadas em atendimento ao parágrafo único do Art. 17 da Resolução CGPC nº 13/2004 e Resolução CGPC nº 23/2006 e Instrução Previs nº 13 de 12 de novembro de 2014.

INVESTIMENTOS

7. GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

A REDEPREV faz gestão própria de parte dos ativos e possui ainda gestores para a parcela da carteira terceirizada, ou seja, Fundos de Investimentos. Estes gestores são avaliados semestralmente, através de análises desenvolvidas por consultores contratados pela REDEPREV.

A gestão entre os segmentos tem por objetivo a busca do equilíbrio entre as aplicações dos recursos e as obrigações previdenciais da Fundação. Para tanto, é feito anualmente estudo do fluxo atuarial que tem como objetivo a gestão da alocação entre os segmentos de investimento. Com isto, define-se a alocação para busca ou superação da meta atuarial, traduzida pela rentabilidade gerada pela variação do INPC - IBGE + 5,5% de taxa de juros ao ano. A Política de Investimentos descreve a filosofia e as práticas de investimentos utilizados pela RedePrev na gestão dos recursos de cada plano de benefícios por ela administrados. A entidade considera crucial adotar um planejamento que defina as diretrizes de preservação e de ampliação dos recursos dos planos de benefícios por ela administrados, por meio de processo de investimento prudente e consistente com os objetivos, políticas e estratégias de longo prazo.

7.1. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos é um conjunto de normas e diretrizes voltadas à orientação e direcionamento da gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas, fundos e provisões destinadas aos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, elaborada, no mínimo, anualmente pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo da entidade.

Embora esta Política tenha uma perspectiva de longo prazo, ela deverá ser revisada, no mínimo, anualmente objetivando incorporar as mutações conjunturais da economia, bem como as mutações qualitativas dos passivos atuariais, cujos reflexos influenciam diretamente nas estratégias e objetivos da gestão dos ativos de investimentos, neste caso, garantidores dos planos de benefícios administrados pela REDEPREV.

Assim, a vigência desta proposta de Política de Investimentos, compreende o período entre 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2019, sendo que deverá ser revista anualmente, e, se for o caso, adequada até o final de cada exercício.

Este documento além de atender a Resolução do CMN nº 4.275, de 31 de outubro de 2013, que altera alguns pontos da Resolução do CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, além da própria Resolução do CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, visa, sobretudo, definir as estratégias da REDEPREV quanto à gestão dos recursos garantidores dos planos por ela administrados, dando-lhes ciência dos objetivos almejados e das ações a serem desempenhadas para alcançá-los, refletindo a seriedade e transparência na gestão dos recursos patrimoniais dos planos de benefícios.

A Política de Investimentos ora proposta descreve a filosofia e as práticas de investimentos utilizados pela REDEPREV na gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios por ela administrados. A entidade considera crucial adotar um planejamento que defina as diretrizes de preservação e de ampliação dos recursos dos planos de benefícios por ela administrados, por meio de um processo de investimento prudente e consistente com os objetivos, políticas e estratégias de longo prazo.

A aplicação dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas dos Planos de Benefícios da REDEPREV tem como meta uma melhor combinação entre risco e retorno dos seus investimentos e, uma melhor estrutura patrimonial, visando atender as exigências legais e atuariais.

As diretrizes aqui definidas, que entram em vigor em 1º de janeiro de 2015, contemplam todos os itens previstos no Capítulo V da Resolução CMN nº 3.792/2009 – “Da Política de Investimento” e todos os itens previstos na nova Resolução do CMN nº 4.275, de 31 de outubro de 2013. O documento foi elaborado tendo em vista um horizonte de 60 meses, conforme estabelece a Resolução CGPC nº 7, de 04 de dezembro de 2003.

Abaixo apresentamos um quadro resumo da Política de Investimento, aprovada para o exercício de 2015 pelo Conselho Deliberativo, na 23ª Reunião Ordinária realizada em 01/12/2014.

Quadro Resumo da Política de Investimento dos Planos de Benefícios administrados pela RedePrev para 2014 – Res. 3.792/2009 e Res. 4.275/2013

Alocação dos Recursos	PLANOS BD's		PLANOS OP's	
	Margem de Alocação		Margem de Alocação	
	Mínima (%)	Máxima (%)	Mínima (%)	Máxima (%)
1 - Renda Fixa	0	100	0	100
2 - Renda Variável	0	20	0	40
3 - Investimentos Estruturados	0	5	0	10
4 - Investimentos no Exterior	0	5	0	5
5 - Imóveis	0	8	0	8
6 - Empréstimo e Financiamentos	0	15	0	15



Política de Investimentos

1. Entidade Fechada de Previdência Complementar : REDEPREV - Fundação Rede de Previdência
2. Exercício: 2014
3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembleia : 23ª Reunião Extraordinária, dia 01/12/2014.
4. Plano de Benefício: Celpa-OP; Cemat- BDI; Cemat- OP; Elétricas- BDI; Elétricas- OP; Plano de Benefícios "R" e PGA.
5. Meta Atuarial dos Planos de Benefícios Celpa, Cemat e Elétricas: Indexador – INPC - Taxa de Juros - 5,5% a.a - Plano de Risco, Taxa de juros 5,5% a.a.
6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado: ANDRÉ BOLONHA FIUZA DE MELLO
6.1. Renda Fixa:
6.2. Renda Variável:
6.3. Investimentos Estruturados:
6.4. Investimentos no Exterior:
6.5. Imóveis:
6.6. Empréstimos e Financiamentos:
7. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes: <input checked="" type="checkbox"/> Meio Eletrônico <input type="checkbox"/> Impresso

QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA EFPC, SEGUNDO REGULAMENTO ANEXO À RESOLUÇÃO CMN nº 3.792/2009:

Alociação dos Recursos	8. Margem de Alocação		9. Diversificação
	Lim.Inf(%)	Lim.Sup(%)	
X.1 Renda Fixa	0,00	100,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.1.1 Carteira RF			
X.2 Renda Variável			
X.2.1 Carteira RV	0,00	40,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.3 Investimentos Estruturados			
X.3.1 Carteira Invest. Estruturados	0,00	10,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.4 Investimentos no Exterior			
X.4.1 Carteira Invest. Exterior	0,00	5,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.5 Imóveis			
X.5.1 Carteira de Desenvolvimento	0,00	0,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.5.2 Carteira de Aluguéis e Renda	0,00	8,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.5.3 Carteira de Fundos Imobiliários	0,00	0,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.5.4 Carteira de Outros Investimentos Imobiliários	0,00	0,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.6 Empréstimos e Financiamentos			
X.6.1 Carteira de Empréstimos a Participantes	0,00	15,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.6.2 Carteira de Financiamentos Imobiliários	0,00	0,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.

12. Objetivos da gestão

A gestão entre os segmentos tem por objetivo a busca do equilíbrio entre as aplicações dos recursos e as obrigações previdenciais da Fundação. Para tanto, é feito anualmente estudo do fluxo atuarial que tem como objetivo a gestão da alocação entre os segmentos de investimento. Com isto, define-se a alocação para busca ou superação da meta atuarial, traduzida pela rentabilidade gerada pela variação do INPC - IBGE + 5,5% de taxa de juros ao ano. A Política de Investimentos descreve a filosofia e as práticas de investimentos utilizados pela RedePrev na gestão dos recursos dos planos de benefícios por ela administrados. A entidade considera crucial adotar um planejamento que defina as diretrizes de preservação e de ampliação dos recursos dos planos de benefícios por ela administrados, por meio de processo de investimento prudente e consistente com os objetivos, políticas e estratégias de longo prazo.

Bragança Paulista-SP, 01 de dezembro de 2014.

Diretor Presidente: André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Financeiro: Wilson Kirschner Amarante

8. DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

8.1. COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES EM 31/12/2014

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	ÍNDICE	TOTais	
		%	R\$
RENDA FIXA		84,50	515.029.015,05
CDB - POS FIXADO		0,27	1.653.301,89
BICBANCO		0,27	1.651.853,47
SOFISA	IPCA	2,13	12.984.666,98
DPGE		19,94	121.538.987,85
DPGE - BCU [NBCB]	CDI	1,20	7.334.414,55
DPGE - BMGBM	CDI	2,75	16.775.226,85
DPGE - TRICURY	CDI	2,26	13.760.236,78
DPGE - DACASA	CDI	-	-
DPGE - OMNI	CDI	-	-
DPGE - PRIMUS	CDI	-	-
DPGE - BONSUCESSO	CDI	1,92	11.686.321,87
DPGE - MERC BR	IPCA	3,54	21.567.545,46
DPGE - STVT	CDI	1,78	10.871.454,75
DPGE - MODAL	IPCA	1,56	9.508.704,25
DPGE - SOFISA	CDI	2,49	15.175.490,86
DPGE - CARUANA	CDI	2,10	12.806.650,23
DPGE - SCHAHIN	IPCA	-	-
DPGE - ARBI	CDI	0,34	2.052.944,25
LETRA FINANCEIRA		6,81	41.496.881,20
LETRA FINANCEIRA - ABC	CDI/IPCA	1,81	11.037.789,23
LETRA FINANCEIRA - BNP	CDI	1,35	8.199.053,71
LETRA FINANCEIRA - BRADESCO	CDI	1,34	8.186.061,43
LFS - LETRA FINANCEIRA SUBORDINADA - ITAÚ	IPCA	0,88	5.384.572,88
LETRA FINANCEIRA - SAFRA	IPCA	1,43	8.689.403,95
DEBÊNTURES SIMPLES		5,76	35.095.311,66
BRADESPAR	CDI	1,40	8.537.050,25
CEMIG DIST	IGPM/IPCA	1,45	8.808.035,80
DUKE ENERGY	IPCA	1,65	10.043.764,76
TAAE	IPCA	1,26	7.706.460,85
TÍTULOS PÚBLICOS		28,29	172.451.837,25
NTN-B	IPCA	28,29	172.451.837,25
FUNDOS DE INVESTIMENTOS - RENDA FIXA		20,67	125.984.008,47
FUNDOS RENDA FIXA ÍNDICES		0,54	3.315.202,72
XP INFLAÇÃO FI RF LP		0,54	3.315.202,72
FUNDOS REFERENCIADOS DI		5,98	36.443.851,83
BRADESCO FIF PREMIUM DI		5,98	36.443.851,83
FUNDOS DE RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO		3,35	20.395.007,38
BNP ESMERALDA FIC RF		1,43	8.705.724,59
BTG PACTUAL EMISSÕES PRIMÁRIAS II		0,75	4.594.370,98
BRADESCO INST FIC CP		0,51	3.089.551,54
VINCI FIRF IMOB CP LP		0,66	4.005.360,27
FUNDOS MULTIMERCADO		10,80	65.829.946,84
ACTIVE FIX IB MM FI		5,00	30.473.722,55
ITÁU INS MM JR MOEDA		2,76	16.798.004,92
BRADESCO FIM PLUS I		1,89	11.495.657,95
PLURAL CAPITAL FIC MM		1,16	7.062.561,42
FIDC		0,36	2.172.164,28
FIDC CEEE IV-D		0,09	566.367,98
FIDC FORNEC PETR BR2		0,26	1.605.799,30
RENDA VARIÁVEL		7,56	46.074.232,11
AÇÕES		0,38	2.320.689,96
REDE1 REDE ENERGIA ON		-	-
REDE3 REDE ENERGIA ON		0,38	2.320.689,96
FUNDOS DE INVESTIMENTOS - RENDA VARIÁVEL		7,18	43.753.542,15
BNY MELLON ARX FI AÇÕES		-	-
BNY MELLON INCOME FIA		3,24	19.720.713,91
BRADESCO FIA DIVIDENDOS		0,72	4.401.217,96
BR2 VALOR FIC FIA		-	-
BIG ABSOLUTO INSTITUCIONAL FIA		0,74	4.518.969,35
FRANKLIN TEMPLETON IBX FIA		0,55	3.362.573,49
FRANKLIN TEMPLETON VALOR E LIQUIDEZ FIA		-	-
GAP AÇÕES FIA		-	-
GAVEA AÇÕES FIC FIA		0,37	2.282.510,91
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS		0,33	1.985.663,80
KONDOR EQ INS FIA		-	-
UBS PACTUAL DIVIDENDOS FIA		0,48	2.933.631,07
VINCI GAS VALOR DIVIDENDOS		0,75	4.548.261,66
INÓVEIS		3,60	21.919.851,74
EMPRÉSTIMOS		4,34	26.528.021,10
TOTAL GERAL			609.551.120,00

8.2. DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - DI / POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - 1º SEMESTRE 2014

Em cumprimento ao disposto na Resolução CGPC nº 23 de 06/12/2006 e na Resolução nº 3.792, de 24/09/2009, do Conselho Monetário Nacional-CMN, a Diretoria Executiva da REDEPREV apresenta a seguir as informações relativas ao Demonstrativo de Investimentos da REDEPREV, relativo ao 1º SEMESTRE / 2014.

TOTAL DOS INVESTIMENTOS DA REDEPREV POR SEGMENTO, EM REAIS E EM PERCENTUAIS RELATIVOS, NO SEMESTRE DE REFERÊNCIA E NO SEMESTRE ANTERIOR				LIMITES DE ALOCAÇÃO - RES. 3.792 BACEN, POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E EFETIVA				RENTABILIDADE DA REDEPREV POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO EM COMPARAÇÃO AOS BENCHMARKS DE MERCADO E META ATUARIAL					
Segmentos	Investimentos 2º Semestre/2012 Posição em 31/12/2013		Investimentos 1º Semestre/2013 Posição em 30/06/2014		Limites de Alocação - Res. 3.792 - BACEN	Limites da Polit. de Investimentos - Percentual de Alocação	Composição Efetiva dos Investimentos	Rentabilidade REDEPREV por Segmento de Aplicação	Benchmarks de Mercado		Meta Atuarial	Relação percentual Rentabilidade REDEPREV e Benchmarks	Relação percentual Rentabilidade REDEPREV e Meta Atuarial
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$					Indicadores	%			
Renda Fixa	75,14%	612.689.715,02	77,55%	612.217.256,36	100,00%	Até 100%	77,49%	6,23%	CDI	4,97%	6,60%	125,35%	94,39%
Renda Variável	17,74%	144.634.378,02	14,63%	115.507.565,98	70,00%	Até 40%	14,67%	4,56%	IBOVESPA Fechto	3,22%	6,60%	141,61%	69,09%
Imóveis	3,48%	28.398.424,57	3,98%	31.454.323,78	8,00%	Até 8%	3,99%	12,12%	Meta Atuarial	6,60%	6,60%	183,64%	183,64%
Emprést. aos Participantes	3,64%	29.681.086,15	3,83%	30.267.876,91	15,00%	Até 15%	3,84%	8,31%	Meta Atuarial	6,60%	6,60%	125,91%	125,91%
TOTAL	100,00%	815.403.603,76	100,00%	789.447.023,03				5,54%			6,60%		83,94%
MONTANTE DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO E GESTÃO - 1º SEMESTRE/2014				VALORES EM RISCO (VaR) P/ OS SEGMENTOS DE RENDA FIXA E VARIÁVEL				CUSTOS COM ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS REALIZADOS NO 2º SEMESTRE/2013					
Investimento		Valor - R\$	% em Rel. Total	Gestão	Segmentos		VaR - 1º Semestre/2014		Instituição	Ser viço	Valor - R\$		
Segmento Renda Fixa		612.217.256,36	77,55%		Segmentos		VaR - 1º Semestre/2014		Banco Itáu	Custódia	58.853,46		
Títulos Públicos - NTN		211.641.073,08	26,88%	Própria	R. Fixa - RF		0,32% 1.511.928,25		Banco Itáu	Cetip/Selic/Cblc	16.537,38		
CDB		19.996.334,68	2,54%	Própria	R. Variável - RV		5,67% 5.549.934,65		PPS/ALM	Análise de investimentos	38.560,30		
Debêntures		46.780.602,62	5,94%	Própria	Consolidado		1,13% 6.380.145,49		Risk Office	Risco de Mercado	37.705,66		
Fundos de Investimentos		121.255.895,32	15,14%	Terceirizada	Planos Benef.		Rentabilidade - 1º Semestre/13		Auditoria	Auditoria de Gestão	-		
DPGE/LFS		212.543.350,66	24,99%	Própria	CELPA OP		6,29%		Sist.controlle Invest.	Licença de uso	64.504,30		
Segmento Renda Variável		115.507.565,98	14,63%		CEMAT OP		5,46%		Taxa de Adm. Fundos	Diversos Bancos	1.694.543,30		
Fundos de Investimento/Ações		115.507.565,98	14,63%	Terceirizada	ELÉTRICAS OP		4,96%		TOTAL		1.910.704,40		
Segmento Imóveis		31.454.323,78	3,98%		Meta Atuarial		6,60%						
Imóveis		31.454.323,78	3,98%	Própria	CDI		4,97%						
Segm. Empréstimo Participantes		30.267.876,91	3,83%										
Empréstimo Financeiro		30.267.876,91	3,83%	Própria									
TOTAL		789.447.023,03	100,00%										

Faixas de Alocação dos Recursos por Plano							
Segmento	CELPAs BDI		CELPAs BDII		CELPAs OP		Total CELPA
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%
Renda Fixa	87,96%	102.723.064,26	85,55%	49.867.040,16	71,48%	97.058.011,39	80,31%
Renda Variável	3,89%	4.540.496,04	6,13%	3.575.273,74	18,07%	24.534.294,39	10,50%
Imóveis	6,37%	7.444.345,81	6,44%	3.754.460,03	4,05%	5.504.312,06	5,37%
Emp. a Participantes	1,78%	2.078.779,37	1,88%	1.095.743,29	6,40%	8.690.296,23	3,82%
TOTAL	100,00%	116.786.685,48	100,00%	58.292.517,22	100,00%	135.786.914,07	100,00%
Segmento	CEMAT BDI			CEMAT OP		Total CEMAT	
	%	Valor - R\$		%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	79,26%	37.068.848,28		77,11%	140.865.762,49	77,55%	177.934.610,77
Renda Variável	19,65%	9.188.568,57		18,53%	33.855.514,47	18,76%	43.044.083,04
Imóveis	0,00%	-		0,00%	-	0,00%	-
Emp. a Participantes	1,09%	510.561,52		4,36%	7.960.811,72	3,69%	8.471.373,24
TOTAL	100,00%	46.767.978,37		100,00%	182.682.088,68	100,00%	229.450.067,05
Segmento	ELÉTRICAS BDI			ELÉTRICAS OP		Total ELÉTRICAS	
	%	Valor - R\$		%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	73,98%	54.872.649,64		68,94%	89.670.178,72	70,77%	144.542.828,36
Renda Variável	18,14%	13.458.489,98		16,94%	22.029.015,67	17,38%	35.487.505,65
Imóveis	7,54%	5.595.308,49		7,04%	9.155.897,39	7,22%	14.751.205,88
Emp. a Participantes	0,34%	250.815,12		7,08%	9.211.324,33	4,63%	9.462.139,45
TOTAL	100,00%	74.177.263,23		100,00%	130.066.416,11	100,00%	204.243.679,34
Segmento	Plano de Benefícios "R"					Total Plano de Benefícios "R"	
	%	Valor - R\$				%	Valor - R\$
Renda Fixa	88,82%	38.092.376,71				88,82%	38.092.376,71
Renda Variável	10,09%	4.325.913,12				10,09%	4.325.913,12
Imóveis	0,00%	-				0,00%	-
Emp. a Participantes	1,09%	469.545,33				1,09%	469.545,33
TOTAL	100,00%	42.887.835,16				100,00%	42.887.835,16
Segmento	Plano de Gestão Administrativa					Total Plano de Gestão Administrativa	
	%	Valor - R\$				%	Valor - R\$
Renda Fixa	100,00%	1.999.324,71				100,00%	1.999.324,71
Renda Variável	0,00%	-				0,00%	-
Imóveis	0,00%	-				0,00%	-
Emp. a Participantes	0,00%	-				0,00%	-
TOTAL	100,00%	1.999.324,71				100,00%	1.999.324,71
TOTAL - INVESTIMENTOS REDEPREV							789.447.023,03

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado
 André Bolonha Fiuza de Mello
 E-mail: andre.fiuza@redeprev.com.br
 Telefone: (11) 4481-9600

Empresa Responsável pela Auditoria de Gestão da REDEPREV
 BDO Auditores Independentes
 Ismael Nicomédio dos Santos
 e-mail: ismael.nicomedio@bdbrazil.com.br
 Telefone: (11) 3045-7363

8.3. DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - DI / POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - 2º SEMESTRE 2014

Em cumprimento ao disposto na Resolução CGPC nº 23 de 06/12/2006 e na Resolução nº 3.792, de 24/09/2009, do Conselho Monetário Nacional -CMN, a Diretoria Executiva da REDEPREV apresenta a seguir as informações relativas ao Demonstrativo de Investimentos da REDEPREV, relativo ao 2º SEMESTRE / 2014.

TOTAL DOS INVESTIMENTOS DA REDEPREV POR SEGMENTO, EM REAIS E EM PERCENTUAIS RELATIVOS, NO SEMESTRE DE REFERÊNCIA E NO SEMESTRE ANTERIOR				LIMITES DE ALOCAÇÃO - RES. 3.792 BACEN, POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E EFETIVA				RENTABILIDADE DA REDEPREV POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO EM COMPARAÇÃO AOS BENCHMARKS DE MERCADO E META ATUARIAL						
Segmentos	Investimentos 1º Semestre/2014 Posição em 30/06/2014		Investimentos 2º Semestre/2013 Posição em 31/12/2013		Limites de Alocação - Res. 3.792 - BACEN	Limites da Polit. de Investimentos - Percentual de Alocação	Composição Efetiva dos Investimentos	Rentabilidade REDEPREV por Segmento de Aplicação	Benchmarks de Mercado		Meta Atuarial	Relação percentual Rentabilidade REDEPREV e Benchmarks	Relação percentual Rentabilidade REDEPREV e Meta Atuarial	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$					Indicadores	%				
Renda Fixa	77,55%	612.217.256,36	84,55%	517.395.873,14	100,00%	Até 100%	84,49%	5,69%	CDI	5,56%	5,13%	102,34%	110,92%	
Renda Variável	14,63%	115.507.565,98	7,53%	46.074.232,11	70,00%	Até 40%	7,56%	-4,58%	IBOVESPA Fechº	-5,93%	5,13%	77,23%	-89,28%	
Imóveis	3,98%	31.454.323,78	3,58%	21.919.851,74	8,00%	Até 8%	3,60%	9,88%	Meta Atuarial	5,13%	5,13%	192,59%	192,59%	
Emprést. aos Participantes	3,83%	30.267.876,91	4,34%	26.528.021,10	15,00%	Até 15%	4,35%	5,89%	Meta Atuarial	5,13%	5,13%	114,81%	114,81%	
TOTAL	100,00%	789.447.023,03	100,00%	611.917.978,09				3,01%			5,13%		58,67%	

MONTANTE DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO E GESTÃO - 2º SEMESTRE/2014				VALORES EM RISCO (VaR) P/ OS SEGMENTOS DE RENDA FIXA E VARIÁVEL			
Investimento	Valor - R\$	% em Rel. Total	Gestão	Segmentos	VaR - 2º Semestre/2014		
Segmento Renda Fixa	517.395.873,14	84,55%					
Títulos Públicos - NTN	172.451.837,25	28,18%	Própria	R. Fixa - RF	0,27%	1.405.513,41	
CDB	16.289.822,34	2,66%	Própria	R. Variável - RV	7,46%	3.258.232,52	
Debêntures	35.095.311,66	5,74%	Própria	Consolidado	0,76%	4.294.908,55	
Fundos de Investimentos	130.523.030,84	21,33%	Terceirizada				
DPGE/LFS	163.035.871,05	26,64%	Própria				
Segmento Renda Variável	46.074.232,11	7,53%		Planos Benef.	Rentabilidade - 2º Semestre/13		
Fundos de Investimento/Ações	46.074.232,11	7,53%	Terceirizada	CELPA OP	4,04%		
Segmento Imóveis	21.919.851,74	3,58%		CEMAT OP	3,68%		
Imóveis	21.919.851,74	3,58%	Própria	ELÉTRICAS OP	4,44%		
Segm. Empréstimo Participantes	26.528.021,10	4,34%		Meta Atuarial	5,13%		
Empréstimo Financeiro	26.528.021,10	4,34%	Própria	CDI	5,56%		
TOTAL	611.917.978,09	100,00%					

CUSTOS COM ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS REALIZADOS NO 2º SEMESTRE/2014		
Instituição	Serviço	Valor - R\$
Banco Itaú	Custódia	136.316,47
Banco Itaú	Cetip/Selic/Cblc	72.025,39
PPS/ALM	Análise de investimentos	38.405,97
Risk Office	Risco de Mercado	40.042,28
Auditoria	Auditoria de Gestão	9.159,00
Consultoria	Conselho Consultivo	9.329,00
Sist.controlle Invest.	Licença de uso	93.648,32
Taxa de Adm. Fundos	Diversos Bancos	1.855.012,80
	TOTAL	2.253.939,23

Faixas de Alokacão dos Recursos por Plano						
Segmento				CELPAP OP		Total CELPA
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa			82,07%	113.641.501,11	82,07%	113.641.501,11
Renda Variável			7,75%	10.728.727,35	7,75%	10.728.727,35
Imóveis			3,95%	5.469.480,86	3,95%	5.469.480,86
Emp. a Participantes			6,23%	8.633.134,06	6,23%	8.633.134,06
TOTAL			100,00%	138.472.843,38	100,00%	138.472.843,38
Segmento	CEMAT BDI			CEMAT OP		Total CEMAT
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	90,04%	41.189.832,92	87,34%	156.600.804,79	87,89%	197.790.637,71
Renda Variável	8,78%	4.018.116,20	8,26%	14.804.851,26	8,36%	18.822.967,46
Imóveis	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
Emp. a Participantes	1,17%	537.022,17	4,40%	7.897.612,75	3,75%	8.434.634,92
TOTAL	100,00%	45.744.971,29	100,00%	179.303.268,80	100,00%	225.048.240,09
Segmento	ELÉTRICAS BDI			ELÉTRICAS OP		Total ELÉTRICAS
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	83,21%	61.533.169,14	77,81%	99.945.043,21	79,79%	161.478.212,35
Renda Variável	7,96%	5.885.332,10	7,50%	9.633.181,26	7,67%	15.518.513,36
Imóveis	8,44%	6.239.822,67	7,95%	10.210.548,21	8,13%	16.450.370,88
Emp. a Participantes	0,40%	293.839,24	6,74%	8.650.720,50	4,42%	8.944.559,74
TOTAL	100,00%	73.952.163,15	100,00%	128.439.493,18	100,00%	202.391.656,33
Segmento	Plano de Benefícios "R"			Total Plano de Benefícios "R"		
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	96,52%	42.118.663,88			96,52%	42.118.663,88
Renda Variável	2,30%	1.004.023,94			2,30%	1.004.023,94
Imóveis	0,00%	-			0,00%	-
Emp. a Participantes	1,18%	515.692,38			1,18%	515.692,38
TOTAL	100,00%	43.638.380,20			100,00%	43.638.380,20
Segmento	Plano de Gestão Administrativa			Total Plano de Gestão Administrativa		
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	100,00%	2.366.858,09			100,00%	2.366.858,09
Renda Variável	0,00%	-			0,00%	-
Imóveis	0,00%	-			0,00%	-
Emp. a Participantes	0,00%	-			0,00%	-
TOTAL	100,00%	2.366.858,09			100,00%	2.366.858,09
TOTAL - INVESTIMENTOS REDEPREV						611.917.978,09

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado
 André Bolonha Fiúza de Mello
 E-mail: andre.fiúza@redeprev.com.br
 Telefone: (II) 4481-9600

Empresa Responsável pela Auditoria de Gestão da REDEPREV
 BDO Auditores Independentes
 Ismael Nicomédio dos Santos
 e-mail: ismael.nicomedio@bdbrazil.com.br
 Telefone: (II) 3045-7363

9. RENTABILIDADE

A rentabilidade patrimonial média consolidada em 2014, dos seis planos de benefícios previdenciários administrados pela REDEPREV, calculada pelo método da valorização da cota, resultou em uma taxa nominal de 9,38%. A referida taxa, descontada a meta atuarial no mesmo período de 12,07% (INPC + 5,5% a.a.), resultou em uma taxa de rentabilidade real líquida de -2,69%, abaixo da referida meta, fechando o ano com 86,77% do CDI “benchmark” adotado pela Fundação.

A seguir, apresentamos a evolução da rentabilidade nominal e outros indicadores, referente ao período de 2014 e 2013.

9.1. RENTABILIDADE PATRIMONIAL

Discriminação	2014	2013
Rentabilidade Patrimonial	No Ano	9,38%
INPC - IBGE	No Ano	6,23%
Taxa de Juros	No Ano	5,50%
Meta Atuarial	No Ano	12,07%
Rentabilidade Real Líquida	No Ano	-2,69%

Os dados e respectivos gráficos a seguir, demonstram o perfil de alocação do Patrimônio da REDEPREV, nos exercícios de 2013 e 2014.

Modalidades	2014		2013	
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
Renda Fixa	517.397	83,98	612.690	74,76%
Renda Variável	46.074	7,48	144.634	17,65%
Investimentos Imobiliários	21.920	3,56	28.398	3,47%
Empréstimo Participante	26.528	4,31	29.681	3,62%
Outros Ativos	4.198	0,68	4.116	0,50%
Total	616.117	100,00	819.519	100,00

9.2. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

JAN - JUN/2014

CEMPA-BDI	Rentabilidade	Meta Atuarial	Relação Rentabilidade x Meta Atuarial
Segmento			
Renda Fixa	6,46%	6,60%	97,91%
Renda Variável	4,94%	6,60%	74,83%
Imóveis	31,43%	6,60%	476,26%
Empréstimos	8,25%	6,60%	124,96%

CELPAs

Segmento	Rentabilidade	Meta Atuarial	Relação Rentabilidade x Meta Atuarial
Renda Fixa	6,10%	6,60%	92,44%
Renda Variável	4,94%	6,60%	74,83%
Imóveis	31,43%	6,60%	476,26%
Empréstimos	8,22%	6,60%	124,50%

* O gerenciamento dos Planos Celpa BD-I e Celpa BD-II foram transferidos para a FASCEMAR em 01/07/2014.

JAN - DEZ/2014

CELPAs

Segmento	Rentabilidade	Meta Atuarial	Relação Rentabilidade x Meta Atuarial
Renda Fixa	12,46%	12,07%	103,20%
Renda Variável	-0,37%	12,07%	-3299,72%
Imóveis	38,52%	12,07%	319,12%
Empréstimos	14,31%	12,07%	118,55%

ELÉTRICAS-BDI

Segmento	Rentabilidade	Meta Atuarial	Relação Rentabilidade x Meta Atuarial
Renda Fixa	12,22%	12,07%	101,21%
Renda Variável	-0,37%	12,07%	-3299,72%
Imóveis	28,57%	12,07%	236,71%
Empréstimos	14,99%	12,07%	124,23%

ELÉTRICAS-OP

Segmento	Rentabilidade	Meta Atuarial	Relação Rentabilidade x Meta Atuarial
Renda Fixa	12,14%	12,07%	100,56%
Renda Variável	-0,37%	12,07%	-3299,72%
Imóveis	28,65%	12,07%	237,38%
Empréstimos	14,14%	12,07%	117,15%

CEMAT-BDI

Segmento	Rentabilidade	Meta Atuarial	Relação Rentabilidade x Meta Atuarial
Renda Fixa	12,51%	12,07%	103,62%
Renda Variável	-0,37%	12,07%	-3299,72%
Imóveis	0,00%	12,07%	0,00%
Empréstimos	14,82%	12,07%	122,80%

CEMAT-OP

Segmento	Rentabilidade	Meta Atuarial	Relação Rentabilidade x Meta Atuarial
Renda Fixa	12,36%	12,07%	102,41%
Renda Variável	-0,37%	12,07%	-3299,72%
Imóveis	0,00%	12,07%	0,00%
Empréstimos	14,32%	12,07%	118,68%

RISCO

Segmento	Rentabilidade	Meta Atuarial	Relação Rentabilidade x Meta Atuarial
Renda Fixa	11,87%	12,07%	98,33%
Renda Variável	-0,28%	12,07%	-4255,88%
Imóveis	0,00%	12,07%	0,00%
Empréstimos	15,71%	12,07%	130,12%

9.3. RENTABILIDADE GLOBAL EM 2014 POR PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Plano de Benefícios	Rentabilidade Patrimonial (%)	Meta Atuarial (%)	Recursos Garantidores
Celpa BD - I	6,57	6,60	116.786.687,49
Celpa BD - II	6,32	6,60	56.957.820,80

* Valores referentes ao período de Jan. a Jun. de 2014 devido a transferência dos planos para a FASCEMAR

Plano de Benefícios	Rentabilidade Patrimonial (%)	Meta Atuarial (%)	Recursos Garantidores
Celpa - OP	10,61	12,07	138.472.843,34
Cemat BD - I	9,41	12,07	45.744.971,26
Cemat - OP	9,34	12,07	179.303.270,20
Elétricas BD- I	9,61	12,07	73.952.163,09
Elétricas - OP	9,61	12,07	128.439.493,18
Plano - R	7,68	12,07	43.638.380,30
Plano Administrativo			2.366.857,27
Consolidado			785.662.486,93

9.4. FLUXO ORÇAMENTÁRIO

Discriminação	FLUXO ORÇAMENTÁRIO - DEZEMBRO/2014								
	NO MÊS				ACUMULADO ATÉ O MÊS				PREVISÃO ANO - 2014
	Previsto (a)	Realizado (b)	(b - a)	Variação % Reatiz. (b/a)	Previsto (c)	Realizado (d)	(d - c)	Variação % Reatiz. (d/c)	
1- Receita de Contribuição	934.683,63	1.256.227,64	321.544,01	134,40%	15.143.839,07	15.809.644,59	665.805,52		15.143.839,07
2- Rec. Administrativa [Custeio Administrativo]	232.775,42	334.271,37	101.495,95	143,60%	3.851.587,49	4.086.632,14	235.044,65	106,10%	3.851.587,49
3- Gestão Previdencial	224.677,25	233.894,07	9.216,82	104,10%	3.947.304,80	3.382.528,48	[564.776,32]	85,69%	3.947.304,80
3.1 - Pessoal e Encargos	139.628,80	134.321,09	[5.307,71]	96,20%	2.601.903,37	2.074.018,74	[527.884,63]	79,71%	2.601.903,37
3.1.1 Dirigentes	54.778,88	47.202,72	[7.576,16]	86,17%	1.069.308,98	829.061,06	[240.247,92]	77,53%	1.069.308,98
3.1.2 - Pessoal Próprio	84.849,92	87.096,33	2.246,41	102,65%	1.532.594,39	1.242.235,74	[290.358,65]	81,05%	1.532.594,39
3.1.2 - Estagiários	-	22,04	22,04		-	2.721,94	2.721,94	-	0,00%
3.2 - Treinamentos/Congressos e Seminários	-	467,40	467,40		63.213,00	6.435,13	[56.777,87]	10,18%	63.213,00
3.2.1 - Treinamento/Congressos e Seminários - Próprio	-	-	-		17.681,40	1.399,35	[16.282,05]	7,91%	17.681,40
3.2.2 - Treinamento Dirigentes e Conselheiros	-	467,40	467,40		45.531,60	5.035,78	[40.495,82]	11,04%	45.531,60
3.3 - Viagens e Estádia	8.181,70	1.808,95	[6.372,75]	22,11%	40.228,51	55.836,29	15.607,78	138,80%	40.228,51
3.3.1 - Viagens e Estádias / Pessoal Próprio	216,60	197,39	[19,21]	91,13%	2.855,70	9.830,33	6.974,63	344,24%	2.855,70
3.3.2 - Viagens e Estádias / Dirigentes e Conselheiros	7.284,60	1.039,68	[6.244,92]	14,27%	29.138,40	37.368,63	8.230,23	128,25%	29.138,40
3.3.3 - Viagens e Estádias / Terceiros	680,50	571,88	[108,62]	84,04%	8.234,41	8.637,33	402,92	104,89%	8.234,41
3.4 - Serviços de Terceiros	30.306,30	55.477,24	25.170,94	183,06%	559.817,66	601.635,62	41.817,96	107,47%	559.817,66
3.4.1 - Pessoa Física	111,05	192,14	81,09	173,02%	1.793,26	967,08	[826,18]	53,93%	1.793,26
3.4.2 - Pessoa Jurídica	30.195,25	55.285,10	25.089,85	183,09%	558.024,40	600.668,54	42.644,14	107,64%	558.024,40
3.5 - Despesas Gerais	27.735,45	23.947,33	[3.788,12]	86,34%	374.170,06	338.629,46	[35.540,60]	90,50%	374.170,06
3.5.1 - Manutenção	299,03	290,70	[8,33]	97,21%	3.554,05	3.983,50	429,45	112,08%	3.554,05
3.5.2 - Serviços Gerais	2.931,94	4.433,26	1.501,32	151,21%	48.396,81	50.803,65	2.406,84	104,97%	48.396,81
3.5.3 - Despesas com Material	1.182,11	701,07	[481,04]	59,31%	16.710,27	16.937,98	227,71	101,34%	16.710,27
3.5.4 - Diversas	14.917,53	10.118,09	[4.799,44]	67,83%	204.650,85	166.119,78	[38.531,07]	81,17%	204.650,85
3.5.6 - Despesas com Aluguel	8.404,84	8.404,21	[0,63]	99,99%	100.850,08	100.784,55	[73,53]	99,93%	100.850,08
3.6 - Depreciações e Amortizações	5.250,64	2.452,83	[2.797,81]	46,71%	63.007,68	51.218,38	[11.789,30]	81,29%	63.007,68
3.7 - Tributos	13.574,36	15.419,23	1.844,87	113,59%	209.909,52	210.471,00	561,48	100,27%	209.909,52
3.7.1 - Tributos Federais	12.910,34	15.085,50	2.175,16	116,85%	201.924,35	204.796,57	2.872,22	101,42%	201.924,35
3.7.2 - Tributos Municipais	664,02	333,73	[330,29]	50,26%	7.985,17	5.674,43	[2.310,74]	71,04%	7.985,17
3.8 - Outras Despesas	-	-	-		-	311,97	311,97	-	0,00%
3.8.2 - Despesas Exercício Anterior	-	-	-		-	311,97	311,97	-	0,00%
3.9 - Despesas Específicas	-	-	-		35.055,00	43.971,89	8.916,89	125,44%	35.055,00
3.9.2 - Serviços de Terceiros	-	-	-		-	11.838,14	11.838,14	-	0,00%
3.9.3 - Impostos e Taxas	-	-	-		35.055,00	32.133,75	[2.921,25]	91,67%	35.055,00
4 - Rel. % Despesa (3) / Receita (1)	19,24%	14,71%	-4,54%		20,78%	17,00%	-3,78%		20,78%

As despesas administrativas da REDEPREV, previstas para o exercício de 2014, foram limitadas em **20,78%** das receitas do exercício de 2014, conforme coluna “e”. As despesas vinculadas ao Programa de Investimentos da Fundação, não estão contabilizadas como despesas administrativas. No período de **JANEIRO à DEZEMBRO DE 2014**, a relação das despesas de Gestão Administrativa/Receitas foi de **17,00%** (item 4, coluna “d”).

RESULTADOS

10. CONSOLIDADO

BALANÇO PATRIMONIAL – CONSOLIDADO

ATIVO	Exercício 2014	Exercício 2013	R\$ mil
DISPONÍVEL	24	12	
REALIZÁVEL	614.335	817.940	
Gestão Previdencial [Nota 4]	1.735	1.761	
Gestão Administrativa [Nota 5]	467	481	
Investimentos [Nota 6]	612.133	815.698	
Títulos Públicos	172.452	197.356	
Créditos Privados e Depósitos	214.421	296.702	
Ações	2.321	4.580	
Fundos de Investimento	174.277	258.686	
Investimentos Imobiliários	21.920	28.398	
Empréstimos	26.528	29.681	
Outros Realizáveis	214	295	
PERMANENTE (Nota 7)	1.758	1.567	
Imobilizado	1.752	1.514	
Intangível	6	53	
TOTAL DO ATIVO	616.117	819.519	

PASSIVO	Exercício 2014	Exercício 2013	R\$ mil
EXIGÍVEL OPERACIONAL	3.508	3.787	
Gestão Previdencial [Nota 8]	3.101	3.194	
Gestão Administrativa [Nota 9]	390	565	
Investimentos	17	28	
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	1.430	1.438	
Gestão Previdencial [Nota 10]	1.317	1.326	
Gestão Administrativa [Nota 11]	113	112	
PATRIMÔNIO SOCIAL	611.179	814.294	
Patrimônio de Cobertura do Plano	563.136	725.175	
Provisões Matemáticas [Nota 12]	591.968	721.090	
Benefícios Concedidos	363.200	480.619	
Benefícios a Conceder	228.768	240.471	
Equilíbrio Técnico [Nota 13]	(28.832)	4.085	
Resultados Realizados	(28.832)	4.085	
Superávit Técnico Acumulado	0	4.085	
(-)Déficit Técnico Acumulado	(28.832)	0	
Fundos	48.043	89.119	
Fundos Previdenciais [Nota 13.3]	43.456	85.300	
Fundos Administrativos [Nota 13.6]	4.274	3.554	
Fundos dos Investimentos [Nota 13.7]	313	265	
TOTAL DO PASSIVO	616.117	819.519	

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

R\$ mil

DESCRICAÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
A) Patrimônio Social - Início do exercício	814.294	878.304	{7,29}
1. Adições	91.518	29.385	211
(+) Contribuições Previdenciais	15.810	17.856	{11,46}
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	67.927	4.020	1.589,73
(+) Receitas Administrativas	7.493	7.436	0,77
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	224	4	5.500,00
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	64	69	{7,25}
2. Destinações	(75.283)	(93.395)	(19,39)
(-) Benefícios	(68.152)	(86.152)	(20,89)
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(134)	(115)	16,52
(-) Despesas Administrativas	(6.996)	(7.121)	{1,76}
(-) Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(1)	(7)	(85,71)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	16.235	(64.010)	(125,36)
(+/-) Provisões Matemáticas	30.823	[8.876]	[447,26]
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	[9.987]	[59.113]	[83,11]
(+/-) Fundos Previdenciais	(5.385)	3.598	[249,67]
(+/-) Fundos Administrativos	720	312	130,77
(+/-) Fundos dos Investimentos	64	69	{7,25}
4. Operações Transitorias	(219.350)	0	0,00
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	611.179	814.294	{24,94}

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – CONSOLIDADO

R\$ mil.

DESCRÍÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.554	3.242	9,62
1. Custeio da Gestão Administrativa	7.716	7.441	3,70
1.1. Receitas	7.716	7.441	3,70
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	4.086	4.200	[2,71]
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.048	3.154	[3,36]
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	31	32	[3,13]
Resultado Positivo dos Investimentos	224	4	5.500,00
Outras Receitas	327	51	541,18
2. Despesas Administrativas	(6.996)	(7.129)	(1,87)
2.1. Administração Previdencial	(3.383)	(3.750)	(9,79)
Pessoal e encargos	(2.074)	(2.360)	(12,12)
Treinamentos/congressos e seminários	(6)	(15)	(60,00)
Viagens e estadias	(56)	(48)	16,67
Serviços de terceiros	(613)	(623)	(1,61)
Despesas gerais	(582)	(633)	(8,06)
Depreciações e amortizações	(51)	(66)	(22,73)
Contingências	(1)	(4)	(75,00)
Outras Despesas	0	(1)	(100,00)
2.2. Administração dos Investimentos	(3.303)	(3.293)	0,30
Pessoal e encargos	(2.074)	(2.360)	(12,12)
Treinamentos/congressos e seminários	(6)	(15)	(60,00)
Viagens e estadias	(56)	(48)	16,67
Serviços de terceiros	(613)	(623)	(1,61)
Despesas gerais	(582)	(633)	(8,06)
Depreciações e amortizações	(51)	(66)	(22,73)
Contingências	(1)	(4)	(75,00)
Outras Despesas	0	(1)	(100,00)
2.3. Administração Assistencial	0	0	-
2.4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	0	(86)	(100,00)
2.5. Outras Despesas	(310)	0	100,00
3. Resultado Negativo dos Investimentos	0	0	0,00
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	720	312	130,77
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	720	312	130,77
6. Operações Transitórias	0	0	0,00
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	4.274	3.554	20,26

11. PLANO ELÉTRICAS BD-I

CNPB: 19.860.004-19 - ELÉTRICAS BD-I

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

R\$ mil

Descrição	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
1. Ativos	74.193	73.032	1,59
Disponível	5	-	100,00
Recebível	204	171	19,30
Investimento	73.984	72.861	1,54
Títulos Públicos	15.082	17.242	(12,53)
Créditos Privados e Depósitos	25.973	25.921	0,20
Ações	281	425	(33,88)
Fundos de Investimento	26.083	23.362	11,65
Investimentos Imobiliários	6.240	5.643	10,58
Empréstimos	294	237	24,05
Outros Realizáveis	31	31	-
2. Obrigações	605	566	6,89
Operacional	605	566	6,89
3. Fundos não Previdenciais	205	171	19,88
Fundos Administrativos	204	171	19,30
Fundos de Investimentos	1	-	100,00
4. Resultados à Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	73.383	72.295	1,50
Provisões Matemáticas	70.724	70.062	0,94
Superávit/Déficit Técnico	[3.813]	[4.666]	(18,28)
Fundos Previdenciais	6.472	6.899	(6,19)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

R\$ mil

Descrição		Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - Início do exercício	72.295	77.846	(7,13)
	1. Adições	6.893	282	2.344,33
(+)	Contribuições	210	281	(25,27)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.683	0	100,00
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	0	1	(100,00)
	2. Destinações	(5.805)	(5.833)	(0,48)
(-)	Benefícios	(5.596)	(5.431)	3,04
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	(168)	(100,00)
(-)	Custeio Administrativo	(209)	(234)	(10,68)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.088	(5.551)	(119,60)
[+/-]	Provisões Matemáticas	661	1.151	(42,57)
[+/-]	Fundos Previdenciais	(426)	(676)	(36,98)
[+/-]	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	853	(6.026)	(114,16)
	4. Operações Transitorias	0	0	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	73.383	72.295	1,50
	C) Fundos não previdenciais	205	171	19,88
(+)	Fundos Administrativos	204	171	19,30
(+)	Fundos dos Investimentos	1	0	100,00

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

DESCRÍÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)	R\$ mil
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	73.989	72.862	1,55	
1. Provisões Matemáticas	70.724	70.062	0,94	
1.1. Benefícios Concedidos	57.695	53.967	6,91	
Benefício Definido	57.695	53.967	6,91	
1.2. Benefício a Conceder	13.029	16.095	(19,05)	
Benefício Definido	13.029	16.095	(19,05)	
2. Equilíbrio Técnico	(3.813)	(4.666)	(18,28)	
2.1. Resultados Realizados	(3.813)	(4.666)	(18,28)	
(-) Déficit técnico acumulado	(3.813)	(4.666)	(18,28)	
3. Fundos	6.473	6.899	(6,17)	
3.1. Fundos Previdenciais	6.472	6.899	(6,19)	
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1	-	100,00	
4. Exigível Operacional	605	567	6,70	
4.1. Gestão Previdencial	593	552	7,43	
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	12	15	(20,00)	
5. Exigível Contingencial	0	0	0	

André Bolonha Fiuza de Mello
 Diretor Presidente
 CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
 Contador
 CRC MT-011135/0-2 "S" SP

12. PLANO ELÉTRICAS OP

CNPB: 19.980.063-11 - ELÉTRICAS OP

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

R\$ mil

DESCRÍCÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
1. Ativos	129.536	128.896	0,50
Disponível	4	0	100,00
Recebível	1.028	896	14,73
Investimento	128.504	128.000	0,39
Títulos Públicos	32.458	27.548	17,82
Créditos Privados e Depósitos	43.652	41.415	5,40
Ações	460	762	(39,63)
Fundos de Investimento	33.008	39.860	(17,19)
Investimentos Imobiliários	10.211	9.228	10,65
Empréstimos	8.651	9.109	(5,03)
Outros Realizáveis	64	78	(17,95)
2. Obrigações	768	745	3,09
Operacional	759	737	2,99
Contingencial	9	8	12,50
3. Fundos não Previdenciais	816	606	34,65
Fundos Administrativos	730	544	34,19
Fundos de Investimentos	86	62	38,71
4. Resultados à Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	127.952	127.545	0,32
Provisões Matemáticas	127.654	126.375	1,01
Superávit/Déficit Técnico	(6.290)	(4.470)	40,72
Fundos Previdenciais	6.588	5.640	16,81

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

R\$ mil

Descrição		Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - Início do exercício	127.545	147.589	(13,58)
	1. Adições	16.098	5.609	187,00
(+)	Contribuições	4.476	5.000	(10,48)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	11.622	590	1.869,83
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	0	19	(100,00)
	2. Destinações	(15.691)	(25.653)	(38,83)
(-)	Benefícios	(15.008)	(25.022)	(40,02)
(-)	Constituição de Contingência - Gestão Previdencial	(1)	0	100,00
(-)	Custeio Administrativo	(682)	(631)	8,08
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	407	(20.044)	(102,03)
[+/-]	Provisões Matemáticas	1.279	(13.377)	(109,56)
[+/-]	Fundos Previdenciais	948	(2.197)	(143,15)
[+/-]	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(1.820)	(4.470)	(59,28)
	4. Operações Transitorias	0	0	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	127.952	127.545	0,32
	C) Fundos não previdenciais	816	606	34,65
(+)	Fundos Administrativos	730	544	34,19
(+)	Fundos dos Investimentos	86	62	38,71

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

R\$ mil

DESCRÍÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	128.807	128.352	0,35
1. Provisões Matemáticas	127.654	126.375	1,01
1.1. Benefícios Concedidos	61.797	52.941	16,73
Contribuição Definida	15.145	13.450	12,60
Benefício Definido	46.652	39.491	18,13
1.2. Benefício a Conceder	65.857	73.434	(10,32)
Contribuição Definida	65.857	73.434	(10,32)
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	4.264	4.494	[5,12]
Saldo de Contas - parcela participantes	61.593	68.940	(10,66)
2. Equilíbrio Técnico	(6.290)	(4.470)	40,72
2.1. Resultados Realizados	(6.290)	(4.470)	40,72
(-) Déficit técnico acumulado	(6.290)	(4.470)	40,72
3. Fundos	6.675	5.702	17,06
3.1. Fundos Previdenciais	6.589	5.640	16,83
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	86	62	38,71
4. Exigível Operacional	759	737	2,99
4.1. Gestão Previdencial	715	692	3,32
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	44	45	[2,22]
5. Exigível Contingencial	9	8	12,50
5.1. Gestão Previdencial	9	8	12,50

André Bolonha Fiuza de Mello
 Diretor Presidente
 CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
 Contador
 CRC MT-011135/0-2 "S" SP

13. PLANO CELPA BD-I

CNPB: 19.820.006-19 - CELPA BD-I

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DESCRÍÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	R\$ mil Variação (%)
1. Ativos	0	143.432	(100,00)
Recebível	0	139	(100,00)
Investimento	0	143.293	(100,00)
Títulos Públicos	0	34.910	(100,00)
Créditos Privados e Depósitos	0	52.482	(100,00)
Ações	0	852	(100,00)
Fundos de Investimento	0	47.023	(100,00)
Investimentos Imobiliários	0	6.029	(100,00)
Empréstimos	0	1.944	(100,00)
Outros Realizáveis	0	53	(100,00)
2. Obrigações	0	213	(100,00)
Operacional	0	211	(100,00)
Contingencial	0	2	(100,00)
3. Fundos não Previdenciais	0	144	(100,00)
Fundos Administrativos	0	139	(100,00)
Fundos de Investimentos	0	5	(100,00)
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)		143.075	(100,00)
Provisões Matemáticas	0	103.553	(100,00)
Superávit/Déficit Técnico	0	14.071	(100,00)
Fundos Previdenciais	0	25.451	(100,00)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

R\$ mil

Descrição		Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - Início do exercício	143.075	153.303	(6,67)
	1. Adições	9.381	452	1.975,44
(+)	Contribuições	170	274	(37,96)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	9.211	178	5.074,72
	2. Destinações	(5.401)	(10.680)	(49,43)
(-)	Benefícios	(5.259)	[10.413]	(49,50)
(-)	Constituição de Contingência - Gestão Previdencial	-	(1)	0,00
(-)	Custeio Administrativo	(142)	(266)	(46,62)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	3.980	(10.228)	(138,91)
(+/-)	Provisões Matemáticas	2.653	2.985	(11,12)
(+/-)	Fundos Previdenciais	1.805	1.858	(2,85)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(478)	(15.071)	(96,83)
	4. Operações Transitórias	(147.055)	0	100,00
(+/-)	Operações Transitórias	(147.055)	0	100,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	0	143.075	(100,00)
	C) Fundos não previdenciais	0	144	(100,00)
(+/-)	Fundos Administrativos	0	139	(100,00)
(+/-)	Fundos dos Investimentos	0	5	(100,00)

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

DESCRÍÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	-	143.293	(100,00)
1. Provisões Matemáticas	0	103.553	(100,00)
1.1. Benefícios Concedidos	0	103.553	(100,00)
Benefício Definido	0	103.553	(100,00)
2. Equilíbrio Técnico	0	14.071	(100,00)
2.1. Resultados Realizados	0	14.071	(100,00)
Superávit técnico acumulado	0	14.071	(100,00)
Reserva de contingência	0	14.071	(100,00)
3. Fundos	0	25.457	(100,00)
3.1. Fundos Previdenciais	0	25.451	(100,00)
3.2. Fundos dos Investimentos – Gestão Previdencial	0	6	(100,00)
4. Exigível Operacional	0	211	(100,00)
4.1. Gestão Previdencial	0	189	(100,00)
4.2. Investimentos – Gestão Previdencial	0	22	(100,00)
5. Exigível Contingencial	0	1	(100,00)
5.1. Gestão Previdencial	0	1	(100,00)

André Bolonha Fiuza de Mello
 Diretor Presidente
 CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
 Contador
 CRC MT-011135/0-2 “S” SP

14. PLANO CELPA BD-II

CNPB: 19.970.004-74 - CELPA BD-II

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DESCRÍÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	R\$ mil Variação (%)
1. Ativos	0	71.012	(100,00)
Recebível	0	165	(100,00)
Investimento	0	70.847	(100,00)
Títulos Públicos	0	17.200	(100,00)
Créditos Privados e Depósitos	0	25.857	(100,00)
Ações	0	423	(100,00)
Fundos de Investimento	0	23.270	(100,00)
Investimentos Imobiliários	0	3.040	(100,00)
Empréstimos	0	1.031	(100,00)
Outros Realizáveis	0	26	(100,00)
2. Obrigações	0	260	(100,00)
Operacional	0	125	(100,00)
Contingencial	0	135	(100,00)
3. Fundos não Previdenciais	0	153	(100,00)
Fundos Administrativos	0	148	(100,00)
Fundos de Investimentos	0	5	(100,00)
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)		70.599	(6,76)
Provisões Matemáticas	0	52.990	(0,46)
Superávit/Déficit Técnico	0	9.016	(38,52)
Fundos Previdenciais	0	8.593	9,88

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

R\$ mil

Descrição		Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - Início do exercício	70.599	75.719	(6,76)
	1. Adições	4.453	251	1.674,10
(+)	Contribuições	108	205	[47,32]
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.345	46	9.345,65
	2. Destinações	(2.774)	(5.371)	(48,35)
(-)	Benefícios	(2.659)	[5.153]	(48,40)
(-)	Constituição de Contingência - Gestão Previdencial	(7)	(15)	[53,33]
(-)	Custeio Administrativo	(108)	(203)	[46,80]
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.679	(5.120)	(132,79)
[+/-]	Provisões Matemáticas	750	(245)	[406,12]
[+/-]	Fundos Previdenciais	610	772	[20,98]
[+/-]	Superávit [Déficit] Técnico do Exercício	319	(5.647)	[105,65]
	4. Operações Transitórias	(72.278)	0	0
[+/-]	Operações Transitórias	(72.278)	0	0
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	0	70.599	(100,00)
	C) Fundos não previdenciais	0	153	(100,00)
(+)	Fundos Administrativos	0	148	[100,00]
(+)	Fundos dos Investimentos	0	5	[100,00]

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

DESCRÍÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	-	70.864	(100,00)
1. Provisões Matemáticas	0	52.990	(100,00)
1.1. Benefícios Concedidos	0	50.556	(100,00)
Benefício Definido	0	50.556	(100,00)
1.2. Benefício a Conceder	0	2.434	(100,00)
Benefício Definido	0	2.434	(100,00)
2. Equilíbrio Técnico	0	9.016	(100,00)
2.1. Resultados Realizados	0	9.016	(100,00)
Superávit técnico acumulado	0	9.016	(100,00)
Reserva de contingência	0	9.016	(100,00)
3. Fundos	0	8.598	(100,00)
3.1. Fundos Previdenciais	0	8.593	(100,00)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	5	(100,00)
4. Exigível Operacional	0	125	(100,00)
4.1. Gestão Previdencial	0	110	(100,00)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	0	15	(100,00)
5. Exigível Contingencial	0	135	(100,00)
5.1. Gestão Previdencial	0	135	(100,00)

André Bolonha Fiuza de Mello
 Diretor Presidente
 CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
 Contador
 CRC MT-011135/0-2 “S” SP

15. PLANO CELPA OP

CNPB: 20.000.004-11 - CELPA OP

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

R\$ mil

Descrição	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
1. Ativos	180.305	177.092	1,81
Disponível	3	1	200,00
Recebível	931	817	13,95
Investimento	179.371	176.274	1,76
Títulos Públicos	59.441	44.879	32,45
Créditos Privados e Depósitos	67.893	67.470	0,63
Ações	706	921	[23,34]
Fundos de Investimento	43.365	55.148	[21,37]
Empréstimos	7.898	7.788	1,41
Outros Realizáveis	68	68	0
2. Obrigações	1.144	819	39,68
Operacional	1.141	816	39,83
Contingencial	3	3	0
3. Fundos não Previdenciais	781	591	32,15
Fundos Administrativos	709	542	30,81
Fundos de Investimentos	72	49	46,94
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	178.380	175.682	1,54
Provisões Matemáticas	173.641	169.952	2,17
Superávit/Déficit Técnico	[7.048]	[4.468]	57,74
Fundos Previdenciais	11.787	10.198	15,58

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

R\$ mil

Descrição		Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - Início do exercício	175.682	184.200	(4,62)
	1. Adições	19.319	7.238	166,91
(+)	Contribuições	3.451	3.919	(11,94)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	15.868	3.319	378,10
	2. Destinações	(16.621)	(15.756)	5,49
(-)	Benefícios	(15.993)	(15.170)	5,43
(-)	Custeio Administrativo	(628)	(586)	7,17
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	2.698	(8.518)	(131,67)
[+/-]	Provisões Matemáticas	3.690	2.274	62,27
[+/-]	Fundos Previdenciais	1.589	(6.324)	(125,13)
[+/-]	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(2.581)	(4.468)	(42,23)
	4. Operações Transitorias	0	0	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	178.380	175.682	1,54
	C) Fundos não previdenciais	781	591	32,15
(+)	Fundos Administrativos	709	542	30,81
(+)	Fundos dos Investimentos	72	49	46,94

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

DESCRÍÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	179.596	176.550	1,73
1. Provisões Matemáticas	173.642	169.952	2,17
1.1. Benefícios Concedidos	126.087	114.641	9,98
Contribuição Definida	53.067	7.919	570,12
Benefício Definido	73.020	106.722	(31,58)
1.2. Benefício a Conceder	47.555	55.311	(14,02)
Contribuição Definida	47.555	55.311	(14,02)
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	3.023	3.157	(4,24)
Saldo de Contas - parcela participantes	44.532	52.154	(14,61)
2. Equilíbrio Técnico	(7.048)	(4.468)	57,74
2.1. Resultados Realizados	(7.048)	(4.468)	57,74
(-) Déficit técnico acumulado	(7.048)	(4.468)	57,74
3. Fundos	11.859	10.247	15,73
3.1. Fundos Previdenciais	11.787	10.198	15,58
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	72	49	46,94
4. Exigível Operacional	1.141	817	39,66
4.1. Gestão Previdencial	1.098	762	44,09
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	43	55	(21,82)
5. Exigível Contingencial	2	2	0,00
5.1. Gestão Previdencial	2	2	0,00

André Bolonha Fiuza de Mello
 Diretor Presidente
 CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
 Contador
 CRC MT-011135/0-2 “S” SP

16. PLANO CEMAT BD-I

CNPB: 19.930.010-18 - CEMAT BD-I

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

R\$ mil

Descrição	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
1. Ativos	45.846	46.191	(0,75)
Disponível	5	0	100,00
Recebível	80	67	19,40
Investimento	45.761	46.124	(0,79)
Títulos Públicos	12.515	12.192	2,65
Créditos Privados e Depósitos	20.023	18.329	9,24
Ações	192	249	[22,89]
Fundos de Investimento	12.478	14.940	(16,48)
Empréstimos	537	398	34,92
Outros Realizáveis	16	16	0,00
2. Obrigações	359	344	4,36
Operacional	359	344	4,36
3. Fundos não Previdenciais	80	77	3,90
Fundos Administrativos	80	67	19,40
Fundos de Investimentos	0	10	(100,00)
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	45.407	45.770	(0,79)
Provisões Matemáticas	46.414	44.670	3,90
Superávit/Déficit Técnico	(5.020)	(2.704)	85,65
Fundos Previdenciais	4.013	3.804	5,49

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

R\$ mil

Descrição		Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - Início do exercício	45.770	49.048	(6,68)
	1. Adições	4.234	1.127	275,69
(+)	Contribuições	111	329	(66,26)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.123	798	416,67
	2. Destinações	(4.596)	(4.405)	4,34
(-)	Benefícios	(4.487)	(4.290)	4,59
(-)	Custeio Administrativo	(109)	(115)	(5,22)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(362)	(3.278)	(88,96)
(+/-)	Provisões Matemáticas	1.743	1.502	16,05
(+/-)	Fundos Previdenciais	209	(505)	(141,39)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(2.314)	(4.275)	(45,87)
	4. Operações Transitorias	0	0	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	45.408	45.770	(0,79)
	C) Fundos não previdenciais	80	77	3,90
(+)	Fundos Administrativos	80	67	19,40
(+)	Fundos dos Investimentos	0	10	(100,00)

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

DESCRÍÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	45.766	46.124	(0,78)
1. Provisões Matemáticas	46.414	44.671	3,90
1.1. Benefícios Concedidos	44.833	43.372	3,37
Benefício Definido	44.833	43.372	3,37
1.2. Benefício a Conceder	1.581	1.299	21,71
Benefício Definido	1.581	1.299	21,71
2. Equilíbrio Técnico	(5.020)	(2.705)	85,58
2.1. Resultados Realizados	(5.020)	(2.705)	85,58
(-) Déficit técnico acumulado	(5.020)	(2.705)	85,58
3. Fundos	4.013	3.814	5,22
3.1. Fundos Previdenciais	4.013	3.804	5,49
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	10	(100,00)
4. Exigível Operacional	359	344	4,36
4.1. Gestão Previdencial	351	336	4,46
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	8	8	0

André Bolonha Fiuza de Mello
 Diretor Presidente
 CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
 Contador
 CRC MT-011135/0-2 "S" SP

17. PLANO CEMAT OP

CNPB: 19.980.067-19 - CEMAT OP

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

R\$ mil

Descrição	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
1. Ativos	180.305	177.092	1,81
Disponível	3	1	200,00
Recebível	931	817	13,95
Investimento	179.371	176.274	1,76
Títulos Públicos	59.441	44.879	32,45
Créditos Privados e Depósitos	67.893	67.470	0,63
Ações	706	921	[23,34]
Fundos de Investimento	43.365	55.148	[21,37]
Empréstimos	7.898	7.788	1,41
Outros Realizáveis	68	68	0
2. Obrigações	1.144	819	39,68
Operacional	1.141	816	39,83
Contingencial	3	3	0
3. Fundos não Previdenciais	781	591	32,15
Fundos Administrativos	709	542	30,81
Fundos de Investimentos	72	49	46,94
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	178.380	175.682	1,54
Provisões Matemáticas	173.641	169.952	2,17
Superávit/Déficit Técnico	[7.048]	[4.468]	57,74
Fundos Previdenciais	11.787	10.198	15,58

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

R\$ mil

Descrição		Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - Início do exercício	175.682	184.200	(4,62)
	1. Adições	19.319	7.238	166,91
(+)	Contribuições	3.451	3.919	(11,94)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	15.868	3.319	378,10
	2. Destinações	(16.621)	(15.756)	5,49
(-)	Benefícios	(15.993)	(15.170)	5,43
(-)	Custeio Administrativo	(628)	(586)	7,17
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	2.698	(8.518)	(131,67)
(+/-)	Provisões Matemáticas	3.690	2.274	62,27
(+/-)	Fundos Previdenciais	1.589	(6.324)	(125,13)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(2.581)	(4.468)	(42,23)
	4. Operações Transitorias	0	0	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	178.380	175.682	1,54
	C) Fundos não previdenciais	781	591	32,15
(+)	Fundos Administrativos	709	542	30,81
(+)	Fundos dos Investimentos	72	49	46,94

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

DESCRÍÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	179.596	176.550	1,73
1. Provisões Matemáticas	173.642	169.952	2,17
1.1. Benefícios Concedidos	126.087	114.641	9,98
Contribuição Definida	53.067	7.919	570,12
Benefício Definido	73.020	106.722	(31,58)
1.2. Benefício a Conceder	47.555	55.311	(14,02)
Contribuição Definida	47.555	55.311	(14,02)
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	3.023	3.157	(4,24)
Saldo de Contas - parcela participantes	44.532	52.154	(14,61)
2. Equilíbrio Técnico	(7.048)	(4.468)	57,74
2.1. Resultados Realizados	(7.048)	(4.468)	57,74
(-) Déficit técnico acumulado	(7.048)	(4.468)	57,74
3. Fundos	11.859	10.247	15,73
3.1. Fundos Previdenciais	11.787	10.198	15,58
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	72	49	46,94
4. Exigível Operacional	1.141	817	39,66
4.1. Gestão Previdencial	1.098	762	44,09
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	43	55	(21,82)
5. Exigível Contingencial	2	2	0,00
5.1. Gestão Previdencial	2	2	0,00

André Bolonha Fiuza de Mello
 Diretor Presidente
 CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
 Contador
 CRC MT-011135/0-2 “S” SP

18. PLANO R

CNPB: 20.060.066-65 - PLANO DE BENEFÍCIOS R

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

R\$ mil

Descrição	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
1. Ativos	46.490	43.281	7,41
Disponível	2	0	100,00
Recebível	2.829	2.217	27,60
Investimento	43.659	41.064	6,32
Títulos Públicos	20.496	10.836	89,15
Créditos Privados e Depósitos	9.039	16.290	(44,51)
Ações	171	222	(22,97)
Fundos de Investimento	13.417	13.293	0,93
Empréstimos	516	401	28,68
Outros Realizáveis	20	22	(9,09)
2. Obrigações	613	734	(16,49)
Operacional	414	532	(22,18)
Contingencial	199	202	(1,49)
3. Fundos não Previdenciais	1.937	1.457	32,94
Fundos Administrativos	1.930	1.452	32,92
Fundos de Investimentos	7	5	40,00
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	43.940	41.090	6,94
Provisões Matemáticas	47.190	40.722	15,88
Superávit/Déficit Técnico	[8.368]	[4.877]	71,58
Fundos Previdenciais	5.118	5.245	(2,42)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

R\$ mil

Descrição		Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - Início do exercício	41.090	42.396	(3,08)
	1. Adições	9.743	6.831	42,63
(+)	Contribuições	6.952	6.831	1,77
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.788	0,00	100,00
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	3	0	100,00
	2. Destinações	(6.893)	(8.137)	(15,29)
(-)	Benefícios	(5.165)	(5.110)	1,08
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(1.430)	(100,00)
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	(12)	(100,00)
(-)	Custeio Administrativo	(1.728)	(1.585)	9,02
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	2.850	(1.306)	(318,22)
[+/-]	Provisões Matemáticas	6.467	4.368	48,05
[+/-]	Fundos Previdenciais	(127)	(303)	(58,09)
[+/-]	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(3.490)	(5.371)	(35,02)
	4. Operações Transitórias	0	0	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	43.940	41.090	6,94
	C) Fundos não previdenciais	1.936	1.457	32,88
(+)	Fundos Administrativos	1.930	1.452	32,92
(+)	Fundos dos Investimentos	6	5	20,00

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

DESCRÍÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	44.559	41.828	6,53
1. Provisões Matemáticas	47.190	40.722	15,88
1.1. Benefícios Concedidos	47.190	40.722	15,88
Benefício Definido	47.190	40.722	15,88
2. Equilíbrio Técnico	(8.368)	(4.877)	71,58
2.1. Resultados Realizados	(8.368)	(4.877)	71,58
(-) Déficit técnico acumulado	(8.368)	(4.877)	71,58
3. Fundos	5.124	5.249	(2,38)
3.1. Fundos Previdenciais	5.118	5.244	(2,40)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	6	5	20,00
4. Exigível Operacional	414	532	(22,18)
4.1. Gestão Previdencial	310	422	(26,54)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	104	110	(5,45)
5. Exigível Contingencial	199	202	(1,49)
5.1. Gestão Previdencial	199	202	(1,49)

André Bolonha Fiuza de Mello
 Diretor Presidente
 CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
 Contador
 CRC MT-011135/0-2 "S" SP

19. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de R\$)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

Características e Finalidades

A **REDEPREV** - Fundação Rede de Previdência (“Fundação” ou “REDEPREV”) é uma sociedade jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, enquadrando-se como Entidade Fechada de Previdência Complementar, com funcionamento autorizado através da Portaria nº. 47, de 24 de Outubro de 2003 do Ministério da Previdência Social – Secretaria de Previdência Complementar, iniciando suas atividades em 02 de Fevereiro de 2004, conforme Portaria nº. 67 de 03 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União em 04 de dezembro de 2003 e republicada com retificação, em 11 de Dezembro de 2003.

Foi instituída pela fusão de 3 Fundações, absorvendo todos os bens, direitos e obrigações, são elas: a Fundação Grão Pará de Previdência e Assistência Social - **FUNGRAPA**; Fundação de Previdência e Assistência Social dos Empregados da CEMAT - **PREVIMAT**; Fundação Rede de Seguridade - **FUNREDE**; e tem como patrocinadora as seguintes empresas:

- Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA;
- Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A. – CEMAT;
- Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A.- ENERSUL;
- Empresa Elétrica Bragantina S.A.;
- Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.;
- Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.;
- Companhia Nacional de Energia Elétrica;
- Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS;
- Companhia Força e Luz do Oeste;
- CAIUÁ – Distribuição de Energia S.A.;
- Companhia Técnica de Comercialização de Energia;
- Rede Power do Brasil S.A.;
- Tocantins Energética S.A.;
- Rede Energia S/A;
- DENERGE – Desenvolvimento Energético S.A.;
- BBPM Participações S.A.
- REDEPREV – Fundação Rede de Previdência.

Na forma das suas disposições estatutárias e regulamentares a Fundação tem por finalidade principal: instituir, administrar e executar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, acessíveis aos empregados e dirigentes das Patrocinadoras e da própria Fundação, extensivos aos seus respectivos beneficiários legais, conforme disposto no Estatuto, nos Regulamentos dos Planos de Benefícios e na legislação vigente.

Para a consecução de seus objetivos, a Fundação obtém recursos de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como de rendimentos auferidos pela aplicação dos seus recursos garantidores em investimentos. É regido pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Por decorrência, obedece às normas baixadas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, através da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar e às Resoluções do Banco Central do Brasil - BACEN e do Conselho Monetário Nacional - CMN.

A REDEPREV administra atualmente 6 (seis) planos de benefícios previdenciais sendo 3 (três) planos estruturados na modalidade de Benefício Definido e 3 (três) planos de Contribuição Variável, conforme enquadramento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, cujo custeio é estabelecido anualmente pelo atuário com base na Avaliação Atuarial.

A REDEPREV possuía em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as seguintes quantidades de participantes:

PLANOS	31/12/2014	31/12/2013
ELÉTRICAS BDI	356	362
Ativos	12	16
Assiatidos	221	227
Beneficiários [Pensionistas]	121	115
Autopatrocínados	2	3
Benefício Proporcional Diferido [BPD]	0	1
ELÉTRICAS OP	2.609	2.605
Ativos	2.516	2.522
Assiatidos	68	57
Beneficiários [Pensionistas]	2	1
Autopatrocínados	5	10
Benefício Proporcional Diferido [BPD]	18	15
CELPA BDI	0	298
Ativos	0	0
Assiatidos	0	257
Beneficiários [Pensionistas]	0	41
Autopatrocínados	0	0
Benefício Proporcional Diferido [BPD]	0	0
CELPA BDII	0	314
Ativos	0	10
Assiatidos	0	169
Beneficiários [Pensionistas]	0	135
Autopatrocínados	0	0
Benefício Proporcional Diferido [BPD]	0	0
CELPA OP	1.742	1.800
Ativos	1.642	1.708
Assiatidos	75	64
Beneficiários [Pensionistas]	2	1
Autopatrocínados	3	3
Benefício Proporcional Diferido [BPD]	20	24
CEMAT BDI	148	144
Ativos	3	3
Assiatidos	90	91
Beneficiários [Pensionistas]	55	50
Autopatrocínados	0	0
Benefício Proporcional Diferido [BPD]	0	0
CEMAT OP	2.221	2.269
Ativos	1.857	1.927
Assiatidos	298	285
Beneficiários [Pensionistas]	48	42
Autopatrocínados	10	9
Benefício Proporcional Diferido [BPD]	8	6
TOTAL DE PARTICIPANTES	7.076	7.792

A inscrição nos Planos OPTATIVOS (OP's) ocorre de forma indissociável ao Plano de RISCO, consequentemente, todos os participantes inscritos nos respectivos planos OP's, ficam automaticamente cobertos pelos benefícios de RISCO.

PLANO DE RISCO	6.183	6.504
Ativos	6.039	6.363
Assistidos	73	72
Beneficiários [Pensionistas]	53	44
Autopatrocinados	18	25

1.1 Transferência do controle societário Grupo Rede para Energisa (Patrocinadoras da Redeprev)

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL decretou em 31 de agosto de 2012, intervenção em oito das nove distribuidoras de energia elétrica, patrocinadoras da Redeprev: Centrais Elétricas Mato-grossenses - Cemat, Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - Celtins, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul - Enersul, Companhia Força e Luz do Oeste, Caiuá Distribuição de Energia S/A., Empresa Elétrica Bragantina S/A., Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A. e Companhia Nacional de Energia Elétrica. O Grupo Energisa assumiu, em 11 de abril de 2014, o controle das oito distribuidoras do Grupo Rede que estavam, desde setembro de 2012, sob intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A transferência do controle e aprovação de um plano de recuperação das concessionárias eram condições para encerramento da intervenção pela agência reguladora.

1.2 Informações sobre Recuperação Judicial da Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA

A Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial” (“CELPA”), uma das patrocinadoras da Fundação, teve o processo de Recuperação Judicial deferido em 29 de fevereiro de 2012. A REDEPREV, protocolou em 23 de março de 2012, o processo de reconhecimento dos créditos devido pela Patrocinadora CELPA, referente às contribuições e alugueis do mês de competência de fevereiro de 2012, onde a REDEPREV é credora em R\$ 475, este saldo foi totalmente provisionado no exercício de 2012.

No processo de recuperação judicial, foi acordado com a CELPA, que a quitação deste débito foi parcelado em 60 parcelas. Durante o exercício de 2014, a Fundação vem estornando a provisão anteriormente efetuada, a medida do recebimento das parcelas. O saldo desta dívida é de R\$ 183.

1.3 Informações sobre transferência de gestão dos planos CELPA

a) Plano CELPA BD-I e CELPA BD-II

Em decorrência da aquisição por parte da Equatorial Energia S.A., do controle acionário da patrocinadora Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, esta comunicou à REDEPREV, a sua decisão de transferir a gestão dos Planos de Benefícios CELPA BD-I (CNPB 1982.0006-19) e CELPA BD-II (CNPB 1997.0004-74), administrados pela REDEPREV - Fundação de Previdência Complementar, para a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, com data-base de 30 de setembro de 2013.

Em 22 de novembro de 2013, o Conselho Deliberativo da RedePrev aprovou, através de reunião extraordinária, a transferência do gerenciamento dos planos de benefícios patrocinados pela CELPA (CELPA BD-I e CELPA BD-II) da REDEPREV para a FASCEMAR, tendo a REDEPREV protocolado o processo junto a PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar em 27 de janeiro de 2014. A efetiva transferência de gerenciamento dos referidos planos ocorreu em 01 de julho de 2014.

b) Plano CELPA OP e parte cindida do Plano de Risco

A patrocinadora Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, comunicou à REDEPREV, a sua decisão de transferir a gestão do Plano de Benefícios CELPA OP (CNPB 2000.0004-11) e da parte do Plano de Risco (CNPB 2006.0066-65), administrados pela REDEPREV - Fundação de Previdência Complementar, para a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, com data-base de 31 de janeiro de 2014.

Em 13 de fevereiro de 2014, o Conselho Deliberativo da REDEPREV aprovou, através de reunião extraordinária, a transferência de gerenciamento do Plano CELPA OP e a cisão/transferência do Plano de RISCO, (parcela referente aos participantes ativos e assistidos da CELPA), da REDEPREV para a FASCEMAR, tendo a REDEPREV protocolado o processo junto a PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar em 02 de setembro 2014.

Através do Ofício 3046/CGTR/DITEC/PREVIC de 26/09/2014 – Plano Celpa-OP e Ofício 3232/CGTR/DITEC/PREVIC de 15/10/2014 – Plano-R, a PREVIC solicitou algumas exigências para dar continuidade na análise do processo de cisão e transferência dos planos. A REDEPREV protocolou junto à PREVIC em 19/12/2014 Plano-R e em 22/12/2014 Plano Celpa-OP novos processos em atendimento as exigências apontadas.

1.4 Destinação da Reserva de Revisão do Plano

Em 13 de fevereiro de 2014, o Conselho Deliberativo da Redeprev aprovou, através de reunião extraordinária, a destinação da reserva especial para revisão do plano CELPA OP. O valor atribuído aos participantes ativos será creditado no “Fundo F”, criado especificamente para esta finalidade e contabilizado pelo regime de quotas patrimoniais, para pagamento em prestação única, por ocasião da concessão da Renda Mensal, ou opção pelos institutos do Resgate ou Portabilidade; enquanto os assistidos e pensionistas em gozo de Renda Mensal Vitalícia ou Financeira receberam os valores individuais em 04 (quatro) prestações mensais e sucessivas, pagas em fevereiro, março, abril e maio de 2014, atualizadas da mesma forma, pelo regime de quotas patrimoniais, a título de benefício temporário. A parcela atribuível a CELPA está mantida no Plano e contabilizada em conta específica sob regime de quotas patrimoniais, com o objetivo de abater as contribuições normais futuras, até o esgotamento do saldo.

1.5 Alterações na estrutura da gestão dos investimentos

Em 12 de novembro de 2013, o Conselho Deliberativo da RedePrev aprovou, através de reunião extraordinária, alteração da segregação dos investimentos da Fundação, para o segmentos de renda fixa e renda variável, passando de segregação virtual (unifundo) para segregação real (multifundo), sendo implantada em janeiro de 2014.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da REDEPREV estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos reguladores e fiscalizadores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC's), especificamente a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e as práticas contábeis brasileiras. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC's reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões Previdencial, Assistencial, Administrativa e dos Investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

Em decorrência da aprovação da Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, que dispôs sobre os procedimentos contábeis das EFPCs, a Fundação passou a apresentar em suas demonstrações contábeis a

“Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios”, substituindo a “Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano”.

3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor das EFPC's observadas as normas, os procedimentos e os critérios gerais determinados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

3.1. Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções / Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

3.2. Reservas Matemáticas e Fundos da Gestão Previdencial

São apurados com base em cálculos atuariais, elaborados por atuários externos. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos.

3.3. Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2014 e 2013, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações.

3.4. Ativo Realizável – Fluxo dos Investimentos

Registraram-se as aplicações dos recursos dos planos de benefícios, segregados por plano, obedecendo aos limites e critérios determinados em legislação pertinente, classificados como segue:

I - Renda Fixa e Renda Variável

Considerando as disposições da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC no 04, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

- Títulos para negociação - Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição. São avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos nas operações do período; e
- Títulos mantidos até o vencimento - Quando a intenção da Administração, e considerando a capacidade financeira da Fundação, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

A Fundação possui capacidade financeira e a intenção é manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

A receita com títulos de renda fixa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas da carteira são apropriadas mensalmente em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

A avaliação dos títulos de renda variável, considera a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação foi negociada em Bolsa de Valores, conforme passou a determinar a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

II - Investimentos Imobiliários

São registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustados pelo valor das reavaliações a valor de mercado efetuadas, a cada três anos, conforme determina a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009 e deduzida da depreciação, calculada pelo método linear, de acordo com o prazo de vida útil de cada bem, estabelecido nos laudos de avaliação.

III - Operações com Participantes (Empréstimos Financeiros)

Estão registradas pelo valor atualizado dos débitos dos participantes e assistidos oriundos de empréstimos financeiros concedidos pela Fundação.

A Fundação não identificou necessidade de constituição de provisão para perdas prováveis em 2013 na realização das “Operações com Participantes (valores à receber)”, atendendo ao disposto no item 11, Anexo “A”, da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

3.5. Imobilizado

Os itens que compõem o Ativo Imobilizado da Fundação são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimada na aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

Descrição	Taxa
Edificações	2%
Imobilizado	
Móveis e Utensílios	10%
Maquinas e Equipamentos	10% - 25%
Veículos	20%
Computadores e Periféricos	20%
Ventiladores - Refrigeradores de Ar	25%

3.6. Intangível

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, a REDEPREV observa as seguintes regras:

- A amortização do intangível é contabilizada, mensalmente, como redutora, em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida a conta de resultado do Plano de Gestão Administrativa (PGA);
- A amortização é calculada pelo método linear; e
- A amortização do intangível independe da existência do resultado do PGA.

3.7. Exigível Operacional

É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variação monetários incorridos.

3.8. Provisão de Férias, 13º Salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias, 13º salários são provisionados no PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

3.9. Exigível Contingencial

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, além dos seguintes critérios:

- Efetivar o registro da provisão no Passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem; e
- Existindo depósito judicial este deverá ser registrado no Ativo Contingencial dos planos.

3.10. Patrimônio Social – Provisões Matemáticas

São determinadas segundo cálculos efetuados por atuário externo, contratado pela Fundação, e representam os compromissos previdenciais assumidos com os participantes assistidos e beneficiários. As provisões relativas a benefícios concedidos são representadas pelo valor presente dos benefícios futuros de participantes, em gozo de aposentadoria ou pensão, líquido das respectivas contribuições futuras. E os benefícios a conceder, representam o montante dos saldos de contas individuais nos planos de contribuição variável e saldo de conta coletiva para os planos de benefício definido.

3.11. Apurações de Resultado

O resultado das operações é registrado pelo regime contábil de competência. Os valores das contribuições das patrocinadoras são estabelecidos anualmente por meio de cálculos atuariais.

3.12. Receitas Administrativas

Atendendo às determinações legais contidas na Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas, oriundas do Plano Anual de Custeio da Fundação são transferidas dos Planos de Benefícios para o Plano de Gestão Administrativa - PGA.

3.13. Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do Plano de Gestão Administrativa - PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas) administrativas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

Para custear as despesas com a gestão administrativa nos exercícios de 2014 e de 2013, as Patrocinadoras fizeram uma contribuição mensal equivalente a 1,50% (1,40% em 2013) sobre a suas folhas de salários, para suprir as despesas previstas com a administração de todos os planos de benefícios.

As despesas comuns foram apropriadas de acordo com as atividades de previdência e de investimentos. Realizado o rateio de acordo com as tarefas desempenhadas pelo quadro de colaboradores, foram registradas 57% para gestão previdencial e 43% para administração dos investimentos. As despesas vinculadas diretamente à gestão previdencial e de investimentos foram registrados integralmente como despesas da gestão previdencial e despesas de administração dos investimentos, respectivamente.

As despesas específicas são alocadas diretamente ao plano que originou e as despesas comuns administrativas são custeadas pelas contribuições vertidas ao Plano de Gestão Administrativa – PGA. As despesas comuns de investimento são rateadas pelo número de participantes ativos e assistidos.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano, a REDEPREV utiliza o critério de rateio que leva em consideração a ponderação entre o número de participantes e assistidos dos Planos de Benefícios.

A Fundação também constitui fundo administrativo próprio, com recursos provenientes de receitas diretas da Gestão Administrativa, conforme previsto do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. As fontes de custeio da Gestão Administrativa, obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da REDEPREV, em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

4 – REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL

Registram os recursos a receber referente às contribuições previdenciais dos participantes, patrocinadoras e autopatrocínadas, e contribuições sobre 13º salário, do mês em curso e em atraso, bem como, as contribuições contratadas com patrocinadoras, suportadas por contrato e depósitos judiciais conforme demonstrado a seguir:

ITEM	31/12/2014	31/12/2013
GESTÃO PREVIDENCIAL	1.735	1.761
1. Recursos a Receber	1.571	1.724
1.1 Contribuições do Mês	1.232	1.374
1.2 Contribuições em Atraso	0	7
1.3 Contribuições Sobre 13º Salário	339	343
2. Depósitos Judiciais	164	17
3. Outros Realizáveis	0	20

4.1 - PROVISÕES PARA PERDAS – Contribuições Previdencias

A Fundação constituiu provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 178 em 31 de dezembro de 2012, no decorrer do ano de 2014, foram registrados os recebimentos conforme o plano de recuperação judicial, reduzindo assim a provisão inicial da rubrica para o valor de R\$ 87 em 31 de dezembro de 2014. O valor descrito acima, se refere às contribuições previdenciais patronais do Plano de Benefícios de Risco e Plano CELPA-OP, referente ao mês de fevereiro de 2012, devido à recuperação judicial da patrocinadora CELPA.

5 - REALIZÁVEL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

A composição dos realizáveis da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte:

ITEM	31/12/2014	31/12/2013
GESTÃO ADMINISTRATIVA	467	481
1. Contas a Receber	323	345
1.1 Contribuições para Custeio	323	345
2. Adiantamentos	17	14
3. Depósitos Judiciais	112	104
4. Outros Realizáveis	15	18

5.1 - PROVISÕES PARA PERDAS – Contribuições para Custeio

A Fundação constituiu provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 83 em 31 de dezembro de 2012, no decorrer do ano de 2014, foram registrados os recebimentos conforme o plano de recuperação judicial, reduzindo assim a provisão inicial da rubrica para o valor de R\$ 41 em 31 de dezembro de 2014. O valor descrito acima, se refere à contribuição para custeio administrativo, referente ao mês de fevereiro de 2012, devido à recuperação judicial da patrocinadora CELPA.

6 - REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

No Programa de Investimentos estão registradas, por segmento, as aplicações dos recursos garantidores dos planos de benefícios da Fundação: renda fixa, renda variável, investimentos imobiliários e operações com participantes.

A PREDEPREV alterou a segregação dos investimentos da Fundação, para os segmentos de renda fixa e renda variável, passando de segregação virtual (unifundo) para segregação real (multifundo), sendo implantada em janeiro de 2014. A segregação real é caracterizada por uma gestão individualizada dos recursos por plano.

A seguir, apresentamos o realizável do Programa de Investimentos, em 31 de dezembro 2014, com o comparativo do exercício anterior:

(VEJA A TABELA NA PRÓXIMA PÁGINA)

DESCRÍÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
INVESTIMENTOS	612.133	815.698
1. Títulos Públicos Federais	172.452	197.356
Notas do Tesouro Nacional	172.452	197.356
1.2. Créditos Privados e Depósitos	214.421	296.702
1.2.1 Instituições Financeiras	179.326	231.510
CDB Bic Banco	1.653	16.287
CDB Sofiae	12.985	15.660
CDB Paraná	1.652	0
DPGE Sofiae	15.176	13.469
DPGE Modal	9.509	16.944
DPGE Schahin	0	7.407
DPGE Mercantil	21.568	19.009
DPGE BMG	16.775	14.866
DPGE Dacasa	0	6.166
DPGE Tricury	13.760	12.053
DPGE Arbi	2.053	7.887
DPGE Caruana	12.807	11.478
DPGE Banif	0	5.513
DPGE NBCB	7.334	6.497
DPGE Bco. Bonsucesso	11.686	15.150
DPGE Bco.Santinvest	10.871	9.595
DPGE Bco.Omni	0	2.098
LFS Itaú	5.385	6.350
LFS ABC	11.038	13.755
LFS BNP Paribas	8.199	10.495
LFS Bradesco	8.186	10.497
LFS Safra	8.689	10.334
1.2.2 Companhias Abertas	35.095	52.669
Debêntures Cemig	8.808	29.759
Debêntures Coelce	7.706	0
Debêntures Bradespar	8.537	10.457
Debêntures Duke Energy	10.044	12.453
1.2.3 Patrocinadora	0	12.523
Debêntures Rede Energia (item 6.2)	0	12.523
1.3 Ações	2.321	4.580
1.3.1 Patrocinadora	2.321	4.580
Rede Energia	2.321	4.580
1.4 Fundos de Investimento	174.277	258.686
1.4.1 Referenciado	36.444	35.355
Bradesco	36.444	35.355
BNP	23.710	26.020
1.4.2 Renda Fixa	3.090	21.971
Bradesco		5.356
Mellon	3.315	4.062
BTG Pactual	4.594	5.905
HSBC	4.005	0
BNP Paribas	8.706	10.697
1.4.3 Ações	43.754	140.054
Bradesco	6.684	9.869
Mellon	25.069	111.660
Pactual	7.453	12.652
CEF	4.548	5.873
1.4.4 Multimercado	68.197	49.757
Itaú	49.639	35.420
Mellon	7.063	8.537
Bradesco	11.495	5.800
1.4.5 Direitos Creditórios	2.172	7.500
Ceee	566	2.658
Fornecc. Petrobrás	1.606	4.842
2. Investimentos Imobiliários	21.920	28.398
2.1. Imóveis em Construção	87	87
2.2. Alugueis e Renda	21.833	28.311
3. Operações com Participantes	24.528	29.681
3.1. Empréstimos	26.528	29.681
4. Outros Realizáveis	214	295

Títulos mantidos até o vencimento

Esta classificação refere-se aos títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira da entidade em mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos em contrapartida ao resultado do período. Em 31 de Dezembro de 2014, os títulos mantidos até o vencimento são:

DESCRÍÇÃO	31/12/2014		31/12/2013	
	VALOR DE CUSTO	VALOR NA CURVA	VALOR DE CUSTO	VALOR NA CURVA
Títulos Públicos Federais	161.648	172.452	115.864	118.293
NTN	161.648	172.452	115.864	118.293
Créditos Privados e Depósitos	3.305	3.305	0	0
CDB Bic Banco	1.500	1.653	0	0
CDB Paraná	1.500	1.652	0	0

Títulos para Negociação

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira da Fundação foram classificados na categoria “Títulos para Negociação” e os mesmos são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizadas reconhecidos no resultado do exercício, conforme as Resoluções nº. 04, de 30 de janeiro de 2002, nº. 08 de junho de 2002, e nº. 22, de 25 de fevereiro de 2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar e em consonância com as normas do Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários, conforme demonstrado a seguir:

(VEJA A TABELA NA PRÓXIMA PÁGINA)

DESCRICAÇÃO	31/12/2014		31/12/2013	
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO
Títulos Públicos Federais	0	0	49.048	79.063
NTN	0	0	49.048	79.063
Créditos Privados e Depósitos	163.131	211.116	285.523	296.702
CDB Sofia	10.988	12.985	15.000	15.660
DPGE Sofia	9.040	15.176	9.040	13.469
DPGE Modal	5.000	9.509	10.000	16.944
DPGE Schahin	0	0	5.000	7.407
DPGE Mercantil	13.099	21.568	13.099	19.009
DPGE BMG	11.000	16.775	11.000	14.866
DPGE Dacasa	0	0	5.000	6.166
DPGE Tricury	10.000	13.760	10.000	12.053
DPGE Arbi	1.500	2.053	6.500	7.887
DPGE Caruana	10.000	12.807	10.000	11.478
DPGE Banif	0	0	5.000	5.513
DPGE NBCB	6.000	7.334	6.000	6.497
DPGE Bonacessão	9.600	11.686	14.000	15.150
DPGE Bco.Santinvest	9.000	10.871	9.000	9.595
DPGE Omni	0	0	2.000	2.098
LFS Itau	4.000	5.385	5.000	6.350
LFS ABC	9.300	11.038	13.000	13.755
LFS BNP Paribas	7.000	8.199	10.000	10.495
LFS Bradesco	7.000	8.186	10.000	10.497
LFS Safra	7.500	8.689	10.000	10.334
Debêntures Cemig	8.879	8.808	23.826	29.759
Debêntures Bradespar	7.330	8.537	10.000	10.457
Debêntures TAE	7.330	7.706	0	0
Debêntures Duke Energy	9.565	10.044	13.058	12.453
Debêntures Rede Energia	0	0	45.000	12.523
TOTAL	163.131	211.116	334.571	375.765

Independente da classificação adotada, a Fundação procura respeitar, para os casos que tem esse compromisso, os seus prazos previstos e negociados, quando da aplicação dos recursos. A seguir, apresentamos a composição das aplicações dos títulos e valores mobiliários, do Programa de Investimentos segregados em curto prazo (vencimento até 12 meses) e longo prazo (vencimento após 12 meses):

- Exercício de 2014

Títulos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
1.1. Títulos Públicos Federais	0	172.452	172.452
Notas do Tesouro Nacional	0	172.452	172.452
1.2. Créditos Privados e Depósitos	72.654	151.362	224.016
1.2.1 Instituições Financeiras	64.117	124.804	188.921
CDB Bic Banco	1.653	0	1.653
CDB Sofia	0	12.985	12.985
CDB Paraná	1.652	0	1.652
DPGE Sofia	0	15.176	15.176
DPGE Modal	9.509	0	9.509
DPGE Santinvest	0	9.595	9.595
DPGE Mercantil	0	21.568	21.568
DPGE BMG	0	16.775	16.775
DPGE Tricury	0	13.760	13.760
DPGE Arbi	0	2.053	2.053
DPGE Caruana	0	12.807	12.807
DPGE NBCB	7.384	0	7.384
DPGE Bco.Bonacessão	11.686	0	11.686
DPGE Bco.Santinvest	4.860	6.011	10.871
LFS Itau	0	5.385	5.385
LFS ABC	11.038	0	11.038
LFS BNP Paribas	8.199	0	8.199
LFS Bradesco	8.186	0	8.186
LFS Safra	0	8.689	8.689
1.2.2 Companhias Abertas	18.525	18.525	52.669
Debêntures Cemig	0	8.808	8.808
Debêntures TAEE	0	7.706	7.706
Debêntures Bradespar	8.537	0	8.537
Debêntures Duke Energy	0	10.044	10.044
1.3 Ações	2.321	0	2.321
1.3.1 Patrocinadora	2.321	0	2.321
Rede Energia	2.321	0	2.321
1.4 Fundos de Investimento	165.570	0	165.570
1.4.1 Referenciado	36.444	0	36.444
Bradesco	36.444	0	36.444
1.4.2 Renda Fixa	15.004	0	15.004
Bradesco	3.090	0	3.090
Mellon	3.315	0	3.315
BTG Pactual	4.594	0	4.594
BNP Paribas	4.005	0	4.005

Títulos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
1.4.3 Ações	43.754	0	43.754
Bradesco	6.684	0	6.684
Pactual	7.453	0	7.453
Mellon	25.069	0	25.069
CEF	4.548	0	4.548
1.4.4 Multimercado	68.196	0	68.196
Itau	49.639	0	49.639
Bradesco	11.495	0	11.495
Mellon	7.062	0	7.062
1.4.5 Direitos Creditórios	2.172	0	2.172
Ceee	566	0	566
Fornec.Petrobrás	1.606	0	1.606

- Exercício de 2013

Títulos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
1.1. Títulos Públicos Federais	0	0	257.674
Notas do Tesouro Nacional	0	0	257.674
1.2. Créditos Privados e Depósitos	34.812	261.890	296.702
1.2.1 Instituições Financeiras	16.287	215.223	231.510
CDB Bic Banco	16.287	0	16.287
CDB Sofisa	0	15.660	15.660
DPGE Omni	0	2.098	2.098
DPGE Sofisa	0	13.469	13.469
DPGE Modal	0	16.944	16.944
DPGE Santinvest	0	9.595	9.595
DPGE Schahin	0	7.407	7.407
DPGE Mercantil	0	19.009	19.009
DPGE BMG	0	14.866	14.866
DPGE Dacasa	0	6.166	6.166
DPGE Tricury	0	12.053	12.053
DPGE Arbi	0	7.887	7.887
DPGE Caruana	0	11.478	11.478
DPGE Banif	0	5.513	5.513
DPGE NBCB	0	6.497	6.497
DPGE Bco.Bonacessio	0	15.150	15.150
LFS Itau	0	6.350	6.350
LFS ABC	0	13.755	13.755
LFS BNP Paribas	0	10.495	10.495
LFS Bradesco	0	10.497	10.497
LFS Safra	0	10.334	10.334

Títulos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
1.2.2 Companhias Abertas	18.525	34.144	52.669
Debêntures Cemig	18.525	11.234	29.759
Debêntures Bradespar	0	10.457	10.457
Debêntures Duke Energy	0	12.453	12.453
1.2.3 Patrocinadora	0	12.523	12.523
Debêntures Rede Energia	0	12.523	12.523
1.3 Ações	4.580	0	4.580
1.3.1 Patrocinadora	4.580	0	4.580
Rede Energia	4.580	0	4.580
1.4 Fundos de Investimento	258.686	0	258.686
1.4.1 Referenciado	35.355	0	35.355
Bradesco	35.355	0	35.355
1.4.2 Renda Fixa	26.020	0	26.020
Bradesco	5.356	0	5.356
Mellon	4.062	0	4.062
BTG Pactual	5.905	0	5.905
BNP Paribas	10.697	0	10.697
1.4.3 Ações	140.054	0	140.054
Bradesco	9.869	0	9.869
Pactual	12.652	0	12.652
Mellon	111.660	0	111.660
CEF	5.873	0	5.873
1.4.4 Multimercado	49.757	0	49.757
Itau	35.420	0	35.420
Bradesco	5.800	0	5.800
Mellon	8.537	0	8.537
1.4.5 Direitos Creditórios	7.500	0	7.500
Ceee	2.658	0	2.658
Fornec. Petrobras	4.842	0	4.842

6.1 - PROVISÕES PARA PERDAS

a) BANCO SANTOS S/A.

A Fundação possuía no seu Programa de Investimentos uma aplicação em Certificado de Depósito Bancário – CDB emitida pelo Banco Santos S/A. no valor R\$ 10.352 (Posição 12/11/2004). Este Banco em 12 de novembro de 2004 sofreu intervenção do Banco Central.

Tendo o Banco Central do Brasil decretado a liquidação extrajudicial da instituição financeira, a REDEPREV, com base nas Resoluções CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, provisionou, à época, como Liquidação Duvidosa no seu resultado o valor de R\$ 13.019 que equivale a 100% do total desta operação.

Em 02 de julho de 2010 a administração da massa falida do Banco Santos S/A, efetuou o pagamento do primeiro rateio dos créditos quirografários à REDEPREV no valor de R\$ 1.135, em 5 de janeiro de 2011, efetuou o pagamento do segundo rateio no valor de R\$ 2.044, e, em 14 de janeiro de 2013 efetuou o pagamento terceiro rateio no valor de R\$ 733 reduzindo assim a provisão inicial da rubrica Liquidação Duvidosa para R\$ 9.107 em 31 de dezembro de 2013. Após a transferência de gerenciamento dos planos

CELPA BDI e CELPA BDII, o valor registrado na rubrica Liquidação Duvidosa em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 6.200.

A Fundação promoveu demanda judicial (apelação nº. 644424.5-0) contra o Fundo Garantidor de Créditos, em razão da aplicação em CDB no Banco Santos S/A., massa falida, para garantir a cada participante o valor de R\$ 20 até atingir o valor total do investimento, considerando-o como aplicador individual.

b) BANCO BVA S/A.

A Fundação possuía no seu Programa de Investimentos, na data da intervenção no Banco BVA S/A., decretada pelo Banco Central, uma aplicação em Certificado de Depósito Bancário – CDB no valor R\$ 11.002. A intervenção ocorreu em 19 de outubro de 2012 e a REDEPREV de acordo com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, provisionou como Liquidação Duvidosa no seu resultado do exercício corrente, o valor de R\$ 10.932. Após a transferência de gerenciamento dos planos CELPA BDI e CELPA BDII, o valor registrado na rubrica Liquidação Duvidosa em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 8.045.

A Fundação promoveu demanda judicial (apelação nº. 0012945-59) contra o Fundo Garantidor de Créditos, em razão da aplicação em CDB no Banco BVA, para garantir a cada participante o valor de R\$ 20 até atingir o valor total do investimento, considerando-o como aplicador individual.

6.2 – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

a) Edificações para Renda - Locadas a Patrocinadora

São registradas pelo custo de aquisição, e estão demonstrados ao custo corrigido monetariamente pela Unidade Fiscal de Referência – UFIR, até 31 de dezembro de 1995 e ajustados por reavaliação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada do bem. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

(VEJA A TABELA NA PRÓXIMA PÁGINA)

DESCRÍÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
Bragança Paulista - SP	6.364	5.245
Terreno	2.594	1.770
Edificações	3.770	3.475
São Paulo - SP Conjunto nº. 111	1.767	1.782
Terreno	1.100	1.100
Edificações	667	682
São Paulo - SP Conjunto nº. 112	1.767	1.782
Terreno	1.100	1.100
Edificações	667	682
São Paulo - SP Conjunto nº. 121	1.755	1.776
Terreno	840	840
Edificações	915	936
São Paulo - SP Conjunto nº. 122	1.755	1.776
Terreno	840	840
Edificações	915	936
Araguaína - TO	2.888	2.352
Terreno	1.442	1.390
Edificações	1.446	962
Belém - PA	5.417	13.380
Terreno	2.736	4.190
Edificações	2.681	9.190
Valores a Receber	120	218
Imóveis em Construção	87	87
TOTAL	21.920	28.398

b) Reavaliação de Imóveis

b.1) A reavaliação do imóvel situado na Rodovia Augusto Montenegro Km 8,5, Tapanã no Município de Belém – Pará, foi reavaliado em Maio de 2014, pela empresa Consult Consultoria, Engenharia e Avaliações LTDA.

Descrição do Imóvel	Terreno	Edificações	Total
Rod. Augusto Monte Negro, Km 8,5 Belém/PA	8.303	8.242	16.545
Resultado da Reavaliação contabilizado no Resultado			3.226

b.2) Os imóveis situados na Avenida Paulista, nº 2.439, São Paulo - SP, na Rua Teixeira, nº 467, Bragança Paulista - SP e Rua 25 de dezembro, nº 186, Araguaína – TO, foram reavaliados em Novembro de 2014, pela empresa Elo Engenharia e Arquitetura e Construções Ltda – ME.

Descrição do Imóvel	Terreno	Edificações	Total
Rua 25 de Dezembro, 186 - Centro - Araguaína/TO	1.442	1.448	2.890
Resultado da Reavaliação contabilizado no Resultado			557
Rua Teixeira, 467 - Jardim São José - Bragança Paulista/SP	2.594	3.776	6.370
Resultado da Reavaliação contabilizado no Resultado			1.193

6.2.1 – Provisões para perdas – Alugueis

A Fundação constituiu no exercício, provisões para créditos de liquidação duvidosa no segmento de Imóveis para Renda, conforme segue abaixo:

- Imóveis Locados a Patrocinadora – constituído no valor de R\$ 214, devido a Recuperação Judicial da patrocinadora CELPA, no decorrer do ano de 2012, após a transferência dos planos CELPA BDI e CELPA BDII e dos recebimentos conforme o plano de recuperação judicial, foi reduzido a provisão inicial da rubrica para o valor de R\$ 55, em 31 de dezembro de 2014;
- Imóveis Locados a Terceiros – constituído no valor de R\$ 191, referente a valores devidos pelo Colégio Impacto S/C, após transferência dos planos CELPA BDI e CELPA BII, foi reduzido a provisão inicial da rubrica para o valor de R\$ 63, em 31 de dezembro de 2014;

6.3 - Operações com Participantes (Empréstimos Financeiros)

São registrados nesta conta os valores dos empréstimos concedidos com recursos dos planos de benefícios, aos seus participantes e assistidos, a saber: ativos, aposentados, pensionistas e autopatrocinados da Fundação. Para usufruir desta modalidade de investimento os participantes e assistidos deverão atender as condições estabelecidas na Norma de Empréstimo aprovada pela Diretoria Executiva.

7 - ATIVO PERMANENTE

O Ativo Permanente é composto pelos grupos “Imobilizado” e “Intangível”, onde estão registrados os bens duráveis adquiridos ao longo dos anos e registrados nesta conta pelo valor de aquisição e/ou reavaliação, deduzidos da depreciação/amortização, segundo método linear. A seguir, apresentamos a composição do saldo contábil em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

Descrição	Taxa	Valor de Aquisição	Depreciação Acumulada	31/12/2014	31/12/2013
Imobilizado		2.106	(354)	1.752	1.514
Bens Móveis		426	(353)	73	109
Móveis e Utensílios	10%	154	[121]	33	46
Maquinas e Equipamentos	10% -25%	41	[37]	4	6
Computadores e Periféricos	20%	186	[160]	26	43
Condicionador de Ar	25%	38	[35]	3	2
Outros		7	0	7	12
Bens Imóveis		1.680	(1)	1.679	1.405
Terrenos		1.042	0	1.042	1.200
Edificações		638	[1]	637	205
Intangível		343	(337)	6	53
Software	20%	343	(337)	6	53
PERMANENTE		2.449	(691)	1.758	1.567

A Fundação possui 1 (um) imóvel situado na Rua Dom Alberto Galdêncio Ramos, 64, Nazaré – Belém/PA, o qual foi adquirido com recursos do Fundo Administrativo e em novembro de 2014, o mesmo foi reavaliado pela empresa Elo Engenharia e Arquitetura e Construções Ltda – ME.

Descrição do Imóvel	Terreno	Edificações	Total
Rua Dom Alberto Galdêncio Ramos, 64 - Nazaré - Belém/PA	1.042	638	1.798
Resultado da Reavaliação contabilizado no Resultado			282

8 - EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

São registradas nesta conta, as obrigações a pagar relativas aos benefícios devidos aos participantes, assistidos, autopatrocinados, bem como retenções fiscais e outros descontos decorrentes dessas obrigações. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

ITEM	31/12/2014	31/12/2013
GESTÃO PREVIDENCIAL	3.101	3.194
1.1 Benefícios à Pagar	2.406	2.443
1.2 Retenções à Recolher	571	642
1.3 Recursos Antecipados	8	0
1.4 Outras Exigibilidades	116	109

9 - EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

São registradas nesta conta, as obrigações a pagar relativas a fornecedores, pessoal, bem como retenções fiscais e outros descontos decorrentes dessas obrigações. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

ITEM	31/12/2014	31/12/2013
GESTÃO ADMINISTRATIVA	390	565
1.1 Contas à Pagar	321	467
1.2 Retenções à Recolher	43	98
1.3 Tributos à Recolher	26	0

10 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

A Fundação responde por processos judiciais de natureza previdenciária, relativos a pedidos de ex-participantes, para que lhes sejam pagas diferenças decorrentes de expurgos de índices de inflação, provocados por diversos planos econômicos editados pelo governo federal, quando do cálculo da atualização monetária de suas reservas de poupança, por ocasião dos respectivos desligamentos.

A provisão para as eventuais perdas, decorrentes desses processos, foi estimada e atualizada pela administração, amparada pela opinião dos seus consultores jurídicos externos, totalizando em 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$ 1.115, e, em 31 de dezembro de 2013, o valor de R\$ 1.120.

A Fundação responde também por outros processos de revisão de benefícios, provisionados no valor de R\$ 202 em 31 de dezembro de 2014, e, totalizando em 31 de dezembro de 2013, o valor de R\$ 206.

Em referência aos processos de revisão de benefícios, contabilizamos o valor de R\$ 164, depositado judicialmente, posicionados em 31 de dezembro de 2014. Os depósitos judiciais/recursais estão registrados na Conta “1.2.1.5.00.00.00”, obedecendo a Instrução nº 5, de 08 de setembro de 2011 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

11 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A Fundação responde por processo de ação anulatória de lançamentos de PIS e COFINS já recolhidos, no valor de R\$ 105 em 31 de dezembro de 2014, depositados judicialmente. A Fundação possui 1 (um) processo trabalhista, provisionando o valor de R\$ 8 em 31 de dezembro de 2014, e, em 31 de dezembro de 2013, o valor de R\$ 7, depositados judicialmente. Os depósitos judiciais/recursais estão registrados na

Conta “1.2.2.4.00.00.00”, obedecendo a Instrução nº 5, de 08 de setembro de 2011 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

12 - PROVISÕES MATEMÁTICAS

Conforme determina o artigo 22 da Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001, todos os Planos de Benefícios Previdenciais foram objeto de avaliação atuarial e cálculo das suas provisões matemáticas, sendo que as mesmas foram constituídas com base em Nota Técnica Atuarial do Escritório Técnico de Assessoria Atuaria S/S Ltda. – ETAA. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

DESCRÍÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
PROVISÕES MATEMÁTICAS	591.968	721.090
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	363.200	480.619
BENEFÍCIOS A CONCEDER	228.768	240.471
Contribuição Definida	214.157	220.643
Benefício Definido Estrut. Regime Capitalização	14.611	19.828
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	14.611	19.828

- Benefícios Concedidos e Benefícios a Conceder- são atualizadas mensalmente pelas informações cadastrais da massa de participantes ativos e assistidos, que foi reavaliada no encerramento do exercício de 2014, com dados cadastrais de dezembro de 2014.

13 - EQUILÍBRIO TÉCNICO

A seguir apresentamos a composição consolidada do saldo contábil em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

DESCRÍÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
EQUILÍBRIO TÉCNICO - Superávit Técnico Acumulado	(28.832)	4.085
Reserva de Contingência	0	4.085
(-)Déficit Técnico Acumulado	(28.832)	0

O superávit/déficit de cada plano previdencial está apresentado no quadro a seguir, os valores estão posicionados em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

PLANOS	Superávit (Déficit) Acumulado 31/12/2014	Superávit (Déficit) Acumulado 31/12/2013
ELETRICAS BDI	[3.813]	[4.666]
ELETRICAS OP	[6.290]	[4.470]
CELPA BDI	0	14.071
CELPA BDII	0	9.017
CELPA OP	1.707	2.183
CEMAT BDI	[5.020]	[2.705]
CEMAT OP	[7.048]	[4.488]
PL. RISCO	[8.368]	[4.877]
Consolidado	(28.832)	4.085

13.1 - Superávit Técnico Acumulado

O Superávit Técnico acumulado é composto pelo valor da Reserva de Contingência, constituída pelo excedente patrimonial em relação aos compromissos totais, até o limite de 25% do valor das reservas matemáticas, e pelo valor da Reserva Especial para Revisão do Plano de Benefícios, no que exceder o limite de 25% da Reserva de Contingência.

13.2 - Déficit Técnico Acumulado

O Déficit atuarial corresponde à insuficiência de recursos para cobertura de compromissos dos Planos de Benefícios. Os Déficits apresentados nos planos Elétricas BDI, Elétricas OP, Cemat BDI e Cemat OP e Plano de Risco são de grande parte de natureza conjuntural, devido a um cenário macroeconômico desfavorável nos exercícios de 2013 e de 2014. A entidade está monitorando o valor do Déficit Técnico dos planos de benefícios Elétricas BDI, Elétricas OP, Cemat BDI e Cemat OP, tomando as ações necessárias, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio dos mesmos. Quanto ao Plano de Risco, a REDEPREV encaminhou a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, juntamente com o processo de transferência de cisão parcial e transferência de gerenciamento do Plano de Risco o estudo atuarial para equacionamento do déficit técnico e estudo de viabilidade econômico-financeiro, tendo em vista que o resultado deficitário surgido em 2013 foi em razão da alteração da taxa real anual de juros de 5,75%a.a para 5,50%a.a e da rentabilidade dos ativos não ter superado a meta atuarial.

14 - FUNDOS

A seguir apresentamos a composição consolidada do saldo contábil em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

DESCRÍÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
FUNDOS	48.043	89.119
Fundos Previdenciais	43.456	85.300
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	11.952	9.239
Revisão de Plano	861	12.080
Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial	30.643	63.981
Fundo Administrativo	4.274	3.554
Fundo de Investimentos	313	265

14.1 - Fundos Previdenciais

Correspondem aos seguintes fundos:

- Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar - Conforme Artigo 64 dos Regulamentos dos Planos OP's, os saldos remanescentes nas contas do Fundo D, em razão de cancelamento de inscrição do Participante Contribuinte, será utilizado para a constituição de um Fundo Previdenciário para prioritariamente, cobrir eventuais insuficiências de reservas técnicas ou outro fim que não contrarie a legislação vigente, na forma definida pelo Conselho Deliberativo.
- Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial (Fundo para Cobertura de Oscilação de Risco) – é constituído pela diferença positiva entre as receitas e despesas do Programa Previdencial e sob a responsabilidade do atuário.
- O valor existente nos fundos previdenciais dos planos Elétricas BD-I, Elétricas-OP e Cemat-OP que se encontram em déficit técnico conjuntural, é superior ao valor da insuficiência atuarial.

14.2 - Revisão de Plano

A parcela da reserva de revisão de plano atribuível à CELPA, foi constituída com o objetivo de abater as contribuições normais futuras, até o esgotamento do saldo.

14.3 – Fundo Administrativo

Constituído mensalmente pelo resultado apurado entre as receitas e despesas, acrescido dos valores relativos à rentabilidade obtida com os investimentos administrativos realizados no mercado financeiro. Para custear as despesas com a gestão administrativa no exercício de 2014, as Patrocinadoras tiveram que fazer uma contribuição mensal equivalente a 1,50% (1,40% em 2013) sobre suas folhas de salários, para suprir as despesas previstas com a administração de todos os planos de benefícios.

14.4 – Fundo de Investimentos

Constituído com os recursos de cobertura de riscos da carteira de empréstimo pelos participantes, assistidos e autopatrocinados, oriundos com a taxa de 0,5% sobre os empréstimos concedidos.

15 - HIPÓTESES ATUARIAIS

15.1 – Elétricas BDI

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 estão demonstradas abaixo:

DESCRÍÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
Taxa real anual de juros	5,5%	5,5%
Projeção de crescimento real de salário	2%	2%
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não utilizada	Não utilizada
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não utilizada	Não utilizada
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	Não utilizada	Não utilizada
- dos benefícios da Fundação	0,98	0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novas entradas	Não utilizada	Não utilizada
Hipótese sobre rotatividade	Nula	Nula
Tábuas de mortalidade geral	Tábuas Completas de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 - [*]	Tábuas Completas de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 - [*]
Tábuas de mortalidade de inválidos	Tábuas Completas de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 - [**]	Tábuas Completas de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 - [**]
Tábuas de entrada em invalidez	Tábuas Álvaro Vindas	Tábuas Álvaro Vindas
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Dado fornecido pela Entidade	Dado fornecido pela Entidade

(*) - Ambos os Sexos, com redução de 25% nas taxas anuais de mortalidade.

(**) - Ambos os Sexos

15.2 – Elétricas OP

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 estão demonstradas abaixo:

DESCRÍÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
Taxa real anual de juros	5,5%	5,5%
Projeção de crescimento real de salário	Não utilizada	Não utilizada
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não utilizada	Não utilizada
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não utilizada	Não utilizada
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	Não utilizada	Não utilizada
- dos benefícios da Fundação	0,98	0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não utilizada	Não utilizada
Hipótese sobre rotatividade	Não utilizada	Não utilizada
Tábuas de mortalidade geral	Tábuas Completas de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 - [*]	Tábuas Completas de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 - [*]
Tábuas de mortalidade de inválidos	Não utilizada	Não utilizada
Tábuas de entrada em invalidez	Não utilizada	Não utilizada
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Dado fornecido pela Entidade	Dado fornecido pela Entidade

(*) - Ambos os Sexos, com redução de 25% nas taxas anuais de mortalidade.

15.3 – CELPA BDI

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 estão demonstradas abaixo:

DESCRÍÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
Taxa real anual de juros		5,5%
Projeção de crescimento real de salário		Não utilizada
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS		Não utilizada
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano		Não utilizada
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários		Não utilizada
- dos benefícios da Fundação		0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados		Não utilizada
Hipótese sobre rotatividade		Não utilizada
Tábuas de mortalidade geral		Tábuas Completas de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 - [*]
Tábuas de mortalidade de inválidos		Tábuas Completas de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 - [**]
Tábuas de entrada em invalidez		Não utilizada
Hipótese sobre composição de família de pensionistas		Dado fornecido pela Entidade

(*) - Ambos os Sexos, com redução de 25% nas taxas anuais de mortalidade.

(**) - Ambos os Sexos

15.4 – CELPA BDII

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 estão demonstradas abaixo:

DESCRÍÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
Taxa real anual de juros		5,5%
Projeção de crescimento real de salário		2%
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS		Não utilizada
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano		Não utilizada
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários		Não utilizada
- dos benefícios da Fundação		0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados		Não utilizada
Hipótese sobre rotatividade		Não utilizada
Tábuas de mortalidade geral		Tábuas Completas de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 - [†]
Tábuas de mortalidade de inválidos		Tábuas Completas de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 - [**]
Tábuas de entrada em invalidez		Tábuas Álvaro Vindas
Hipótese sobre composição de família de pensionistas		Dado fornecido pela Entidade

(*) - Ambos os Sexos, com redução de 25% nas taxas anuais de mortalidade.

(**) - Ambos os Sexos

15.5 – CELPA OP

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 estão demonstradas abaixo:

DESCRÍÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
Taxa real anual de juros	4,5%	4,5%
Projeção de crescimento real de salário	Não utilizada	Não utilizada
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não utilizada	Não utilizada
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não utilizada	Não utilizada
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	Não utilizada	Não utilizada
- dos benefícios da Fundação	0,98	0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não utilizada	Não utilizada
Hipótese sobre rotatividade	Não utilizada	Não utilizada
Tábuas de mortalidade geral	Tábuas Completas de Mortalidade AT 2000 - [†]	Tábuas Completas de Mortalidade AT 2000 - [†]
Tábuas de mortalidade de inválidos	Não utilizada	Não utilizada
Tábuas de entrada em invalidez	Não utilizada	Não utilizada
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Dado fornecido pela Entidade	Dado fornecido pela Entidade

(*) - Ambos os Sexos, com redução de 10% nas taxas anuais de mortalidade.

15.6 – CEMAT BDI

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 estão demonstradas abaixo:

DESCRÍÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
Taxa real anual de juros	5,5%	5,5%
Projeção de crescimento real de salário	2%	2%
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não utilizada	Não utilizada
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não utilizada	Não utilizada
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	Não utilizada	Não utilizada
- dos benefícios da Fundação	0,98	0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não utilizada	Não utilizada
Hipótese sobre rotatividade	Não utilizada	Não utilizada
Tábuas de mortalidade geral	Tábuas Completas de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 - [*]	Tábuas Completas de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 - [*]
Tábuas de mortalidade de inválidos	Tábuas Completas de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 - [**]	Tábuas Completas de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 - [**]
Tábuas de entrada em invalidez	Tábuas Álvaro Vindas	Tábuas Álvaro Vindas
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Dado fornecido pela Entidade	Dado fornecido pela Entidade

(*) - Ambos os Sexos, com redução de 25% nas taxas anuais de mortalidade.

(**) - Ambos os Sexos

15.7 – CEMAT OP

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 estão demonstradas abaixo:

DESCRÍÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
Taxa real anual de juros	5,5%	5,5%
Projeção de crescimento real de salário	Não utilizada	Não utilizada
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não utilizada	Não utilizada
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não utilizada	Não utilizada
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	Não utilizada	Não utilizada
- dos benefícios da Fundação	0,98	0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não utilizada	Não utilizada
Hipótese sobre rotatividade	Não utilizada	Não utilizada
Tábuas de mortalidade geral	Tábuas Completas de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 - [*]	Tábuas Completas de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 - [*]
Tábuas de mortalidade de inválidos	Não utilizada	Não utilizada
Tábuas de entrada em invalidez	Não utilizada	Não utilizada
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Dado fornecido pela Entidade	Dado fornecido pela Entidade

(*) - Ambos os Sexos, com redução de 25% nas taxas anuais de mortalidade.

15.8 – Plano de Benefícios de Risco

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 estão demonstradas abaixo:

DESCRÍÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
Taxa real anual de juros	5,5%	5,5%
Projeção de crescimento real do salário	Não utilizada	Não utilizada
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não utilizada	Não utilizada
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não utilizada	Não utilizada
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	Não utilizada	Não utilizada
- dos benefícios da Fundação	0,98	0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não utilizada	Não utilizada
Hipótese sobre rotatividade	Não utilizada	Não utilizada
Tábuas de mortalidade geral	Tábuas Completas de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 - [*]	Tábuas Completas de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 - [*]
Tábuas de mortalidade de inválidos	Tábuas Completas de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 - [**]	Tábuas Completas de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 - [**]
Tábuas de entrada em invalidez	Não utilizada	Não utilizada
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Dado fornecido pela Entidade	Dado fornecido pela Entidade

(*) - Ambos os Sexos, com redução de 25% nas taxas anuais de mortalidade.

(**) - Ambos os Sexos

16 – ADERÊNCIA DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS E FINANCEIRAS

A Fundação não adotou as Resoluções MPS/CNPC Nº 15 e Nº 16, ambas de 19 de novembro de 2014, para o exercício de 2014, porém, se compararmos a *duration* do passivo na Portaria nº 615, de 24/11/2014, que dispõe sobre os critérios para definição da taxa de juros parâmetro, para o exercício de 2014, observamos que de acordo com a avaliação atuarial e parecer atuarial a Taxa Real Anual de Juros utilizada de 5,5% está entre as taxas máxima e mínima permitidas, o que provavelmente não implicará na situação econômico e financeira dos planos de benefícios da RedePrev.

A Fundação contratou a empresa Risk Office, para desenvolver o estudo de aderência e adequação da taxa de juros adotada para os Planos de Benefícios. Conforme relatório de conclusão desta análise, ficou constatado que a *duration* da carteira de ativos é inferior ao prazo médio dos passivos dos Planos (conforme demonstrado no quadro abaixo), bem como, a carteira de investimentos de cada plano apresenta retorno superior à taxa de juros real de referência (5,50%) pelo prazo da *duration* do passivo.

PLANOS	DURATION DO ATIVO (EM ANOS)	DURATION DO PASSIVO (EM ANOS)
ELETRICAS BDI	8,28	9,43
ELETRICAS OP	7,85	19,89
CELPAs BDI	8,93	18,22
CELPAs BDII	7,35	8,52
CELPAs OP	6,67	14,91
CEMAT BDI	10,69	11,47
CEMAT OP	11,17	11,17

A Fundação contratou a Consultoria Risk Office, para elaboração de estudo de Asset Liability Management – ALM.

O ALM é uma ferramenta de controle e gestão de riscos muito importante e adotada nos planos de benefícios, onde se projetam os fluxos de pagamentos dos benefícios anualmente e, utilizando-se o conceito de Fronteira Eficiente, destacam-se as classes de ativos que oferecem melhor relação de risco / retorno. Os estudos técnicos de ALM poderão mitigar os riscos dos planos de benefícios, oferecendo um casamento, sob as hipóteses consideradas de cenário econômico, entre ativos e passivos.

Desta forma, o atuário calcula o valor presente dos benefícios, baseado no fluxo de caixa esperado dos pagamentos dos benefícios, considerando a expectativa de vidas dos participantes, assistidos e beneficiários, a partir das tábuas biométricas que correspondem às tábuas de mortalidade.

O fluxo de caixa é projetado para os benefícios que são pagos na forma de renda mensal vitalícia para os assistidos e beneficiários, incluindo as reversões em pensão por morte, observado as regras pertinentes aos regulamentos dos planos de benefícios.

Considerando-se as condições de mercado, a elevação da taxa básica de juros acompanhada do aumento do prêmio nos títulos públicos, propiciando a garantia de taxas de juros elevadas com baixo nível de risco, a implementação do estudo de *Cash Flow Matching* foi recomendado, o reinvestimento dos títulos da carteira à medida de seus vencimentos e sustentabilidade da meta atuarial no longo prazo.

Em atendimento a Resolução CGPC nº 18/2006 e Instrução nº 7/2013 a Diretoria Executiva aprovou em 26/02/2015 o Estudo Técnico de aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adotadas na avaliação atuarial às características da massa de participantes e assistidos vinculados aos planos de benefícios administrados pela RedePrev, bem como, Estudo Técnico da rentabilidade projetada dos investimentos e ao fluxo de receitas e despesas. De acordo com a Instrução Normativa nº 07, artigo 5º, parágrafo 2º, o AETQ da RedePrev aprovou as informações técnicas referentes aos investimentos para o estudo de aderência e adequação da taxa real de juros, que foi desenvolvido pela consultoria Risk Office. Baseado no atestado do AETQ e nos estudos técnicos realizados pela ETAA – Atuária Magda Tsuê e pela Risk Office, a Diretoria Executiva da RedePrev aprovou os estudos técnicos de aderência às hipóteses biométricas, demográficas, econômicos e financeiras utilizados nas avaliações atuariais dos planos de benefícios Cemat BD-I, Elétricas BD-I, Celpa-OP, Cemat-OP, Elétricas-OP e Plano-R, os quais demonstraram que a carteira de cada plano de benefícios apresenta fluxo de caixa suficiente para cumprir todas as obrigações durante o período projetado para pagamento dos benefícios.

17 - FUNDO PREVIDENCIAL X CUSTEIO PLANO DE RISCO

Através da Avaliação Atuarial que determina as necessidades financeiras dos Planos de Benefícios, foi determinada no Plano Anual de Custeio, a cobrança da taxa de contribuição mensal de 1,85% sobre a folha de salários das patrocinadoras para o Plano de Benefícios de Risco, referente ao período de 01/05/2014 a 30/04/2015.

O Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos deste plano decorre das contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras, não consumidas pelos riscos decorridos ou pela formação de Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.

O Fundo de Oscilação de Riscos é composto pelo saldo existente em 31/12/2013, pelas contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras, pelas concessões de benefícios de invalidez e/ou morte do Participante, pelo valor da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos constituída para a garantia do benefício de Suplementação da Aposentadoria por Invalidez e/ou da Suplementação da Pensão por Morte, pelos pagamentos efetuados a título de Auxílio-Doença, e, pelo Pecúlio por Morte, resultando em um saldo em 31/12/2014 no valor de R\$ 5.118.

O Fundo de Oscilação de Riscos tem por finalidade específica suportar possíveis desvios probabilísticos na ocorrência dos eventos por morte e invalidez, em relação ao estimado na avaliação atuarial, bem como para eventual rendimento inferior ao exigido na atualização dos benefícios concedidos e possíveis

aumentos na sobrevida dos Assistidos e Pensionistas. A sua constituição está prevista no Regulamento do plano e na Nota Técnica Atuarial.

18 - APRESENTAÇÃO DO EFEITO DA CONSOLIDAÇÃO

Em atendimento ao disposto do item 9.1, Anexo “C” da Resolução CGPC nº 08/2011, e os itens 28 e 29 da Instrução SPC nº 34/2009, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por plano de benefícios e consolidados. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores a pagar e a receber entre os planos, participação do fundo administrativos nos planos previdencias, superávit e déficit técnico, dentre outros. Segue composição do saldo contábil em 31 de dezembro de 2014:

PLANOS	ATIVO	PASSIVO
ELÉTRICAS BDI	74.193	74.193
ELÉTRICAS OP	129.536	129.536
CELPAs BDI	0	0
CELPAs BDII	0	0
CELPAs OP	139.471	139.471
CEMAT BDI	45.846	45.846
CEMAT OP	180.305	180.305
PL. RISCO	46.490	46.490
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)	4.816	4.816
DEMONSTRATIVO AUXILIAR (OP. COMUNS)	(4.540)	(4.540)
CONSOLIDADO	616.117	616.117

19 - OUTRAS INFORMAÇÕES

19.1 - Agente Custodiante

A Fundação tem como Agente Custodiante contratado o Banco Itaú Unibanco S/A. O agente custodiante é responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações de renda fixa e variável, conforme determina o art. 14 e art. 15 da Resolução nº 3.792 de setembro de 2009, e alterada pela Resolução nº 4.275, de 31 de outubro de 2013 do Conselho Monetário Nacional.

20 - EVENTOS SUBSEQUENTES

20.1. Transferência de gestão do plano CELPA-OP e parte do Plano-R para a FASCEMAR

Através do Ofício 197/CGTR/DITEC/PREVIC de 28/01/2015 – Plano Celpa-OP, e, Ofício 222/CGTR/DITEC/PREVIC de 29/01/2015 – Plano-R, a PREVIC apontou novas exigências para conclusão da análise do processo de cisão e transferência dos referidos planos para a FASCEMAR.

20.2. Instrução PREVIC nº 19

Em cumprimento a Instrução Previc nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, informamos que a entidade não adotou as Resoluções CNPC nºs 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2015, para o exercício de 2014, podendo impactar a situação econômica e financeira dos planos de benefícios. Porém se compararmos a “duration” do passivo, com a Taxa de Juros Parâmetro e seus limites, dispostas na Portaria nº 615, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre os critérios para definição da Taxa de Juros Parâmetro, para o exercício de 2014, verificamos que a taxa real anual de juros utilizada de 5,5%, está entre as taxas máxima e

mínima permitidas, conforme abaixo, e provavelmente, não impactará na situação econômica e financeira dos planos de benefícios.

PLANOS	TAXA DE JUROS PARÂMETRO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	DURATION DO PASSIVO [EM ANOS]
ELETRICAS BDI	5,12%a.a	3,59%a.a	5,52%a.a	9,43
ELETRICAS OP	5,16%a.a	3,61%a.a	5,56%a.a	10,00
CELPAs OP	5,20%a.a	3,64%a.a	5,60%a.a	11,46
CEMAT BDI	5,12%a.a	3,59%a.a	5,52%a.a	8,52
CEMAT OP	5,16%a.a	3,61%a.a	5,56%a.a	10,05
PLANO DE RISCO	5,20% a.a	3,64%a.a	5,60%a.a	11,47

Para os Planos Elétricas OP, Celpa OP e Cemat OP está sendo considerado somente os assistidos em renda mensal vitalícia.

20.3. Soluções para o equacionamento de Déficit Técnico

A Fundação apresentou à PREVIC o Plano de Equacionamento de Déficit Técnico para o Plano de Risco, aguardando aprovação pelo órgão fiscalizador, do processo de cisão e transferência para a Fascemar. As Patrocinadoras do plano Elétricas-OP, deverão efetuar contribuições extraordinárias no decorrer de 2015, conforme Parecer Atuarial e Contrato de Amortização do Déficit Técnico. Em relação aos planos Elétricas BDI, CEMAT BDI E CEMAT-OP, a entidade no decurso do exercício de 2015, estará monitorando o valor do Déficit Técnico tomando as ações necessárias, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio do plano de benefícios.

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

PARECERES

20. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores da
Redeprev – Fundação Rede de Previdência
Bragança Paulista – SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Redeprev – Fundação Rede de Previdência (“Redeprev” ou “Fundação”)**, que compreende o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Redeprev – Fundação Rede de Previdência** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Ênfase

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades da Fundação, considerando a sua característica de administradora de planos de benefícios. Conforme descrito nas notas explicativas nº 1.1 e 1.2, oito patrocinadoras da Fundação estavam sob intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, desde agosto de 2012. Durante o exercício de 2012, a empresa holding “Rede Energia S.A.”, que também é patrocinadora da Fundação, apresentou pedido de recuperação judicial, como tentativa de solução para a insolvência e em 09 de setembro de 2013, o Juízo da 2º Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, concedeu a Recuperação Judicial. Além disso, o Conselho de Administração de Defesa Econômica – CADE aprovou a transferência do controle da Rede Energia S.A., e a ANEEL – Agência nacional de Energia Elétrica, através da Resolução Autorizativa nº 4.510 de 28 de janeiro de 2014, anuiu a transferência do Grupo Rede. Em 11 de abril de 2014 a Energisa S.A. assumiu o controle do Grupo Rede Energia S. A. Além disso, a patrocinadora, Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA, que está em processo de Recuperação Judicial já deferido pela Justiça do Pará, em 29 de fevereiro de 2012, teve seu controle acionário adquirido / assumido pela Equatorial Energia S.A. cujo plano de transição já foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Dessa forma conforme descrito nas notas explicativas nº 1.3 e 20.1, a Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA comunicou a Fundação a sua decisão de transferir a gestão dos Planos de benefícios CELPA BD I, CELPA BD II, CELPA OP e a parcela referente aos participantes ativos e assistidos daquela patrocinadora do Plano de Risco para outra entidade de previdência complementar. A efetiva transferência de gerenciamento dos Planos CELPA BDI e CELPA BDII ocorreu em 01 de julho de 2014. A patrocinadora Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, comunicou ainda à REDEPREV, a sua decisão de transferir a gestão do Plano de Benefícios CELPA OP e da parte do Plano de Risco, administrados pela REDEPREV, para a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, com data-base de 31 de janeiro de 2014. As referidas solicitações já foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Fundação. Em 28 e 29 de janeiro de 2015 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, apontou novas exigências para a conclusão da análise do processo de cisão e transferência dos referidos planos para a Fascemar.

Em virtude de incertezas relacionadas a esses temas, não é possível determinar quais os reflexos que esses assuntos poderão trazer sobre a Fundação. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datado de 20 de março de 2014, que conteve ênfase, dos mesmos assuntos tratados acima.

São Paulo, 09 de março de 2015.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

José Santiago da Luz
Contador CRC 1 SP 115785/O-9

David Elias Fernandes Marinho
Contador CRC 1 SP 245857/O-3

21. PARECER ATUARIAL DO PLANO ELÉTRICAS BD-I

PARECER ATUARIAL EXERCÍCIO 2014

Entidade: **REDEPREV – Fundação Rede de Previdência**

Plano de Benefícios:
PLANO DE BENEFÍCIOS ELÉTRICAS BD-I - CNPB Nº: 1986.0004-19

Patrocinadoras:

- **BBPM – Participações S.A.**
- **Caiuá – Distribuição de Energia S.A.**
- **de Energia Elétrica do Estado de Tocantins - CELTINS**
- **Força e Luz do Oeste**
- **Nacional de Energia Elétrica**
- **Denerge – Desenvolvimento Energético S.A.**
- **Empresa de Distribuição de Energia V. Paranapanema S.A.**
- **Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema S.A**
- **Empresa Elétrica Bragantina**
- **Companhia Técnica de Comercialização de Energia**
- **Rede Empresa de Energia Elétrica S.A.**
- **Rede Power do Brasil S.A.**
- **Tocantins Energética S.A.**

Data-Base do Cadastro: **30/09/2014**

1. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2014 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2014 e na Demonstração Atuarial (DA 2014).

2. DO PLANO

O Plano de Benefícios ELÉTRICAS BD-I foi instituído em 01/08/1986, encontrando-se bloqueado a novas adesões de Participantes desde 31/12/1998, quando foram instituídos 02 (dois) novos planos de benefícios, Plano de Benefícios Elétricas-R e o Plano de Benefícios Elétricas-OP.

A última alteração do Regulamento foi efetuada em atendimento à Resolução CGPC nº 19/2006, tendo sido aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, através da Portaria nº 1658, de 02/10/2007.

3. DA BASE CADASTRAL

O plano foi avaliado atuarialmente sobre o cadastro de Participantes posicionado em 30/09/2014 e sobre o cadastro de Assistidos e Pensionistas posicionado em 31/12/2014.

A síntese dos cadastros está conforme segue:

	31/12/2013	30/09/2014
Quantidade de Participantes Ativos	20	16
Mulheres	0	0
Homens	20	16
Idade média dos Participantes	54,21 anos	55,45 anos
Tempo médio de filiação ao plano	23,61 anos	24,22 anos
Tempo médio de contribuição ao plano	23,61 anos	24,22 anos
Salário de Participação médio	R\$ 4.933,54	R\$ 4.810,42
Quantidade de Participantes Autopatrocinados	3	3
Idade média dos Participantes Autopatrocinados	52,33 anos	53 anos
Folha de Salário de Participação	R\$ 98.670,88	R\$ 91.910,92
Prazo médio para aposentadoria	5,60 anos	3,69 anos
Quantidade de Participantes em BPD	1	-
Idade média dos Participantes em BPD	54 anos	-
Quantidade de Assistentes	343	342 (*)
Nº de Aposentadorias por Idade	7	7 (*)
Benefício médio	R\$ 334,41	R\$ 353,20
Idade média	80,29 anos	81,29 anos
Nº de Aposentadorias por Tempo de Contribuição	135	130 (*)
Benefício médio	R\$ 1.510,04	R\$ 1.626,03
Idade média	70,21 anos	70,78 anos
Nº de Aposentadoria Especial	69	67 (*)
Benefício médio	R\$ 1.165,64	R\$ 1.240,25
Idade média	71,17 anos	71,76 anos
Nº de Aposentadoria por Invalidez	17	17 (*)
Benefício médio	R\$ 630,62	R\$ 1.089,21
Idade média	62,65 anos	63,12 anos
Nº de pensões	115	121 (*)
Benefício médio	R\$ 813,31	R\$ 867,02
Idade média	62,83 anos	64,30 anos

4. DO BENEFÍCIO, MODALIDADE E REGIME FINANCEIRO

Benefícios	Modalidade	Regime Financeiro	Método
Aposentadoria por Tempo de Contribuição, por Idade ou Especial e Abono Anual	Benefício Definido	Capitalização	Capitalização Integral
Aposentadoria por Invalidez e Abono Anual	Benefício Definido	Capitalização	Capitalização Integral
Pensão por Morte e Abono Anual	Benefício Definido	Capitalização	Capitalização Integral
Auxílio-Doença	Benefício Definido	Capitalização	Capitalização Integral
Pecúlio por Morte	Benefício Definido	Capitalização	Capitalização Integral

Observamos que na Nota Técnica Atuarial consta o regime financeiro de Repartição de Capital de Cobertura para os benefícios de Complementação de Aposentadoria por Invalidez, Complementação de Pensão e correspondente Abono Anual, todavia, dado o volume de recursos nos Fundos Previdenciais, nesta avaliação foram financiados pelo regime de Capitalização Integral.

5. DA “DURATION” DO PASSIVO

A “Duration” do passivo corresponde a 113 (cento e onze) meses e representa o prazo médio dos pagamentos dos benefícios estruturados na modalidade de benefício definido ponderado pela importância de cada fluxo anual, considerando as variações de valor do dinheiro ao longo do tempo.

6. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

Em relação ao exercício de 2013 não houve alteração de premissas ou hipóteses atuariais.

6.1. Premissas e hipóteses utilizadas nesta Avaliação Atuarial:

6.1.1. INDEXADOR DO PLANO (REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS):

- Valor: **INPC (IBGE).**
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **5,83**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **6,22**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **6,40**
- Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura Econômica.
- Justificativa: Conjuntura Econômica.

6.1.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

- Valor: **5,5% (cinco e meio por cento).**
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **5,50%**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **3,18%**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **5,50%**
- Divergência entre esperado e ocorrido: A rentabilidade da carteira foi de 9,61% no exercício encerrado, em razão da conjuntura econômica.
- Justificativa: Conjuntura econômica.

6.1.3. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIOS

- Valor: **2% (dois por cento) ao ano.**
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **2,00%**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **2,00%**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **2,00%**
- Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura econômica.
- Justificativa: Tendência a médio e em longo prazo, determinado pela diferença esperada entre a média do crescimento do PNB e a média do crescimento demográfico, admitindo que os salários acompanharão o ganho real.

6.1.4. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS

- Valor: **Fator 0,98.**
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **0,98**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **0,98**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **0,98**
- Divergência entre esperado e ocorrido: Não houve.
- Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial de 2% (dois por cento) ao ano, em um cenário em longo prazo, de inflação de 4% (quatro por cento) ao ano.

6.1.5. TÁBUA DE MORTALIDADE

- Valor: **Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos, suavizada em 25%.**
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **5,65**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **6,00**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **7,53**
- Divergência entre esperado e ocorrido: O ocorrido esteve muito próximo do esperado, mesmo sendo um pequeno contingente que não oferece estabilidade estatística.
- Justificativa:
 - a) A projeção de longevidade dos Assistidos e Pensionistas está adequada à respectiva massa, cujas expectativas de vida completa são superiores as resultantes da aplicação da tábua AT-83, atendendo ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.

- b) Tábua aprovada pelo Decreto N°266, de 29/11/1999.
- c) Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.
- d) Tábua representativa da população brasileira.
- e) Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de lucros operacionais.
- f) Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.
- g) A margem de segurança de 25% foi estabelecida em razão da pressuposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à população geral brasileira.

6.1.6. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

- Hipótese: **Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos.**
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **0,35**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **0,00**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **0,36**
- Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.
- Justificativa: As mesmas especificadas em 6.1.5 com exceção da margem de 25%, uma vez que é sabido que a sobrevivência dos Inválidos é menor que a dos demais Assistidos.

6.1.7. TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

- Hipótese: **Tábua Álvaro Vindas.**
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **0,01**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **0,00**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **0,01**
- Justificativa: Tábua fixada como mínima para os planos abertos de previdência complementar.

6.2. Premissas e hipóteses não utilizadas na Avaliação Atuarial:

6.2.1. Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS

6.2.2. Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano

6.2.3. Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários

6.2.4. Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios do INSS

6.2.5. Hipótese de Geração futura de novos entrados

6.2.6. Hipótese de Entrada em aposentadoria

6.2.7. Hipótese sobre Rotatividade

6.2.8. Hipótese sobre Composição de família de pensionistas

6.2.9. Tábua de Morbidez

Observação:

- Composição de Família de Pensionistas
- Dado fornecido pela Entidade.

7. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2013 e em 31/12/2014 está composto conforme segue:

ATESTADO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL EM	31/12/2013	31/12/2014	VARIAÇÃO EM %
PATRIMÔNIO SOCIAL	72.466.214,75	73.587.741,56	1,55%
Patrimônio De Cobertura Do Plano	65.396.559,03	66.911.222,33	2,32%
Provisões Matemáticas	70.062.593,88	70.723.955,71	0,94%
Benefícios Concedidos	53.967.258,17	57.723.955,71	0,94%
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	53.967.258,17	57.723.955,71	0,94%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	38.314.241,44	39.404.132,45	2,84%
Aposentadoria	38.314.241,44	39.404.132,45	2,84%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	15.653.016,73	18.290.515,70	16,85%
Aposentadoria por Invalidez	1.599.504,13	2.769.287,62	73,13%
Pensão por Morte	14.053.512,60	15.521.228,08	10,44%
Benefícios a Conceder	16.095.335,71	13.029.307,56	-19,05%
Benefício Definido estruturado em regime de Capitalização Programado	16.095.335,71	13.029.307,56	-19,05%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	16.095.335,71	13.029.307,56	-19,05%
(-)Valor Atual das Contribuições Futuras	0,00	0,00	0,00%
Equilíbrio Técnico	(4.666.034,85)	(3.812.733,38)	-18,29%
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00%
(-) Déficit Técnico	(4.666.034,85)	(3.812.733,38)	-18,29%
Fundos	7.069.655,72	6.676.519,23	-5,56%
Fundos Previdenciais	6.898.747,55	6.471.863,50	-6,19%
Previsto em NTA – Cobertura de Oscilação de Riscos	6.898.747,55	6.471.863,50	-6,19%
Fundos Administrativos	170.908,17	203.568,33	19,11%
Fundos dos Investimentos	0,00	1.087,40	0,00%

8. DA FONTE DOS RECURSOS – PREVISTA

Fonte de Recursos prevista	Participantes		Assistidos		Patrocinador		TOTAL
	Valor (R\$)	Valor (%)	Valor (R\$)	Valor (%)	Valor (R\$)	Valor (%)	
-	-	0,00	-	0,00%	-	0,00	-
TOTAL	-	0,00	-	0,00%	-	0,00	-

9. DO CUSTEIO PARA O PERÍODO DE 01/04/2015 A 31/03/2016

9.1. Para o custeio dos benefícios do plano:

9.1.1 Participantes

Nada contribuem.

9.1.2. Participantes Autopatrocínados

Nada contribuem.

9.1.3. Participantes Não Contribuintes (BPD)

Nada contribuem.

9.1.4. Assistidos

Nada contribuem.

9.1.5. Pensionistas e Dependentes

Nada contribuem.

9.1.6. Patrocinadoras

Nada contribuem.

9.2. PARA O CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

9.2.1. Participantes

Contribuição mensal equivalente a 1,73% sobre o Salário Real de Contribuição.

9.2.2. Participantes Autopatrocinados

Contribuição mensal equivalente a 1,73% sobre o Salário Real de Contribuição.

9.2.3. Participantes Não Contribuintes (BPD)

Contribuição mensal de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais).

9.2.4. Assistidos

Contribuição mensal equivalente a 1,73% sobre a Suplementação mensal.

9.2.5. Pensionistas e Dependentes

Nada contribuem.

9.2.6. Patrocinadoras

Contribuição mensal equivalente a 1,73% sobre o total da Folha de Salários.

9.3. UTILIZAÇÃO DO FUNDO DE REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR:

O plano não possui este fundo.

9.4. UTILIZAÇÃO DE DESTINAÇÃO DE RESERVA ESPECIAL – PATROCINADORA, PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

O plano não possui Reserva Especial.

10. DO PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

10.1. Evolução dos Custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior

O custo se manteve estável.

10.2. Variação das Provisões Matemáticas

10.2.1. A variação da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos ocorreu dentro do esperado, apresentando pequena variação decorrente do reajuste dos benefícios e do envelhecimento da massa.

10.2.2. Quanto à Provisão Matemática de Benefícios a Conceder a redução decorre da concessão do benefício de Aposentadoria a participantes.

10.3. Principais Riscos Atuariais

Risco de maior sobrevida em relação à estatística da Tábua de Mortalidade utilizada e ainda, da Taxa Real Anual de Juros.

Para mitigar os riscos, em relação à Tábua de Mortalidade Geral, utilizamos a Tábua Completa de Mortalidade Brasil, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no sentido de que a expectativa de vida acompanhe a realidade do contingente exposto, anualmente, e quanto a Taxa Real Anual de Juros, foi adotada uma taxa inferior à resultante do estudo de aderência.

10.4. Soluções para restabelecer a insuficiência

Não serão efetuadas Contribuições Extraordinárias em razão do Déficit Técnico apresentado nos exercícios 2013 e 2014, representar 6,66% e 5,39%, respectivamente, das Provisões Matemáticas.

A entidade no decurso de 2015 deverá estar monitorando o valor do Déficit Técnico e tomando ações, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio do plano de benefícios.

11. DO PARECER ATUARIAL DO PLANO

11.1. Qualidade da base cadastral

Os cadastros fornecidos pela Entidade foram submetidos a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e de valores, apresentando-se consistentes em relação ao cadastro do exercício anterior.

11.2. Constituição dos Fundos Previdenciais

Sob a rubrica Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial está constituído Fundo Previdencial de Cobertura de Oscilação de Riscos.

O saldo existente em 31/12/2013 foi debitado no mês da ocorrência da morte do Participante pelo valor da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, constituído para a garantia do benefício concedido, e debitado ainda pelos pagamentos efetuados a título de Auxílio-Doença e Pecúlio por Morte, apresentando em 31/12/2014 um saldo de R\$ 6.471.863,50.

O saldo tem por finalidade específica dar cobertura a desvios probabilísticos na ocorrência dos eventos, invalidez, morte e doença, em relação ao estimado na avaliação atuarial, bem como para eventual rendimento inferior ao exigido no reajuste monetário dos benefícios concedidos e para possíveis aumentos na sobrevida dos Assistidos e dos Pensionistas.

11.3. Variação do Resultado Superavitário ou Deficitário

O resultado deficitário surgido em 31/12/2013 aumentou no exercício de 2014, em decorrência da rentabilidade das aplicações não ter superado a meta atuarial (INPC + 5,5%).

11.4. Natureza do resultado Conjuntural ou Estrutural

Conjuntural.

11.5. Soluções para o equacionamento de Déficit Técnico

A entidade deverá estar monitorando o valor do Déficit Técnico e tomando ações necessárias, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio do plano de benefícios.

11.6. Outros Fatos Relevantes

11.6.1. Estudo de Aderência das Hipóteses

A Entidade promoveu estudo técnico sobre a aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras que comprova a adequação e aderência. O estudo em atendimento à Instrução 7, de 12/12/2013, está disponível para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

11.6.2. Resoluções CNPC N^{os} 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014

A Entidade não adotou as Resoluções CNPC N^{os} 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014, para o exercício de 2014, porém, se compararmos a "duration" do passivo, com a Taxa de Juros Parâmetro e seus limites, dispostas na Portaria nº 615, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre os critérios para definição da Taxa de Juros Parâmetro, para o exercício de 2014, verificamos que a taxa real anual de juros utilizada de 5,5% nesta avaliação atuarial, está entre as taxas máxima e mínima permitidas, conforme abaixo, e provavelmente, não impactará na situação econômica e financeira do plano de benefícios.

<i>Duration</i>	9,43 anos	
Taxa de Juros Parâmetro	Limite Inferior	Limite Superior
5,12% a.a.	3,59% a.a.	5,52% a.a.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.

Silvana Egea Paulim
Atuário MIBA 1016

Magda Tsuê Massimoto Ardisson
Atuário MIBA 462

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S.S. LTDA.

22. PARECER ATUARIAL DO PLANO ELÉTRICAS-OP

PARECER ATUARIAL EXERCÍCIO 2014

Entidade: **REDEPREV – Fundação Rede de Previdência**

Plano de Benefícios:

PLANO DE BENEFÍCIOS ELÉTRICAS-OP - CNPB Nº: 1998.0063-11

Patrocinadoras:

- **BBPM – Participações S.A.**
- **Caiuá – Distribuição de Energia S.A.**
- **Cia. de Energia Elétrica do Estado de Tocantins - CELTINS**
- **Cia. Força e Luz do Oeste**
- **Cia. Nacional de Energia Elétrica**
- **Denerge – Desenvolvimento Energético S.A.**
- **Empresa de Distribuição de Energia V. Paranapanema S.A**
- **Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema S.A.**
- **Empresa Elétrica Bragantina**
- **ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.**
- **Companhia Técnica de Comercialização de Energia**
- **Rede Empresa de Energia Elétrica S.A.**
- **Rede Power do Brasil S.A.**
- **REDEPREV - Fundação Rede de Previdência**
- **Tocantins Energética S.A.**

Data-Base do Cadastro: **30/09/2014**

1. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2014 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento do benefício estabelecido pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2014 e na Demonstração Atuarial (DA 2014).

2. DO PLANO

O Plano de Benefícios ELÉTRICAS-OP foi instituído em 01/01/1999.

A última alteração do Regulamento foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, através da Portaria 257, de 15/05/2013.

3. DA BASE CADASTRAL

A avaliação foi efetuada sobre o cadastro de Participantes posicionado em 30/09/2014 e dos Assistidos e Pensionistas posicionados em 31/12/2014.

A síntese dos cadastros na data-base de 31/12/2013 e 30/09/2014 está conforme segue:

	31/12/2013	30/09/2014
Quantidade de Participantes Ativos	2.546	2.493
Mulheres	503	468
Homens	2.043	2.025
Idade média dos Participantes	35,37 anos	35,61 anos
Tempo médio de filiação ao plano	8,23 anos	7,06 anos
Tempo médio de contribuição ao plano	8,23 anos	7,06 anos
Salário de Participação médio	R\$ 2.434,62	R\$ 2.390,78
Folha de Salário de Participação	R\$ 6.198.537,33	R\$ 5.921.953,04
Tempo médio para aposentadoria	27,38 anos	23,56 anos
Quantidade de Participantes Ativos	2.519	2.472
Idade média dos Participantes Ativos	34,79 anos	35,12 anos
Total do Saldo dos Fundos	R\$ 61.405.941,57	R\$ 110.233.743,41
Quantidade de Participantes Autopatrocinados	11	5
Idade média dos Participantes Autopatrocinados	49,55 anos	52,80 anos
Total dos Fundos Autopatrocinados	R\$ 6.666.729,25	R\$ 4.330.504,90
Quantidade de Participantes em BPD	16	16
Idade média dos Participantes em BPD	45,13 anos	48,94 anos
Total dos Fundos BPD	R\$ 5.884.001,20	R\$ 7.353.518,33
Quantidade de Assistidos	59	68[*)]
Nº de Aposentadorias – Renda Mensal Vitalícia	44	52[*)]
Renda média	R\$ 5.935,00	R\$ 5.885,87
Idade média	65,43 anos	64,96 anos
Nº de Aposentadorias – Renda Mensal Financeira	15	16[*)]
Renda média	R\$ 8.481,68	R\$ 8.887,57
Idade média	61,07 anos	61,88 anos
Idade média	62,65 anos	63,12 anos
Nº de pensões	115	121 (*)
Benefício médio	R\$ 813,31	R\$ 867,02
Idade média	62,83 anos	64,30 anos

Existe ainda um contingente de 153 (cento e cinquenta e três) pessoas que rescindiu o vínculo de emprego com a Patrocinadora e ainda não efetuou o Resgate, cujo Saldo de Fundos monta em R\$ 1.574.626,35. Tal valor está sendo considerado somente na composição do Saldo dos Fundos para efeitos da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder em 30/09/2014, conforme segue:

CATEGORIA	SALDO DOS FUNDOS EM 30/09/2014
ATIVOS E AUTOPATROCINADOS	57.282.124,15
BPD	7.353.518,33
DESLIGADO SEM RESGATE	1.574.626,35
TOTAL BENEFÍCIOS A CONCEDER	66.210.268,83

4. DO BENEFÍCIO, MODALIDADE E REGIME FINANCEIRO

O plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, assegurando o benefício de Renda Mensal. O regime financeiro utilizado é de Capitalização, pelo método de Capitalização Financeira Individual, sendo operacionalizado em quotas patrimoniais na fase de acumulação de recursos.

O benefício de renda mensal pode ser concedido entre as seguintes alternativas:

4.1. Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de Benefício Definido, determinada pelo produto entre o fator atuarial constante do Regulamento sobre o Saldo existente em nome do Participante nos FUNDOS A1, A2, B1, B2, C, D e E, no momento da concessão do benefício; ou

4.2. Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de Contribuição Definida, determinada a cada mês pela aplicação de percentual, livremente escolhido pelo Participante, entre 0,5% e 1% sobre o Saldo existente em nome do Participante nos FUNDOS A1, A2, B1, B2, C, D e E, apurado de acordo com o valor da quota patrimonial do mês anterior.

Neste caso, o Saldo dos Fundos continua a ser operacionalizado em quotas patrimoniais, na modalidade Contribuição Definida.

5. DA “DURATION” DO PASSIVO

A “Duration” do passivo corresponde a 120 (cento e vinte) meses e representa o prazo médio dos pagamentos dos benefícios estruturados na modalidade de benefício definido ponderado pela importância de cada fluxo anual, considerando as variações de valor do dinheiro ao longo do tempo.

6. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

6.1. A Avaliação Atuarial do plano na fase de acumulação de recursos e quando do recebimento pelo Assistido na forma de Renda Mensal Financeira Permanente, onde o valor é determinado pela aplicação do percentual escolhido entre 0,5% e 1% sobre o Saldo dos Fundos, não utiliza nenhuma premissa ou hipótese atuarial, dada a estrutura de Contribuição Definida, no regime de Capitalização Financeira Individual e operacionalizado em cotas patrimoniais.

Neste caso, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos em 31/12/2014, corresponde ao Saldo dos Fundos A1, A2, B1, B2, C, D e E, constituídos em nome dos Participantes e dos Assistidos, respectivamente e existentes em 31/12/2014.

6.2. As premissas e hipóteses atuariais são utilizadas somente no cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos dos Assistidos que optaram pelo recebimento do benefício na forma de Renda Mensal Vitalícia.

Em relação ao exercício de 2013 não houve alteração de premissas ou hipóteses atuariais.

6.3. Premissas e hipóteses utilizadas nesta Avaliação Atuarial:

6.3.1. Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios):

- Valor: **INPC (IBGE).**
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **5,83**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **6,22**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **6,40**
- Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura Econômica.
- Justificativa: Conjuntura Econômica.

6.3.2. Taxa Real Anual de Juros

- Valor: **5,5% (cinco e meio por cento).**
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **5,50%**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **3,18%**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **5,50%**
- Divergência entre esperado e ocorrido: A rentabilidade da carteira foi de 9,61% no exercício encerrado, em razão da conjuntura econômica.
- Justificativa: Conjuntura econômica.

6.3.3. Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios

- Valor: **Fator 0,98**.
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **0,98**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **0,98**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **0,98**
- Divergência entre esperado e ocorrido: Não houve.
- Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial de 2% (dois por cento) ao ano, em um cenário em longo prazo, de inflação de 4% (quatro por cento) ao ano.

6.3.4. Tábua de Mortalidade Geral

- Valor: **Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos, suavizada em 25%**.
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **0,68**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **1,00**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **0,79**
- Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.
- Justificativa:
 - a) A projeção de longevidade dos Assistidos e Pensionistas está adequada à respectiva massa, cujas expectativas de vida completa são superiores as resultantes da aplicação da tábua AT-83, atendendo ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.
 - b) Tábua aprovada pelo Decreto Nº266, de 29/11/1999.
 - c) Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.
 - d) Tábua representativa da população brasileira.
 - e) Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de lucros operacionais.
 - f) Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.
 - g) A margem de segurança de 25% foi estabelecida em razão da pressuposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à população geral brasileira.

6.4. Premissas e hipóteses não utilizadas na Avaliação Atuarial:

6.4.1. Projeção de Crescimento Real de Salários

6.4.2. Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS

6.4.3. Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano

6.4.4. Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários

6.4.5. Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios do INSS

6.4.6. Hipótese de Geração futura de novos entrados

6.4.7. Hipótese de Entrada em aposentadoria

6.4.8. Hipótese sobre Rotatividade

6.4.9. Hipótese sobre Composição de família de pensionistas

6.4.10. Tábua de Entrada em Invalidez

6.4.11. Tábua de Mortalidade de Inválidos

6.4.12. Tábua de Morbidez

Observação:

- Composição de Família de Pensionistas
- Dado fornecido pela Entidade.

7. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2013 e em 31/12/2014 está composto conforme segue:

ATESTADO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL EM	31/12/2013	31/12/2014	VARIAÇÃO EM %
Patrimônio Social	128.151.689,09	128.768.241,56	0,48%
Patrimônio De Cobertura Do Plano	121.905.434,73	121.364.181,33	-0,44%
Provisões Matemáticas	126.375.240,51	127.654.479,32	1,01%
Benefícios Concedidos	52.941.536,17	61.797.287,71	16,73%
Contribuição Definida	13.450.604,83	15.145.192,87	12,60%
Saldo de Contas dos Assistidos	13.450.604,83	15.145.192,87	12,60%
Benefício Definido	39.490.931,34	46.652.094,84	18,13%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	39.490.931,34	46.652.094,84	18,13%
Benefícios a Conceder	73.433.704,34	65.857.191,61	-10,32%
Contribuição Definida	73.433.704,34	65.857.191,61	-10,32%
Saldo de Contas – Parcela Patrocínadoras	4.493.578,74	4.264.521,08	-5,10%
Saldo de Contas – Parcela Participantes	68.940.125,60	61.592.670,53	-10,66
Equilíbrio Técnico	{4.469.805,78}	{6.290.297,99}	40,73%
Reserva de Contingência	-	-	-
(-) Déficit Técnico	{4.469.805,78}	{6.290.297,99}	40,73%
Fundos	6.246.254,36	7.404.060,23	18,54%
Fundos Previdenciais	5.640.386,63	6.588.436,18	16,81%
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	70.628,94	665.898,79	842,81%
Previsto em NTA – Cobertura de Oscilação de Risco	5.569.757,69	5.922.537,39	6,33%
Fundos Administrativos	543.569,02	729.355,41	34,18%
Fundos dos Investimentos	62.298,71	86.268,64	38,48%

8. DA FONTE DOS RECURSOS – PREVISTA

Fonte de Recursos prevista	Participantes		Assistidos		Patrocinador		TOTAL
	Valor (R\$)	Valor (%)	Valor (R\$)	Valor (%)	Valor (R\$)	Valor (%)	
Contribuições previdenciárias - normais	3.331.184,04	4,69%	-	0,00%	333.118,40	0,47%	3.664.302,44
Contribuições Extraordinárias	-	0,00%	-	0,00%	814.193,76	1,15%	814.193,76
TOTAL	3.331.184,04	4,69%	-	0,00%	1.147.312,16	1,61%	4.178.496,20

9. DO CUSTEIO DO PLANO

A avaliação atuarial determinou as necessidades financeiras, ficando o Plano de Custeio para o período de 01/04/2015 a 31/03/2016 assim fixado:

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

9.1. Participantes

9.1.1. Contribuição mensal determinada pelo percentual sobre o Salário, livremente escolhido pelo Participante, entre o mínimo de 2% e o máximo de 20%, a ser creditada no Fundo A1.

9.1.2. Contribuição Adicional, de valor e periodicidade, livremente escolhidos pelo Participante, a ser creditada no Fundo A2.

9.2. Participantes Autopatrocinados

9.2.1. Contribuição mensal determinada pelo percentual sobre o Salário, livremente escolhido pelo Participante, entre o mínimo de 2% e o máximo de 20%, a ser creditada no Fundo A1.

9.2.2. Contribuição Adicional, de valor e periodicidade, livremente escolhidos pelo Participante, a ser creditada no Fundo A2.

9.2.3. Contribuição mensal de um percentual igual àquele estabelecido pelo Conselho Deliberativo, conforme o subitem 9.6.1. O percentual incidirá sobre o valor da contribuição mensal efetuada conforme subitem 9.2.1., a ser creditada no Fundo A1.

9.2.4. Contribuição mensal para o custeio das despesas administrativas de valor correspondente a 1,73% sobre o Salário.

9.3. Participantes Não Contribuintes

Os Participantes que fizeram a opção pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido ou aqueles que tenham optado pela suspensão de suas contribuições, nos termos do inciso I do Artigo 71 do Regulamento, não efetuam contribuições para o Programa Previdencial. Todavia para o custeio das despesas administrativas, deverão efetuar uma contribuição mensal, de valor igual a R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), que serão descontados da respectiva reserva.

9.4. Assistidos

Nada contribuem.

9.5. Dependentes

Nada contribuem.

9.6. Patrocinadoras

9.6.1. Contribuição mensal de valor correspondente a um percentual a ser determinado, a cada ano, pelo Conselho Deliberativo, não podendo ser inferior a 10% sobre o valor da Contribuição mensal do Participante com vínculo de emprego com a Patrocinadora, efetuada conforme o subitem 9.1.1, a ser creditada no Fundo.

9.6.2. Contribuição Adicional, de valor e periodicidade, livremente determinados pelas Patrocinadoras, e creditada no Fundo B2 de cada Participante com vínculo de emprego com a Patrocinadora, por critério equânime e não discriminatório.

9.6.3. Contribuição Extraordinária mensal, de valor correspondente a 1,15% sobre a Folha de Participação(*), pelo prazo de 120 meses, para o equacionamento do Déficit Técnico, que em 31/12/2014 é de R\$ 6.290.297,99.

O prazo de 120 meses equivale ao somatório do produto do valor do benefício pela expectativa média de vida completa do Assistido, sendo o resultado dividido pelo somatório do valor do benefício.

Por se tratar de insuficiência patrimonial na cobertura da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, modalidade Benefício Definido, o equacionamento do Déficit Técnico deverá ser efetuado através de um Contrato de Amortização com garantias.

O Contrato de Amortização deverá ainda, conter cláusula de reavaliação anual e será consignado no Passivo do Plano de Benefícios Elétricas-OP como “Provisões Matemáticas a Constituir – Déficit Técnico Equacionado”.

(*) Folha de Participação em novembro/2014 utilizada para determinação do percentual: R\$ 5.921.953,04.

9.6.4. Para o custeio das Despesas Administrativas

Contribuição mensal correspondente a 1,73% sobre o total da Folha de Salários. Observamos que a contribuição das Patrocinadoras, ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. e TOCANTINS Energética S.A., incidirá somente sobre a Folha de Salários dos Participantes inscritos neste plano.

9.7. Utilização do Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar:

A sua constituição e utilização está prevista no Artigo 73 do Regulamento.

9.8. Utilização de destinação de Reserva Especial – Patrocinadora, Participantes e Assistidos

O plano não possui Reserva Especial.

10. DO PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

10.1. Evolução dos Custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior

O custo se manteve estável.

10.2. Variação das Provisões Matemáticas

10.2.1. Em relação à variação da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, modalidade Contribuição Definida, a mesma deve-se a inclusão do Saldo de Contas dos Assistidos que tiveram a concessão do benefício no exercício de 2014, acrescida da rentabilidade.

10.2.2. A variação da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos na modalidade Benefício Definido ocorreu dentro do esperado, apresentando pequena variação decorrente do reajuste dos benefícios, do envelhecimento da massa e saída de recursos para a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos em razão da concessão de benefícios.

10.2.3. A variação da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder foi decorrente da saída de recursos, referente ao Saldo de Contas dos Participantes que tornaram Assistidos, para a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos. A entrada das contribuições efetuadas no exercício de 2014, pelas Patrocinadoras e pelos Participantes, não superou a rentabilidade.

10.3. Principais Riscos Atuariais

Risco de maior sobrevida em relação à estatística da Tábua de Mortalidade utilizada e ainda, da Taxa Real Anual de Juros.

Para mitigar os riscos, em relação à Tábua de Mortalidade Geral, utilizamos a Tábua Completa de Mortalidade Brasil, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no sentido de que a expectativa de vida acompanhe, anualmente, a realidade do contingente exposto, e quanto a Taxa Real Anual de Juros adotamos uma taxa inferior à resultante do estudo de aderência.

10.4. Soluções para restabelecer a insuficiência

As Patrocinadoras efetuarão contribuições extraordinárias, conforme Contrato de Amortização do Déficit Técnico.

11. DO PARECER ATUARIAL DO PLANO

11.1. Qualidade da base cadastral

Os cadastros fornecidos pela Entidade foram submetidos a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e de valores, apresentando-se consistentes em relação ao cadastro do exercício anterior.

11.2. Constituição dos Fundos Previdenciais

11.2.1. O Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar, no valor de R\$ 665.898,79 decorre das contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras e não resgatadas ou portadas pelo Participante, quando do cancelamento da inscrição.

Conforme previsto no Artigo 73 do Regulamento a sua destinação cabe ao Conselho Deliberativo da Entidade.

11.2.2. Sob a rubrica Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial está constituído Fundo Previdencial de Cobertura de Oscilação de Riscos.

O saldo tem por finalidade específica dar cobertura a eventual rendimento inferior ao exigido no reajuste monetário dos benefícios concedidos e para possíveis aumentos na sobrevida dos Assistidos e dos Pensionistas.

11.3. Variação do Resultado Superavitário ou Deficitário

O resultado deficitário surgido no exercício de 2013 sofreu um acréscimo no exercício de 2014, em decorrência da rentabilidade das aplicações não ter superado a meta atuarial (INPC + 5,5%) exigida para a cobertura da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos constituída para os benefícios estruturados na modalidade Benefício Definido.

11.4. Natureza do resultado Conjuntural ou Estrutural

Conjuntural.

11.5. Soluções para o equacionamento de Déficit Técnico

As Patrocinadoras efetuarão contribuições extraordinárias, conforme Contrato de Amortização do Déficit Técnico.

11.6. Adequação dos métodos de financiamento

Os métodos de financiamento estão adequados.

11.7. Outros Fatos Relevantes

11.7.1. Estudo de Aderência das Hipóteses

A Entidade promoveu estudo técnico sobre a aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras que comprova a adequação e aderência. O estudo em atendimento à Instrução 7, de 12/12/2013, está disponível para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

11.7.2. Resoluções CNPC N°s 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014

A Entidade não adotou as Resoluções CNPC N°s 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014, para o exercício de 2014, porém, se compararmos a “duration” do passivo, com a Taxa de Juros Parâmetro e seus limites, referida na Portaria nº 615, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre os critérios para definição da Taxa de Juros Parâmetro, para o exercício de 2014, verificar-se-á que a taxa real anual de juros utilizada de 5,50% nesta avaliação atuarial, está entre as taxas máxima e mínima permitidas, conforme abaixo, e provavelmente, não impactará na situação econômica e financeira do plano de benefícios.

Duration	10 anos <i>(considerando somente assistidos RMV)</i>	
	Taxa de Juros Parâmetro	Limite Inferior
5,16% a.a.	3,61% a.a.	5,56% a.a.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.

Silvana Egea Paulim
Atuário MIBA 1016

Magda Tsuê Massimoto Ardisson
Atuário MIBA 462

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S.S. LTDA.

23. PARECER ATUARIAL DO PLANO CELPA OP

PARECER ATUARIAL EXERCÍCIO 2014

Entidade: **REDEPREV – Fundação Rede de Previdência**

Plano de Benefícios:
PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA-OP - CNPB Nº: 2000.0004-11

Patrocinadoras:

- **CELPA – Centrais Elétricas do Pará S.A.**
- **REDEPREV - Fundação Rede de Previdência**

Data-Base do Cadastro: **30/09/2014**

1. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2014 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento do benefício estabelecido pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2014 e na Demonstração Atuarial (DA 2014).

2. DO PLANO

O Plano de Benefícios CELPA-OP foi instituído em 01/04/2000.

A última alteração do Regulamento foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, através da Portaria 258, de 15/05/2013.

Em razão da EQUATORIAL ENERGIA S.A., ter assumido o controle acionário da patrocinadora CELPA cujo acionista era a QMRA Participações, e tendo efetuado uma reestruturação de sua política de recursos humanos com o objetivo de centralizar o gerenciamento dos benefícios e gerar ganhos com economias de escala, a mesma formalizou junto a REDEPREV, sua decisão de resolver o Convênio de Adesão firmado com a Entidade, bem como solicitou a transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios CELPA-OP para a FASCEMAR.

O processo de Rescisão do Convênio de Adesão e o de Cisão e Transferência de Gerenciamento do Plano encontra-se em análise na Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, desde 02/09/2014.

3. DA BASE CADASTRAL

A avaliação foi efetuada sobre os cadastros posicionados em 30/09/2014 e fornecidos pela Entidade, os quais mediante aplicação de testes apresentaram-se consistentes. A síntese dos cadastros na data-base de 31/12/2013 e 30/09/2014 está conforme segue:

	31/12/2013	30/09/2014
Quantidade de Participantes Ativos	1.699	1.643
Mulheres	520	511
Homens	1.179	1.132
Idade média dos Participantes	39,78 anos	40,31 anos
Tempo médio de filiação ao plano	9,34 anos	9,86 anos
Tempo médio de contribuição ao plano	9,34 anos	9,86 anos
Salário de Participação médio	R\$ 3.008,30	R\$ 3.171,82
Folha de Salário de Participação	R\$ 5.111.097,36	R\$ 5.211.304,03
Tempo médio para aposentadoria	20,47 anos	19,72 anos
Quantidade de Participantes Ativos	1.696	1.640
Idade média	39,75 anos	40,29 anos
Total do Saldo dos Fundos	R\$ 76.298.267,02	R\$ 87.679.897,28
Quantidade de Participantes Autopatrocinados	3	3
Idade média dos Participantes Autopatrocinados	55,28 anos	56,03 anos
Total do Saldo dos Fundos	R\$ 1.953.434,73	R\$ 2.414.131,53
Quantidade de Participantes em BPD	24	20
Idade média	49,95 anos	50,03 anos
Total do Saldo dos Fundos	R\$ 6.101.101,09	R\$ 5.982.806,19
Quantidade de Assistentes	65	77(*)
Nº de Aposentadorias – Renda Mensal Vitalícia	28	30(*)
Renda média	R\$ 1.631,22	R\$ 1.799,86
Idade média	62,89 anos	63,40 anos
Nº de Aposentadorias – Renda Mensal Financeira	37	47(*)
Renda média	R\$ 3.143,59	R\$ 3.062,59
Idade média	57,69 anos	58,24 anos

Existe ainda o contingente de 114 (cento e quatorze) pessoas que rescindiu o vínculo de emprego com a Patrocinadora e ainda não efetuou o Resgate, cujo Saldo de Fundos monta em R\$ 3.024.006,79. Tal valor está sendo considerado somente na composição do Saldo dos Fundos para efeitos da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder em 30/09/2014, conforme segue:

Categoria	Saldo dos Fundos em 30/09/2014
Ativos e Autopatrocinados	R\$ 90.094.028,81
BPD	R\$ 5.982.806,19
Desligados sem Resgates	R\$ 3.024.006,79
Total Benefícios a Conceder	R\$ 99.100.841,79

4. DO BENEFÍCIO, MODALIDADE E REGIME FINANCEIRO

O plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, assegurando o benefício de Renda Mensal. O regime financeiro utilizado é de Capitalização, pelo método de Capitalização Financeira Individual, sendo operacionalizado em quotas patrimoniais na fase de acumulação de recursos.

O benefício de renda mensal pode ser concedido entre as seguintes alternativas:

- Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de Benefício Definido, determinada pelo produto entre o fator atuarial constante do Regulamento sobre o Saldo existente em nome do Participante nos FUNDOS A1, A2, B1, B2, C, D e E, no momento da concessão do benefício; ou
- Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de Contribuição Definida, determinada a cada mês pela aplicação de percentual, livremente escolhido pelo Participante, entre 0,5% e 1%

sobre o Saldo existente em nome do Participante nos FUNDOS A1, A2, B1, B2, C, D e E, apurado de acordo com o valor da quota patrimonial do mês anterior.

Neste caso, o Saldo dos Fundos continua a ser operacionalizado em quotas patrimoniais, na modalidade Contribuição Definida.

O saldo do Fundo F será pago em prestação única por ocasião da concessão da Renda Mensal Vitalícia ou da Renda Mensal Financeira.

5. DA “DURATION” DO PASSIVO

A “Duration” do passivo corresponde a 138 (cento e trinta e oito) meses e representa o prazo médio dos pagamentos dos benefícios estruturados na modalidade de benefício definido ponderado pela importância de cada fluxo anual, considerando as variações de valor do dinheiro ao longo do tempo.

6. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

6.1. A Avaliação Atuarial do plano na fase de acumulação de recursos e quando do recebimento pelo Assistido na forma de Renda Mensal Financeira Permanente, onde o valor é determinado pela aplicação do percentual escolhido entre 0,5% e 1% sobre o Saldo dos Fundos, não utiliza nenhuma premissa ou hipótese atuarial, dada a estrutura de Contribuição Definida, no regime de Capitalização Financeira Individual e operacionalizado em cotas patrimoniais.

Desta forma, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder em 31/12/2014 corresponde ao Saldo dos Fundos A1, A2, B1, B2, C, D, E e F, constituídos em nome dos Participantes e a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos em 31/12/2014, corresponde ao Saldo dos Fundos A1, A2, B1, B2, C, D e E, constituídos em nome dos Assistidos.

6.2. As premissas e hipóteses atuariais são utilizadas somente no cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos dos Assistidos que optaram pelo recebimento do benefício na forma de Renda Mensal Vitalícia.

6.3. Em relação ao exercício de 2013 não houve alteração de premissas ou hipóteses atuariais.

6.4. Premissas e hipóteses utilizadas nesta Avaliação Atuarial:

6.4.1. Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios):

- Valor: **INPC (IBGE).**
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **5,83**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **6,22**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **6,40**
- Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura Econômica.
- Justificativa: Conjuntura Econômica.

6.4.2. Taxa Real Anual de Juros

- Valor: **4,50% (quatro e meio por cento).**
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **4,50%**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **4,14%**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **4,50%**
- Divergência entre esperado e ocorrido: Em razão da conjuntura econômica, a rentabilidade da carteira no exercício encerrado foi de 10,63%.
- Justificativa: Conjuntura econômica.

6.4.3. Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios

- Valor: **Fator 0,98**.
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **0,98**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **0,98**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **0,98**
- Divergência entre esperado e ocorrido: Não houve.
- Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial de 2% (dois por cento) ao ano, em um cenário em longo prazo, de inflação de 4% (quatro por cento) ao ano.

6.4.4. Tábuas de Mortalidade Geral

- Valor: **AT 2000, suavizada em 10%**.
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **0,24**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **0,00**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **0,27**
- Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.
- Justificativas:
 - a) A projeção de longevidade dos Assistidos e Pensionistas está adequada à respectiva massa.
 - b) Em razão da distribuição da Reserva Especial, foi utilizada a Tábua AT 2000, suavizada em 10%, estabelecida na legislação.

6.5. Premissas e hipóteses não utilizadas na Avaliação Atuarial:

6.5.1. Projeção de Crescimento Real de Salários

6.5.2. Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS

6.5.3. Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano

6.5.4. Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários

6.5.5. Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios do INSS

6.5.6. Hipótese de Geração futura de novos entrados

6.5.7. Hipótese de Entrada em aposentadoria

6.5.8. Hipótese sobre Rotatividade

6.5.9. Hipótese sobre Composição de família de pensionistas

6.5.10. Tábuas de Mortalidade de Inválidos

6.5.11. Tábuas de Entrada em Invalidez

6.5.12. Tábuas de Morbidez

Observação:

- Composição de Família de Pensionistas
- Dado fornecido pela Entidade

7. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2013 e em 31/12/2014 está composto conforme segue:

ATESTADO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL EM	31/12/2013	31/12/2014	VARIAÇÃO EM %
Patrimônio social	135.037.350,94	138.297.998,29	2,41%
Patrimônio De Cobertura Do Plano	114.948.138,34	128.051.123,15	11,40%
Provisões Matemáticas	112.765.387,66	126.344.598,16	12,04%
Benefícios Concedidos	20.866.866,92	25.599.493,11	22,68%
Contribuição Definida	12.135.864,18	15.155.010,82	24,88%
Saldo de Contas dos Assistidos	12.135.864,18	15.155.010,82	24,88%
Benefício Definido	8.731.002,74	10.444.482,29	19,63%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	8.731.002,74	10.444.482,29	
Benefícios a Conceder	91.898.520,74	100.745.105,05	9,63%
Contribuição Definida	91.898.520,74	100.745.105,05	9,63%
Saldo de Contas – Parcela Patrocinadoras	5.585.903,20	5.818.320,94	4,16%
Saldo de Contas – Parcela Participantes	86.312.617,54	94.926.784,11	9,98%
Equilíbrio Técnico	2.182.750,68	1.706.524,99	-21,82%
Reserva de Contingência	2.182.750,68	1.706.524,99	-21,82%
Reserva Especial para Revisão do Plano	-	-	-
Fundos	20.089.212,60	10.246.875,14	-48,99%
Fundos Previdenciais	19.470.534,51	9.478.323,90	-51,32
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	4.541.572,12	5.422.899,05	19,41%
Previsto em NTA – Cobertura de Oscilação de Risco	2.849.219,43	3.193.781,39	12,09%
Revisão de Plano	12.079.742,96	861.643,46	-92,87%
Patrocinadoras	1.098.048,64	861.643,46	-21,53%
Participantes	10.981.694,32	-	-100,00%
Fundos Administrativos	491.423,17	622.264,46	26,62%
Fundos dos Investimentos	127.254,92	146.286,78	14,96%

8. DA FONTE DE RECURSOS – PREVISTA

Fonte de Recursos prevista	Participantes		Assistidos		Patrocinador		TOTAL
	Valor (R\$)	Valor (%)	Valor (R\$)	Valor (%)	Valor (R\$)	Valor (%)	
Contribuições previdenciárias – normais	3.687.021,12	5,90%	-	0,00%	368.702,16	0,59%	4.055.723,28
TOTAL	3.687.021,12	5,90%	-	0,00%	368.702,16	0,59%	4.055.723,28

9. DO CUSTEIO DO PLANO

A avaliação atuarial determinou as necessidades financeiras, ficando o Plano de Custeio para o período de 01/04/2015 a 31/03/2016 assim fixado:

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

9.1. Participantes

9.1.1. Contribuição mensal determinada pelo percentual sobre o Salário, livremente escolhido pelo Participante, entre o mínimo de 2% e o máximo de 20%, a ser creditada no Fundo A1.

9.1.2. Contribuição Adicional, de valor e periodicidade, livremente escolhidos pelo Participante, a ser creditada no Fundo A2.

9.2. Participantes Autopatrocinados

9.2.1. Contribuição mensal determinada pelo percentual sobre o Salário, livremente escolhido pelo Participante, entre o mínimo de 2% e o máximo de 20%, a ser creditada no Fundo A1.

9.2.2. Contribuição Adicional, de valor e periodicidade, livremente escolhidos pelo Participante, a ser creditada no Fundo A2.

9.2.3. Contribuição mensal de um percentual igual aquele estabelecido pelo Conselho Deliberativo, conforme o subitem 9.6.1. O percentual incidirá sobre o valor da contribuição mensal efetuada conforme subitem 9.2.1., a ser creditada no Fundo A1.

9.2.4. Contribuição mensal para o custeio das despesas administrativas de valor correspondente a 1,73% sobre o Salário.

9.3. Participantes Não Contribuintes

Os Participantes que fizeram a opção pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido ou aqueles que tenham optado pela suspensão de suas contribuições, nos termos do inciso I do Artigo 71 do Regulamento, não efetuam contribuições para o Programa Previdencial. Todavia, para o custeio das despesas administrativas, deverão efetuar uma contribuição mensal, de valor igual a R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), que serão descontados da respectiva reserva.

9.4. Assistidos

Nada contribuem.

9.5. Dependentes

Nada contribuem.

9.6. Patrocinadoras

9.6.1. Contribuição mensal

De valor correspondente a um percentual a ser determinado, a cada ano, pelo Conselho Deliberativo, não podendo ser inferior a 10% sobre o valor da Contribuição mensal do Participante com vínculo de emprego com a Patrocinadora, efetuada conforme o subitem 9.1.1, a ser creditada no Fundo B1.

9.6.2. Contribuição Adicional

De valor e periodicidade, livremente determinados pelas Patrocinadoras, e creditada no Fundo B2 de cada Participante com vínculo de emprego com a Patrocinadora, por critério equânime e não discriminatório.

9.6.3. Contribuição para despesas administrativas

Contribuição mensal de valor igual a 1,73% sobre o total da Folha de Salários.

9.7. Utilização do Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar:

Sem previsão.

9.8. Utilização de destinação de Reserva Especial – Patrocinadora, Participantes e Assistidos

A Reserva Especial foi utilizada de acordo com a deliberação tomada em Ata do Conselho Deliberativo, onde os valores destinados à Patrocinadora estão provisionados e consignados na rubrica Fundos Previdenciais – Revisão de Plano, cujo valor em 31/12/2014, é de R\$ 861.643,46. No exercício de 2014, para os Participantes a parcela foi distribuída e consignada no Fundo F e para os Assistidos foi distribuído em 4 (quatro) parcelas.

10. DO PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

10.1. Evolução dos Custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior

O custo se manteve estável.

10.2. Variação das Provisões Matemáticas

10.2.1. Em relação à variação da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, modalidade Contribuição Definida, a mesma deve-se a inclusão do Saldo de Contas dos Assistidos que tiveram a concessão do benefício no exercício de 2014, acrescida da rentabilidade.

10.2.2. A variação da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, modalidade Benefício Definido decorre das concessões de benefícios, da atualização dos valores dos benefícios e do envelhecimento dos assistidos.

10.2.3. A variação da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, modalidade Contribuição Definida, deve-se às contribuições efetuadas no exercício de 2014, pelas Patrocinadoras e pelos Participantes, acrescida da rentabilidade. Outros fatos referem-se à saída de recursos referentes ao Saldo de Contas dos Assistidos que tiveram a concessão do benefício no exercício de 2014, bem como pelo cancelamento de inscrição de participantes.

10.3. Principais Riscos Atuariais

Risco de maior sobrevida em relação à estatística da Tábua de Mortalidade utilizada e ainda, da Taxa Real Anual de Juros.

Para mitigar os riscos, em relação à Tábua de Mortalidade Geral, o plano utiliza uma tábua com uma expectativa de vida elevada, e quanto a Taxa Real Anual de Juros, adotamos uma taxa inferior à resultante do estudo de aderência.

10.4. Soluções para restabelecer a insuficiência

O plano encontra-se superavitário.

11. DO PARECER ATUARIAL DO PLANO

11.1. Qualidade da base cadastral

Os cadastros fornecidos pela Entidade foram submetidos a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e de valores, apresentando-se consistentes em relação ao cadastro do exercício anterior.

11.2. Constituição dos Fundos Previdenciais

11.2.1. O Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar no valor de R\$ 5.422.899,05, decorre das contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras e não resgatadas ou portadas pelo Participante, quando do cancelamento da inscrição.

Conforme previsto no Artigo 73 do Regulamento a sua destinação cabe ao Conselho Deliberativo da Entidade.

11.2.2. Sob a rubrica Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial está constituído o Fundo Previdencial de Cobertura de Oscilação de Riscos, no valor de R\$ 3.193.781,39.

O saldo teve origem na migração dos participantes dos planos Celpa BD-I e Celpa BD-II para o Plano Optativo (atual Celpa-OP) e tem por finalidade específica dar cobertura a eventual rendimento inferior ao exigido no reajuste monetário dos benefícios concedidos e para possíveis aumentos na sobrevida dos Assistidos e dos Pensionistas.

11.3. Variação do Resultado Superavitário ou Deficitário

O resultado superavitário existente em 31/12/2013 sofreu um decréscimo pela perda patrimonial, em decorrência da rentabilidade das aplicações não ter superado a meta atuarial (INPC + 4,5%) exigida para a cobertura da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, constituída para os benefícios estruturados na modalidade Benefício Definido.

11.4. Natureza do resultado Conjuntural ou Estrutural

Conjuntural.

11.5. Soluções para o equacionamento de Déficit Técnico

O plano encontra-se superavitário.

11.6. Outros Fatos Relevantes

11.6.1. Estudo de Aderência das Hipóteses

A Entidade promoveu estudo técnico sobre a aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras que comprova a adequação e aderência. O estudo em atendimento à Instrução 7, de 12/12/2013, está disponível para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

11.6.2. Resoluções CNPC N°s 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014.

A Entidade não adotou as Resoluções CNPC Nos 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014, para o exercício de 2014, porém, se compararmos a “duration” do passivo, com a Taxa de Juros Parâmetro e seus limites, constante da Portaria nº 615, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre os critérios para

definição da Taxa de Juros Parâmetro, para o exercício de 2014, verificamos que a taxa real anual de juros utilizada de 4,5% nesta avaliação atuarial, está entre as taxas máxima e mínima permitidas, conforme abaixo, e provavelmente, não impactará na situação econômica e financeira do plano de benefícios.

<i>Duration</i>	<i>11,46 anos (considerando somente os Assistidos RMV)</i>	
Taxa de Juros Parâmetro	Limite Inferior	Limite Superior
5,20% a.a.	3,64% a.a.	5,60% a.a.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015

Silvana Egea Paulim
Atuário MIBA 1016

Magda Tsuê Massimoto Ardisson
Atuário MIBA 462

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S.S. LTDA.

24. PARECER ATUARIAL DO PLANO CEMAT BD-I

PARECER ATUARIAL EXERCÍCIO 2014

Entidade: **REDEPREV – Fundação Rede de Previdência**

Plano de Benefícios:

PLANO DE BENEFÍCIOS CEMAT BD-I - CNPB Nº: 1993.0010-18

Patrocinadora:

- **CEMAT – Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.**

Data-Base do Cadastro: **30/09/2014**

1. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2014 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2014 e na Demonstração Atuarial (DA 2014).

2. DO PLANO

O Plano de Benefícios CEMAT BD-I, instituído em 01/01/1994, está bloqueado a novas adesões de Participantes desde 31/12/1998, quando foram instituídos 2 (dois) novos planos de benefícios.

A última alteração do Regulamento foi efetuada em atendimento à Resolução CGPC nº 19/2006, tendo sido aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, através da Portaria nº 1657, de 02/10/2007.

3. DA BASE CADASTRAL

O plano foi avaliado atuarialmente sobre o cadastro de Participantes posicionado em 30/09/2014 e para os Assistidos e Pensionistas sobre o cadastro posicionado em 31/12/2014.

A síntese dos cadastros está conforme segue:

	31/12/2013	30/09/2014
Quantidade de Participantes Ativos	3	3
Mulheres	-	-
Homens	3	3
Idade média dos Participantes	47,78 anos	48,78 anos
Tempo médio de filiação ao plano	18,36 anos	19,36 anos
Tempo médio de contribuição	18,36 anos	19,36 anos
Salário Real de Benefício médio	R\$ 4.234,24	R\$ 4.437,53
Folha de Salário Real de Benefício	R\$ 12.704,24	R\$ 13.312,60
Tempo médio para aposentadoria	9,67 anos	9 anos
Quantidade de Participantes Autopatrocinados	-	-
Idade média dos Participantes Autopatrocinados	-	-
Quantidade de Assistidos	145	145(*)
Nº de Aposentadoria Especial	26	25(*)
Benefício médio	R\$ 3.814,06	R\$ 4.081,79
Idade média	72,46 anos	73,04 anos
Nº de Aposentadoria por Idade	4	4(*)
Benefício médio	R\$ 1.353,15	R\$ 1.439,00
Idade média	77,25 anos	78,25 anos
Nº de Aposentadoria por Tempo de Contribuição	41	41(*)
Benefício médio	R\$ 3.253,49	R\$ 3.459,90
Idade média	70,90 anos	71,90 anos
Nº de aposentadoria por Invalidez	20	20(*)
Benefício médio	R\$ 1.941,03	R\$ 2.064,18
Idade média	60,55 anos	51,55 anos
Nº de pensões	54	55(*)
Benefício médio	R\$ 1.221,87	R\$ 1.304,96
Idade média	59,69 anos	60,91 anos

4. DOS BENEFÍCIOS, MODALIDADE E REGIMES FINANCEIROS

Observamos que na Nota Técnica Atuarial consta o regime financeiro de Repartição de Capital de Cobertura para os benefícios de Complementação de Aposentadoria por Invalidez, Complementação de Pensão e correspondente Abono Anual, todavia, dado o volume de recursos nos Fundos Previdenciais, nesta avaliação foram financiados pelo regime de Capitalização Integral.

Benefícios	Modalidade	Regime Financeiro	Método
Aposentadoria por Tempo de Contribuição, por Idade ou Especial e Abono Anual.	Benefício Definido	Capitalização	Capitalização Integral
Aposentadoria por Invalidez e Abono Anual	Benefício Definido	Capitalização	Capitalização Integral
Pensão por Morte e Abono Anual	Benefício Definido	Capitalização	Capitalização Integral

5. DA “DURATION” DO PASSIVO

A “Duration” do passivo corresponde a 102 (cento e dois) meses e representa o prazo médio dos pagamentos dos benefícios estruturados na modalidade de benefício definido ponderado pela importância de cada fluxo anual, considerando as variações de valor do dinheiro ao longo do tempo.

6. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

6.1. Premissas e hipóteses utilizadas nesta Avaliação Atuarial:

6.1.1. INDEXADOR DO PLANO (REAJUSTE DE BENEFÍCIOS)

- Valor: **INPC (IBGE).**
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **5,83**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **6,22**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **6,40**
- Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura Econômica.
- Justificativa: Conjuntura Econômica.

6.1.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

- Valor: **5,5% (cinco e meio por cento).**
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **5,50%**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **2,99%**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **5,50%**
- Divergência entre esperado e ocorrido: A rentabilidade da carteira foi de 9,41% no exercício encerrado, em razão da conjuntura econômica.
- Justificativa: Conjuntura econômica.

6.1.3. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIOS

- Valor: **2% (dois por cento) ao ano.**
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **2,00%**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **2,00%**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **2,00%**
- Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura econômica.
- Justificativa: Tendência a médio e em longo prazo, determinado pela diferença esperada entre a média do crescimento do PNB e a média do crescimento demográfico, admitindo que os salários acompanharão o ganho real.

6.1.4. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS

- Valor: **Fator 0,98.**
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **0,98**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **0,98**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **0,98**
- Divergência entre esperado e ocorrido: Não houve.
- Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial de 2% (dois por cento) ao ano, em um cenário em longo prazo, de inflação de 4% (quatro por cento) ao ano.

6.1.5. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

- Valor: **Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos, suavizada em 25%.**
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **2,64**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **1,00**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **2,81**
- Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.
- Justificativa:
 - a) A projeção de longevidade dos Assistidos e Pensionistas está adequada à respectiva massa, cujas expectativas de vida completa são superiores as resultantes da aplicação da tábua AT-83, atendendo ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.
 - b) Tábua aprovada pelo Decreto N°266, de 29/11/1999.
 - c) Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.
 - d) Tábua representativa da população brasileira.
 - e) Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de lucros operacionais.

- f) Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.
- g) A margem de segurança de 25% foi estabelecida em razão da pressuposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à população geral brasileira.
- h) A Entidade promoveu estudo técnico sobre a aderência da Tábua Completa de Mortalidade Brasil IBGE 2012, suavizada em 25%, comprovando total adequação ao universo segurado. O estudo está disponível para conhecimento dos participantes, patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

6.1.6. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

- Hipótese: **Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos.**
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **0,26**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **0,00**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **0,28**
- Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.
- Justificativa: As mesmas especificadas em 6.1.5 com exceção da margem de 25%, uma vez que é sabido que a sobrevivência dos Inválidos é menor que a dos demais Assistidos.

6.1.7. TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

- Hipótese: **Tábua Álvaro Vindas.**
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **0,00**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **0,00**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **0,00**
- Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.
- Justificativa: Tábua fixada como mínima para os planos abertos de previdência complementar.

6.2. Premissas e hipóteses não utilizadas na Avaliação Atuarial:

6.2.1. Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS

6.2.2. Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano

6.2.3. Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários

6.2.4. Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios do INSS

6.2.5. Hipótese de Geração futura de novos entrados

6.2.6. Hipótese de Entrada em aposentadoria

6.2.7. Hipótese sobre Rotatividade

6.2.8. Hipótese sobre Composição de família de pensionistas

6.2.9. Tábua de Morbidez

Observação:

- Composição de Família de Pensionistas
- Dado fornecido pela Entidade.

7. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2013 e em 31/12/2014 está composto conforme segue:

ATESTADO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL EM	31/12/2013	31/12/2014	VARIAÇÃO EM %
PATRIMÔNIO SOCIAL	45.846.798,18	45.487.595,93	-0,78%
Patrimônio De Cobertura Do Plano	41.965.417,78	41.394.127,64	-1,36%
Provisões Matemáticas	44.670.325,06	46.413.753,43	3,90%
Benefícios Concedidos	43.371.588,04	44.832.452,11	3,37%
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	43.371.588,04	44.832.452,11	3,37%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	28.317.475,89	28.960.501,62	2,27%
Aposentadoria	28.317.475,89	28.960.501,62	2,27%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	15.054.112,15	15.871.950,49	5,43%
Aposentadoria por Invalidez	5.661.989,07	5.891.727,39	4,06%
Pensão por Morte	9.392.123,08	9.980.223,10	6,26%
Benefícios a Conceder	1.298.737,02	1.581.301,32	21,76%
Benefício Definido estruturado em regime de Capitalização Programado	1.298.737,02	1.581.301,32	21,76%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.298.737,02	1.581.301,32	21,76%
(-)Valor Atual das Contribuições Futuras	-	-	-
Equilíbrio Técnico	(2.704.907,28)	(5.019.625,79)	85,57%
Reserva de Contingência	-	-	-
(-) Déficit Técnico	(2.704.907,28)	(5.019.625,79)	85,57%
Fundos	3.881.380,40	4.093.468,29	5,46%
Fundos Previdenciais	3.803.990,38	4.013.132,09	5,50%
Previsto em NTA – Cobertura de Oscilação de Riscos	3.803.990,38	4.013.132,09	5,50%
Fundos Administrativos	67.298,30	80.300,20	19,32%
Fundos dos Investimentos	10.091,72	36,00	-99,64%
Fundos Administrativos	491.423,17	622.264,46	26,62%
Fundos dos Investimentos	127.254,92	146.286,78	14,96%

8. DA FONTE DOS RECURSOS – PREVISTA

Fonte de Recursos prevista	Participantes		Assistidos		Patrocinador		TOTAL
	Valor (R\$)	Valor (%)	Valor (R\$)	Valor (%)	Valor (R\$)	Valor (%)	
Contribuições previdenciárias - normais	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
TOTAL	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-

9. DO CUSTEIO PARA O PERÍODO DE 01/04/2015 A 31/03/2016

9.1. Para o custeio dos benefícios:

9.1.1. Participantes

Nada contribuem.

9.1.2. Participantes Autopatrocinados

Nada contribuem.

9.1.3. Participantes Não Contribuintes (BPD)

Nada contribuem.

9.1.4. Assistidos

Nada contribuem.

9.1.5. Pensionistas e Dependentes

Nada contribuem.

9.1.6. Patrocinadora

Nada contribui.

9.2. PARA O CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

9.2.1. Participantes

Contribuição mensal equivalente a 1,73% sobre o Salário Real de Contribuição.

9.2.2. Participantes Autopatrocinados

Contribuição mensal equivalente a 1,73% sobre o Salário Real de Contribuição.

9.2.3. Participantes Não Contribuintes (BPD)

Contribuição mensal de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais).

9.2.4. Assistidos

Contribuição mensal equivalente a 1,73% sobre a Complementação mensal.

9.2.5. Pensionistas e Dependentes

Nada contribuem.

9.2.6. Patrocinadora

Contribuição mensal equivalente a 1,73% sobre o total da Folha de Salários.

9.3. UTILIZAÇÃO DO FUNDO DE REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR:

O plano não possui este fundo.

9.4. UTILIZAÇÃO DE DESTINAÇÃO DE RESERVA ESPECIAL – PATROCINADORA, PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

O plano não possui Reserva Especial.

10. DO PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

10.1. Evolução dos Custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior

O custo se manteve estável.

10.2. Variação das Provisões Matemáticas

10.2.1. A variação da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos ocorreu dentro do esperado, apresentando pequena variação decorrente do reajuste dos benefícios e do envelhecimento da massa.

10.2.2. Quanto à Provisão Matemática de Benefícios a Conceder a variação deve-se ao aumento do Salário Real de Benefício de um participante dentro do universo de 3 (três).

10.3. Principais Riscos Atuariais

Risco de maior sobrevida em relação à estatística da Tábua de Mortalidade utilizada e ainda, da Taxa Real Anual de Juros.

Para mitigar os riscos, em relação à Tábua de Mortalidade Geral, utilizamos a Tábua Completa de Mortalidade Brasil, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pressupondo que a expectativa de vida do contingente exposto dar-se-á conforme a tábua utilizada, e quanto a Taxa Real Anual de Juros, adotamos uma taxa inferior à resultante do estudo de aderência.

10.4. Soluções para restabelecer a insuficiência

Não serão efetuadas Contribuições Extraordinárias no exercício de 2015, em razão do Déficit Técnico apresentado nos exercícios 2013 e 2014, representar 6,06% e 10,81%, respectivamente, das Provisões Matemáticas.

A Entidade no exercício de 2015 deverá estar monitorando o valor do Déficit Técnico e tomando ações, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio do plano de benefícios.

11. DO PARECER ATUARIAL DO PLANO

11.1. Qualidade da base cadastral

Os cadastros fornecidos pela Entidade foram submetidos a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e de valores, apresentando-se consistentes em relação ao cadastro do exercício anterior.

11.2. Constituição dos Fundos Previdenciais

Sob a rubrica Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial está constituído o Fundo Previdencial de Cobertura de Oscilação de Riscos, no valor de R\$ 4.013.132,09.

O saldo tem por finalidade específica dar cobertura a desvios probabilísticos na ocorrência dos eventos, invalidez, morte e doença, em relação ao estimado na avaliação atuarial, bem como para eventual rendimento inferior ao exigido no reajustamento monetário dos benefícios concedidos e para possíveis aumentos na sobrevida dos Assistidos e dos Pensionistas.

11.3. Variação do Resultado Superavitário ou Deficitário

O resultado deficitário surgido no exercício de 2013 aumentou em 2014, em decorrência da rentabilidade das aplicações não ter superado a meta atuarial (INPC + 5,5%).

11.4. Natureza do resultado Conjuntural ou Estrutural

Conjuntural.

11.5. Soluções para o equacionamento de Déficit Técnico

A Entidade deverá estar monitorando o valor do Déficit Técnico e tomando ações necessárias, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio do plano de benefícios.

11.6. Adequação dos métodos de financiamento

Os métodos de financiamento estão adequados.

11.7. Outros Fatos Relevantes

11.7.1. Estudo de Aderência das Hipóteses

A Entidade promoveu estudo técnico sobre a aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras que comprova a adequação e aderência. O estudo em atendimento à Instrução 7, de 12/12/2013, está disponível para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

11.7.2. Resoluções CNPC N^os 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014.

A Entidade não adotou as Resoluções CNPC N^os 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014, para o exercício de 2014, porém, se compararmos a "duration" do passivo, com a Taxa de Juros Parâmetro e seus limites, dispostas na Portaria nº 615, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre os critérios para definição da Taxa de Juros Parâmetro, para o exercício de 2014, verificamos que a taxa real anual de juros utilizada de 5,5% nesta avaliação atuarial, está entre as taxas máxima e mínima permitidas, conforme abaixo, e provavelmente, não impactará na situação econômica e financeira do plano de benefícios.

<i>Duration</i>	11,46 anos	
Taxa de Juros Parâmetro	Limite Inferior	Limite Superior
5,12% a.a.	3,59% a.a.	5,52% a.a.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.

Silvana Egea Paulim

Atuário MIBA 1016
Magda Tsuê Massimoto Ardisson

Atuário MIBA 462
ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S.S. LTDA.

25. PARECER ATUARIAL DO PLANO CEMAT OP

PARECER ATUARIAL EXERCÍCIO 2014

Entidade: **REDEPREV – Fundação Rede de Previdência**

Plano de Benefícios:
PLANO DE BENEFÍCIOS CEMAT-OP - CNPB Nº: 1998.0067-19

Patrocinadoras:

- **CEMAT – Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.**
- **REDEPREV - Fundação Rede de Previdência**

Data-Base do Cadastro: **30/09/2014**

1. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2014 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento do benefício estabelecido pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2014 e na Demonstração Atuarial (DA 2014).

2. DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O Plano de Benefícios CEMAT-OP foi instituído em 01/01/1999. A última alteração do Regulamento, que facultava a conversão da Renda Mensal Vitalícia em Renda Mensal Financeira aos Assistidos que entraram em gozo de benefício até 26/11/2009, ocasião em que a modalidade de renda financeira foi incluída no Plano de Benefícios, foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, através da Portaria 379, de 23/07/2014, publicada no DOU nº 140, de 24/07/2014. Encontra-se em análise na Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, processo de transferência dos participantes da Patrocinadora REDEPREV do Plano CELPA-OP para o Plano CEMAT-OP, em razão do Processo de Cisão e Transferência do Plano CELPA-OP para a FASCEMAR.

3. DA BASE CADASTRAL

A avaliação foi efetuada sobre o cadastro de Participantes posicionado em 30/09/2014 e sobre o cadastro de Assistidos e Pensionistas posicionado em 31/12/2014.

A síntese dos cadastros na data-base de 31/12/2013 e 31/12/2014 está conforme segue:

	31/12/2013	30/09/2014
Quantidade de Participantes Ativos	1.925	1.835
Mulheres	468	430
Homens	1.457	1.405
Idade média dos Participantes	34,67 anos	34,80 anos
Tempo médio de filiação ao plano	7,26 anos	7,04 anos
Tempo médio de contribuição ao plano	7,26 anos	7,04 anos
Salário de Participação médio	R\$ 2.414,34	R\$ 2.445,03
Folha de Salário de Participação	R\$ 4.647.597,52	R\$ 4.486.631,02
Tempo médio para aposentadoria	24,60 anos	25,44 anos
Quantidade de Participantes Ativos	1.911	1.824
Idade média	34,11 anos	34,25 anos
Total do Saldo dos Fundos	R\$ 48.209.155,87	R\$ 39.559.985,85
Quantidade de Participantes Autopatrocinados	9	11
Idade média dos Participantes Autopatrocinados	51,78 anos	51,09 anos
Total do Saldo dos Fundos	R\$ 4.842.574,82	R\$ 5.572.171,96
Quantidade de Participantes em BPD	5	6
Total do Saldo dos Fundos	R\$ 998.096,67	R\$ 1.101.421,60
Quantidade de Assistidos	329	346(*)
Nº de Aposentadorias - Renda Mensal Vitalícia	315	207(*)
Renda média	R\$ 2.206,17	R\$ 2.376,66
Idade média	65,73 anos	66,28 anos
Nº de Aposentadorias - Renda Mensal Financeira	14	140(*)
Renda média	R\$ 4.213,39	R\$ 3.378,44
Idade média	56,79 anos	64,51 anos

Existe ainda o contingente de 138 (cento e trinta e oito) pessoas que rescindiu o vínculo de emprego com a Patrocinadora e ainda não efetuou o Resgate, cujo Saldo de Fundos monta em R\$ 4.176.485,00. Tal valor está sendo considerado somente na composição do Saldo dos Fundos para efeitos da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder em 30/09/2014, conforme segue:

CATEGORIA	SALDO DOS FUNDOS EM 30/09/2014
Ativos e Autopatrocinados	45.132.157,81
BPD	1.101.421,60
Desligados sem resgate	4.176.485,00
TOTAL BENEFÍCIOS A CONCEDER	50.410.064,41

4. DOS BENEFÍCIOS, MODALIDADE E REGIME FINANCEIRO

O plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, assegurando o benefício de Renda Mensal. O regime financeiro utilizado é de Capitalização, pelo método de Capitalização Financeira Individual, sendo operacionalizado em quotas patrimoniais na fase de acumulação de recursos.

O benefício de renda mensal pode ser concedido entre as seguintes alternativas:

- Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de Benefício Definido, determinada pelo produto entre o fator atuarial constante do Regulamento sobre o Saldo em nome do Participante nos FUNDOS A1, A2, B1, B2, C, D e E, existente no momento da concessão do benefício; ou
- Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de Contribuição Definida, determinada a cada mês pela aplicação de percentual livremente escolhido pelo Participante entre 0,5% e 1% incidente sobre o Saldo existente em seu nome nos FUNDOS A1, A2, B1, B2, C, D e E, apurado de acordo com o valor da quota patrimonial do mês anterior.

Neste caso, o Saldo dos Fundos continua a ser operacionalizado em quotas patrimoniais, na modalidade Contribuição Definida.

5. DA “DURATION” DO PASSIVO

A “Duration” do passivo corresponde a 121 (cento e vinte e um) meses e representa o prazo médio dos pagamentos dos benefícios estruturados na modalidade de benefício definido ponderado pela importância de cada fluxo anual, considerando as variações de valor do dinheiro ao longo do tempo.

6. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

6.1. A Avaliação Atuarial do plano na fase de acumulação de recursos e quando do recebimento pelo Assistido na forma de Renda Mensal Financeira Permanente, onde o valor é determinado pela aplicação do percentual escolhido entre 0,5% e 1% sobre o Saldo dos Fundos, não utiliza nenhuma premissa ou hipótese atuarial, dada a estrutura de Contribuição Definida, no regime de Capitalização Financeira Individual e operacionalizado em cotas patrimoniais.

Neste caso, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos em 31/12/2014, corresponde ao Saldo dos Fundos A1, A2, B1, B2, C, D e E, constituídos em nome dos Participantes e dos Assistidos, respectivamente e existentes em 31/12/2014.

6.2. As premissas e hipóteses atuariais são utilizadas somente no cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos dos Assistidos que optaram pelo recebimento do benefício na forma de Renda Mensal Vitalícia.

Em relação ao exercício de 2013 não houve alteração de premissas ou hipóteses atuariais.

6.3. Premissas e hipóteses utilizadas nesta Avaliação Atuarial:

6.3.1. Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios):

- Valor: **INPC (IBGE).**
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **5,83**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **6,22**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **6,40**
- Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura Econômica.
- Justificativa: Conjuntura Econômica.

6.3.2. Taxa Real Anual de Juros

- Valor: **5,5% (cinco e meio por cento).**
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **5,50%**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **2,93%**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **5,50%.**
- Divergência entre esperado e ocorrido: A rentabilidade da carteira foi de 9,34% no exercício encerrado, em razão da conjuntura econômica.
- Justificativa: Conjuntura econômica.

6.3.3. Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios

- Valor: **Fator 0,98.**
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **0,98**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **0,98**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **0,98**
- Divergência entre esperado e ocorrido: Não houve.

- Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial de 2% (dois por cento) ao ano, em um cenário em longo prazo, de inflação de 4% (quatro por cento) ao ano.

6.1.4. Tábua de Mortalidade Geral

- Valor: **Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos, suavizada em 25%.**
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **5,06**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **4,00**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **3,61**
- Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.
- Justificativa:
 - a) A projeção de longevidade dos Assistidos e Pensionistas está adequada à respectiva massa, cujas expectativas de vida completa são superiores às resultantes da aplicação da tábua AT-83, atendendo ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.
 - b) Tábua aprovada pelo Decreto N°266, de 29/11/1999.
 - c) Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.
 - d) Tábua representativa da população brasileira.
 - e) Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de lucros operacionais.
 - f) Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.
 - g) A margem de segurança de 25% foi estabelecida em razão da pressuposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à população geral brasileira.

6.4. Premissas e hipóteses não utilizadas na Avaliação Atuarial:

6.2.1. Projeção de Crescimento real de salários

6.2.2. Projeção de Crescimento real do maior salário de benefício do INSS

6.2.3. Projeção de Crescimento real dos benefícios do plano

6.2.4. Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários

6.2.5. Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios do INSS

6.2.6. Hipótese de Geração futura de novos entrados

6.2.7. Hipótese de Entrada em aposentadoria

6.2.8. Hipótese sobre Rotatividade

6.2.9. Hipótese sobre Composição de família de pensionistas

6.2.10. Tábua de Mortalidade de Inválidos

6.2.11. Tábua de entrada em invalidez

6.2.12. Tábua de Morbidez

Observação:

- Composição de Família de Pensionistas

- Dado fornecido pela Entidade

7. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2013 e em 31/12/2014 está composto conforme segue:

ATESTADO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL EM	31/12/2013	31/12/2014	VARIAÇÃO EM %
Patrimônio Social	176.273.435,70	179.161.300,87	1,64%
Patrimônio de Cobertura do Plano	165.483.861,15	166.593.099,40	0,67%
Provisões Matemáticas	169.951.645,85	173.641.387,91	2,17%
Benefícios Concedidos	114.640.608,02	126.086.258,22	9,98%
Contribuição Definida	7.919.147,92	53.066.657,87	570,11%
Saldo de Contas dos Assistidos	7.919.147,92	53.066.657,87	570,11%
Benefício Definido	106.721.460,10	73.019.600,35	-31,58%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	106.721.460,10	73.019.600,35	-31,58%
Benefícios a Conceder	55.311.037,83	47.555.129,69	-14,02%
Contribuição Definida	55.311.037,83	47.555.129,69	-14,02%
Saldo de Contas – Parcela Patrocinadoras	3.157.266,01	3.022.989,44	-4,25%
Saldo de Contas – Parcela Participantes	52.153.771,82	44.532.140,25	-14,61%
Equilíbrio Técnico	(4.467.784,70)	(7.048.288,51)	57,76%
Reserva de Contingência	-	-	-
(-) Déficit Técnico	(4.467.784,70)	(7.048.288,51)	57,76%
Fundos	10.789.574,55	12.568.201,47	16,48%
Fundos Previdenciais	10.198.023,84	11.786.674,11	15,58%
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	4.627.060,59	5.862.854,80	26,71%
Previsto em NTA – Cobertura de Oscilação de Risco	5.570.963,25	5.923.819,31	6,33%
Fundos Administrativos	542.235,31	709.015,28	30,76%
Fundos dos Investimentos	49.315,40	72.512,08	47,04%

8. DA FONTE DOS RECURSOS – PREVISTA

Fonte de Recursos prevista	Participantes		Assistidos		Patrocinador		TOTAL
	Valor (R\$)	Valor (%)	Valor (R\$)	Valor (%)	Valor (R\$)	Valor (%)	
Contribuições previdenciárias – normais	2.358.390,36	4,38%	-	0,00%	235.839,04	0,44%	2.594.229,40
TOTAL	2.358.390,36	4,38%	-	0,00%	235.839,04	0,44%	2.594.229,40

9. DO CUSTEIO DO PLANO

9.1. Participantes

9.1.1. Contribuição mensal determinada pelo percentual sobre o Salário, livremente escolhido pelo Participante, entre o mínimo de 2% e o máximo de 20%, a ser creditada no Fundo A1.

9.1.2. Contribuição Adicional, de valor e periodicidade, livremente escolhidos pelo Participante, a ser creditada no Fundo A2.

9.2. Participantes Autopatrocinados

9.2.1. Contribuição mensal determinada pelo percentual sobre o Salário, livremente escolhido pelo Participante, entre o mínimo de 2% e o máximo de 20%, a ser creditada no Fundo A1.

9.2.2. Contribuição Adicional, de valor e periodicidade, livremente escolhidos pelo Participante, a ser creditada no Fundo A2.

9.2.3. Contribuição mensal de um percentual igual àquele estabelecido pelo Conselho Deliberativo, conforme o subitem 9.6.1. O percentual incidirá sobre o valor da contribuição mensal efetuada conforme subitem 9.2.1., a ser creditada no Fundo A1.

9.2.4. Contribuição mensal para o custeio das despesas administrativas de valor correspondente a 1,73% sobre o Salário.

9.3. Participantes Não Contribuintes

Os Participantes que fizeram a opção pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido ou aqueles que tenham optado pela suspensão de suas contribuições, nos termos do inciso I do Artigo 71 do Regulamento, não efetuam contribuições para o Programa Previdencial. Todavia para o custeio das despesas administrativas, deverão efetuar uma contribuição mensal, de valor igual a R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), que serão descontados da respectiva reserva.

9.4. Assistidos

Nada contribuem.

9.5. Dependentes

Nada contribuem.

9.6. Patrocinadoras

9.6.1. **Contribuição mensal** de valor correspondente a um percentual a ser determinado, a cada ano, pelo Conselho Deliberativo, não podendo ser inferior a 10% sobre o valor da Contribuição mensal do Participante com vínculo de emprego com a Patrocinadora, efetuada conforme o subitem 9.1.1, a ser creditada no Fundo

9.6.2. **Contribuição Adicional**, de valor e periodicidade, livremente determinados pelas Patrocinadoras, e creditada no Fundo B2 de cada Participante com vínculo de emprego com a Patrocinadora, por critério equânime e não discriminatório.

9.6.3. Para o custeio das Despesas Administrativas

Contribuição mensal de valor igual a 1,73% sobre o total da Folha de Salários.

9.7. Utilização do Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar:

A sua constituição e utilização está prevista no Artigo 73 do Regulamento.

9.8. Utilização de destinação de Reserva Especial – Patrocinadora, Participantes e Assistidos.

O plano não possui Reserva Especial.

10. DO PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

10.1. Evolução dos Custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior

O custo se manteve estável.

10.2. Variação das Provisões Matemáticas

10.2.1. Em relação à variação da PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS, modalidade CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA, a mesma deve-se a migração dos 111 (cento e onze) Assistidos que fizeram a opção pela conversão da Renda Mensal Vitalícia para a Renda Mensal Financeira, e a inclusão do Saldo de Contas dos Assistidos que tiveram a concessão do benefício no exercício de 2014, acrescida da rentabilidade.

10.2.2. A variação da PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS, na modalidade BENEFÍCIO DEFINIDO sofreu um decréscimo em razão da migração dos Assistidos que alteraram a forma de recebimento, conforme item 10.2.1 acima, e também apresentou variação decorrente do reajuste dos benefícios e do envelhecimento da massa.

10.2.3. A variação da PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER, modalidade CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA, deve-se às contribuições efetuadas no exercício de 2014, pelas Patrocinadoras e pelos Participantes, acrescida da rentabilidade, bem como pela saída de recursos referente ao Saldo de Contas dos Assistidos que tiveram a concessão do benefício no exercício de 2014.

10.3. Principais Riscos Atuariais

Risco de maior sobrevida em relação à estatística da Tábua de Mortalidade utilizada e ainda, da Taxa Real Anual de Juros.

Para mitigar os riscos, em relação à Tábua de Mortalidade Geral, utilizamos a Tábua Completa de Mortalidade Brasil, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no sentido de que a expectativa de vida acompanhe anualmente, a realidade do contingente exposto, e quanto a Taxa Real Anual de Juros foi adotada uma taxa inferior à resultante do estudo de aderência.

10.4. Soluções para restabelecer a insuficiência

Não serão efetuadas Contribuições Extraordinárias em razão do Déficit Técnico apresentado nos exercícios 2013 e 2014, representar 4,19% e 9,65%, respectivamente, das Provisões Matemáticas na modalidade Benefício Definido.

A entidade no decurso de 2015 deverá estar monitorando o valor do Déficit Técnico e tomando ações, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio do plano de benefícios.

Uma das formas para o equacionamento da insuficiência patrimonial seria o Conselho Deliberativo utilizar a faculdade prevista no Regulamento, utilizando o valor consignado no Fundo Previdencial – REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR.

11. DO PARECER ATUARIAL DO PLANO

11.1. Qualidade da base cadastral

Os cadastros fornecidos pela Entidade foram submetidos a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e de valores, apresentando-se consistentes em relação ao cadastro do exercício anterior.

11.2. Constituição dos Fundos Previdenciais

11.2.1. O Fundo Previdencial de REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR, no valor de R\$ 5.862.854,80, decorre das contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras e não resgatadas ou portadas pelo Participante, quando do cancelamento da inscrição.

Conforme previsto no Artigo 73 do Regulamento a sua destinação cabe ao Conselho Deliberativo da Entidade.

11.2.2. Sob a rubrica Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial está constituído Fundo Previdencial de Cobertura de Oscilação de Riscos.

O saldo tem por finalidade específica dar cobertura a eventual rendimento inferior ao exigido no reajuste monetário dos benefícios concedidos e para possíveis aumentos na sobrevida dos Assistidos e dos Pensionistas.

11.3. Variação do Resultado Superavitário ou Deficitário

O resultado deficitário surgido no exercício de 2013 sofreu um acréscimo no exercício de 2014, em decorrência da rentabilidade das aplicações não ter superado a meta atuarial (INPC + 5,5%) exigida para a cobertura da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, constituída para os benefícios estruturados na modalidade BENEFÍCIO DEFINIDO.

11.4. Natureza do resultado Conjuntural ou Estrutural

Conjuntural.

11.5. Soluções para o equacionamento de Déficit Técnico

A entidade deverá estar monitorando o valor do Déficit Técnico e tomando ações necessárias, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio do plano de benefícios.

11.6. Adequação dos métodos de financiamento

Os métodos de financiamento estão adequados.

11.7. Outros Fatos Relevantes

11.7.1. Alteração do Regulamento do Plano

A última alteração do Regulamento facultou a conversão da Renda Mensal Vitalícia em Renda Mensal Financeira aos Assistidos que entraram em gozo de benefício até 26/11/2009, ocasião em que a modalidade de renda financeira foi incluída no Plano de Benefícios, foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, através da Portaria 379, de 23/07/2014, publicada no DOU nº 140, de 24/07/2014.

Após campanha de migração, 111 (cento e onze) Assistidos que recebiam o benefício sob a forma de Renda Mensal Vitalícia, passaram a receber sob a forma de Renda Mensal Financeira.

11.7.2. Estudo de Aderência das Hipóteses

A Entidade promoveu estudo técnico sobre a aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras que comprova a adequação e aderência. O estudo em atendimento à Instrução 7, de 12/12/2013, está disponível para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

11.7.3. Resoluções CNPC Nos 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014

A Entidade não adotou as Resoluções CNPC Nos 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014, para o exercício de 2014, porém, se compararmos a “duration” do passivo, com a Taxa de Juros Parâmetro e seus limites, dispostas na Portaria nº 615, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre os critérios para definição da Taxa de Juros Parâmetro, para o exercício de 2014, verificamos que a taxa real anual de juros utilizada de 5,5% nesta avaliação atuarial, está entre as taxas máxima e mínima permitidas, conforme abaixo, e provavelmente, não impactará na situação econômica e financeira do plano de benefícios.

<i>Duration</i>	<i>10,05 anos (considerando somente assistidos RMV)</i>	
Taxa de Juros Parâmetro	Limite Inferior	Limite Superior
5,16% a.a.	3,61% a.a.	5,56% a.a.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.

Silvana Egea Paulim

Atuário MIBA 1016

Magda Tsuê Massimoto Ardisson

Atuário MIBA 462

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S.S. LTDA.

26. PARECER ATUARIAL DO PLANO PLANO R

PARECER ATUARIAL EXERCÍCIO 2014

Entidade: **REDEPREV – Fundação Rede de Previdência**

Plano de Benefícios:

PLANO DE BENEFÍCIOS R - CNPB Nº: 2006.0066-65

Patrocinadoras:

- **BBPM – Participações S.A.**
- **CAIUÁ – Distribuição de Energia S.A.**
- **CELPA – Centrais Elétricas do Pará S.A.**
- **CEMAT – Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.**
- **Companhia de Energia Elétrica do Estado de Tocantins - CELTINS**
- **Companhia Força e Luz do Oeste.**
- **Companhia Nacional de Energia Elétrica.**
- **DENERGE – Desenvolvimento Energético S.A.**
- **Empresa de Distribuição de Energia V. Paranapanema S.A.**
- **Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema S.A.**
- **Empresa Elétrica Bragantina**
- **ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.**
- **Companhia Técnica de Comercialização de Energia**
- **Rede Empresa de Energia Elétrica S.A.**
- **Rede Power do Brasil S.A.**
- **REDEPREV - Fundação Rede de Previdência**
- **Tocantins Energética S.A.**

Data-Base do Cadastro: **30/09/2014**

1. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2014 e na Demonstração Atuarial (DA 2014).

2. DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O Plano de Benefícios R obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento através da Portaria Nº 880, de 12/01/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS.

O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R (instituído em 01/04/2000), CEMAT-R (instituído em 01/01/1999) e ELÉTRICAS-R (instituído em 01/01/1999), cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade.

Assegura os seguintes benefícios de risco:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação do auxílio-doença;
- Suplementação da pensão por morte;
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado exclusivamente e de forma solidária pelas Patrocinadoras e pelos Participantes Autopatrocínados.

Anteriormente a fusão dos planos os mesmos eram contabilizados em separado, e a partir da fusão as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete.

A última alteração do Regulamento foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, através do Ofício nº 2.031/SPC/DETEC/CGAT, de 10/08/2009 e da Portaria MPS/SPC/DETEC nº 2.998, de 10/08/2009. Em razão da EQUATORIAL ENERGIA S.A., ter assumido o controle acionário da patrocinadora CELPA cujo acionista era a QMRA Participações, e tendo efetuado uma reestruturação de sua política de recursos humanos com o objetivo de centralizar o gerenciamento dos benefícios e gerar ganhos com economias de escala, a mesma formalizou junto a REDEPREV, sua decisão de resolver o Convênio de Adesão firmado com a Entidade, bem como solicitou a transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios CELPA-OP para a FASCEMAR.

O processo de Rescisão do Convênio de Adesão e o de Cisão e Transferência de Gerenciamento do Plano encontra-se em análise na Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, desde 02/09/2014.

3. DA BASE CADASTRAL

A avaliação foi efetuada sobre o cadastro de Participantes Ativos, Assistidos e Pensionistas posicionado em 30/09/2014.

A síntese dos cadastros está conforme segue:

	31/12/2013	30/09/2014
Quantidade de Participantes Ativos	6.284	5.960
Mulheres	1.523	1.405
Homens	4.761	4.555
Idade média dos Participantes	36,42 anos	36,66 anos
Tempo médio de filiação ao plano	8,04 anos	7,36 anos
Tempo médio de contribuição ao plano	8,04 anos	8,04 anos
Salário de Participação médio	R\$ 2.491,46	R\$ 2.558,21
Folha de Salário de Participação	R\$ 15.656.364,11	R\$ 15.246.959,07
Tempo médio para aposentadoria (cobertura de risco)	-	-
Quantidade de Participantes Autopatrocínados	23	19
Idade média dos Participantes Autopatrocínados	51,09 anos	52,26 anos
Total dos Salários Autopatrocínados	R\$ 248.794,59	R\$ 219.406,23
Quantidade de Assistidos	117	126(*)
Nº de Aposentadorias por Invalidez	69	73(*)
Benefício médio	R\$ 2.033,74	R\$ 2.270,39
Idade média	55,52 anos	56,49 anos
Nº de pensões	48	53(*)
Benefício médio	R\$ 2.233,36	R\$ 2.362,18
Idade média	48,17 anos	49,42 anos

4. DOS BENEFÍCIOS, MODALIDADE E REGIMES FINANCEIROS

O plano assegura somente Benefícios de Risco, conforme segue:

Benefícios	Modalidade	Regime Financeiro	Método
Aposentadoria por Invalidez	Benefício Definido	Repartição de Capital de Cobertura	Capitalização Integral
Pensão por Morte	Benefício Definido	Repartição de Capital de Cobertura	Capitalização Integral
Auxílio-Doença	Benefício Definido	Repartição Simples	Capitalização Integral
Abono Anual	Benefício Definido	RCC e RS	Capitalização Integral
Pecúlio por Morte	Benefício Definido	Repartição Simples	Capitalização Integral

Dada a utilização do regime financeiro de Repartição não há constituição da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.

O custo dos benefícios foi determinado pela Teoria Coletiva do Risco, elaborada a partir da observação estatística dos eventos ocorridos nos últimos 36 meses, com uma margem de confiança estatística fixada em 80%. Portanto, não é utilizada nenhuma premissa ou hipótese atuarial.

A utilização desta técnica leva a custos estáveis desde que não haja grandes alterações na pirâmide etária dos Participantes e na relação numérica entre Ativos e Assistidos.

5. DA “DURATION” DO PASSIVO

A “Duration” do Passivo corresponde a 137 (cento e trinta e sete) meses e representa o prazo médio dos pagamentos dos benefícios estruturados na modalidade de benefício definido ponderado pela importância de cada fluxo anual, considerando as variações de valor do dinheiro ao longo do tempo.

6. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

Em relação ao exercício de 2013 não houve alteração de qualquer premissa.

As premissas e hipóteses atuariais são utilizadas somente no cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

6.1. Premissas e hipóteses utilizadas nesta Avaliação Atuarial:

6.1.1. Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios):

- Valor: **INPC (IBGE)**.
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **5,83**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **6,22**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **6,40**
- Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura Econômica.
- Justificativa: Conjuntura Econômica.

6.1.2. Taxa Real Anual de Juros

- Valor: **5,5% (cinco e meio por cento)**.
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **5,50%**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **1,36%**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **5,50%**.
- Divergência entre esperado e ocorrido: Em razão da conjuntura econômica, no exercício de 2014, a rentabilidade da carteira foi de 7,67%.
- Justificativa: Conjuntura econômica.

6.1.3. Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios

- Valor: **Fator 0,98**.
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **0,98**

- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **0,98**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **0,98**
- Divergência entre esperado e ocorrido: Não houve.
- Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial de 2% ao ano, em um cenário em longo prazo, de inflação de 4% ao ano.

6.1.4. Tábua de Mortalidade Geral

- Valor: **Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos, suavizada em 25%**.
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **0,24**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **1,00**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **0,31**
- Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.
- Justificativa:
 - a) A projeção de longevidade dos Assistidos e Pensionistas está adequada à respectiva massa, cujas expectativas de vida completa são superiores as resultantes da aplicação da tábua AT-83, atendendo ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.
 - b) Tábua aprovada pelo Decreto N°266, de 29/11/1999.
 - c) Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.
 - d) Tábua representativa da população brasileira.
 - e) Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de lucros operacionais.
 - f) Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.
 - g) A margem de segurança de 25% foi estabelecida em razão da pressuposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à população geral brasileira.

6.1.5. Tábua de Mortalidade de Inválidos

- Hipótese: **Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos.**
- Quantidade esperada no exercício encerrado: **0,09**
- Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **0,00**
- Quantidade esperada no exercício seguinte: **0,78**
- Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.
- Justificativa: As mesmas especificadas em 6.1.4 com exceção da margem de 25%, uma vez que é sabido que a sobrevivência dos Inválidos é menor que a dos demais Assistidos.

6.2. Premissas e hipóteses não utilizadas na Avaliação Atuarial:

6.2.1. Projeção de Crescimento real de salários

6.2.2. Projeção de Crescimento real do maior salário de benefício do INSS

6.2.3. Projeção de Crescimento real dos benefícios do plano

6.2.4. Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários

6.2.5. Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios do INSS

6.2.6. Hipótese de Geração futura de novos entrados

6.2.7. Hipótese de Entrada em aposentadoria

6.2.8. Hipótese sobre Rotatividade

6.2.9. Hipótese sobre Composição de família de pensionistas

6.2.10. Tábua de entrada em invalidez

6.2.11. Tábua de Morbidez

Observação:

- Composição de Família de Pensionistas
- Dado fornecido pela Entidade

7. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2013 e em 31/12/2014 está composto conforme segue:

ATESTADO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL EM	31/12/2013	31/12/2014	VARIAÇÃO EM %
Patrimônio Social	42.547.183,32	43.876.230,30	7,82%
Patrimônio De Cobertura Do Plano	35.844.931,86	38.822.001,51	8,31%
Provisões Matemáticas	40.722.407,72	47.189.561,82	15,88%
Benefícios Concedidos	40.722.407,72	47.189.561,82	15,88%
Benefício Definido estruturado em regime de Capitalização	40.722.407,72	47.189.561,82	15,88%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	40.722.407,72	47.189.561,82	15,88%
Aposentadoria por Invalidez	21.908.261,73	25.429.371,52	16,07%
Pensão por Morte	18.814.145,99	21.760.190,30	15,66%
Benefícios a Conceder	-	-	-
Equilíbrio Técnico	(4.877.475,86)	(8.367.560,31)	71,56%
Reserva de Contingência	-	-	-
(-) Déficit Técnico	(4.877.475,86)	(8.367.560,31)	71,56%
Fundos	6.702.251,46	7.054.228,79	5,25%
Fundos Previdenciários	5.244.761,56	5.117.749,17	-2,42%
Previsto em NTA – Cobertura de Oscilação de Risco	5.244.761,56	5.117.749,17	-2,42%
Fundos Administrativos	1.452.665,94	1.929.804,40	32,85%
Fundos dos Investimentos	4.823,96	6.675,22	38,38%

8. DA FONTE DOS RECURSOS – PREVISTA

Fonte de Recursos prevista	Participantes		Assistidos		Patrocinador		TOTAL
	Valor (R\$)	Valor (%)	Valor (R\$)	Valor (%)	Valor (R\$)	Valor (%)	
Contribuições previdenciárias – normais	62.436,15	0,02%	-	0,00%	5.101.989,26	1,85%	5.164.425,41
TOTAL	62.436,15	0,02%	-	0,00%	5.101.989,26	1,85%	5.164.425,41

9. DO PLANO DE CUSTEIO PARA O PERÍODO DE 01/04/2014 A 31/03/2015

9.1. Participantes

Nada contribuem.

9.2. Participantes Autopatrocinados

9.2.1. Para os Autopatrocinados cuja inscrição é oriunda do Plano de Benefícios CELPA BD-I, CELPA BD-II, CEMAT BD-I ou ELÉTRICAS BD-I:

a) Contribuição mensal, com pagamento em dobro no mês de dezembro, correspondente a 1,85% sobre o Salário de Contribuição;

b) Contribuição mensal correspondente a 1,73% sobre o Salário de Contribuição, para o custeio das despesas administrativas.

9.2.2. Para os Autopatrocinados cuja inscrição se deu a partir de 01/01/1999 nos extintos planos CEMAT-R e ELÉTRICAS-R e a partir de 01/04/2000 no CELPA-R:

a) Contribuição mensal, com pagamento em dobro no mês de dezembro, de acordo com a seguinte tabela:

SALÁRIO REAL DE BENEFÍCIO (EM REAIS)	IDADE (EM ANOS COMPLETOS)					
	ATÉ 30	31 A 40	41 A 50	51 A 55	56 A 60	+ DE 60
Até 1.600,00	1,06%	1,17%	1,46%	1,75%	2,33%	3,27%
De 1.600,01 a 2.000,00	1,09%	1,21%	1,50%	1,80%	2,40%	3,36%
De 2.000,01 a 2.400,00	1,11%	1,23%	1,53%	1,83%	2,45%	3,42%
De 2.400,01 a 2.800,00	1,12%	1,24%	1,55%	1,86%	2,48%	3,47%
De 2.800,01 a 3.400,00	3,70%	4,10%	5,10%	6,12%	8,16%	11,42%
De 3.400,01 a 4.000,00	6,05%	6,70%	8,33%	10,00%	13,34%	18,67%
De 4.000,01 a 5.000,00	7,93%	8,79%	10,93%	13,12%	17,50%	24,49%
De 5.000,01 a 6.000,00	9,55%	10,59%	13,16%	15,80%	21,08%	29,50%
De 6.000,01 a 7.000,00	10,61%	11,76%	14,61%	17,54%	23,40%	32,75%
De 7.000,01 a 8.000,00	11,35%	12,58%	15,64%	18,78%	25,05%	35,05%
De 8.000,01 a 10.000,00	11,44%	12,68%	15,76%	18,92%	25,24%	35,32%
De 10.000,01 a 12.000,00	12,01%	13,31%	16,55%	19,87%	26,50%	37,09%
Acima de 12.000,00	12,20%	13,52%	16,80%	20,17%	26,91%	37,66%

O enquadramento na tabela acima deverá ser feito pela idade e pelo Salário Real de Benefício do Participante na data da opção como Autopatrocinado e vigorará para o ano em curso. A cada ano, em 31 de dezembro, far-se-á um novo enquadramento pela idade e Salário Real de Benefício para vigorar no exercício seguinte.

b) Contribuição mensal correspondente a 1,73% sobre o Salário de Contribuição, para o custeio das despesas administrativas.

9.3. Assistidos Inválidos

Nada contribuem.

9.4. Pensionistas e Dependentes

Nada contribuem.

9.5. Patrocinadoras

9.5.1. Contribuição mensal de valor correspondente a 1,85% sobre a Folha de Salários das Patrocinadoras, com pagamento em dobro no mês de dezembro.

Observamos que a contribuição das Patrocinadoras, ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. e TOCANTINS Energética S.A., incidirá somente sobre a Folha de Salários dos Participantes inscritos neste plano.

O custo anual esperado está composto conforme segue:

BENEFÍCIO	ESPERADO	% FOLHA
Aposentadoria por Invalidez (*)	1.737.434,18	0,63%
Pensão por Morte (*)	1.847.747,46	0,67%
Auxílio-Doença	1.268.605,74	0,46%
Pecúlio por Morte	248.204,88	0,09%
TOTAL	5.101.989,26	1,85%

(*) Refere-se à constituição da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos para os benefícios que deverão ocorrer no período de vigência deste Plano de Custeio.

Folha de Salários das Patrocinadoras - Setembro/2014 utilizada para determinação do percentual: R\$ 21.214.092,57.

9.5.2. Para o custeio das Despesas Administrativas

Contribuição mensal correspondente a 1,73% sobre o total da Folha de Salários

9.6. Utilização do Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar:

O plano não possui este fundo.

9.7. Utilização de destinação de Reserva Especial – Patrocinadora, Participantes e Assistidos.

O plano não possui Reserva Especial.

10. DO PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

10.1. Evolução dos Custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior

O custo se manteve estável.

10.2. Variação das Provisões Matemáticas

A variação da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos foi decorrente da concessão de novos benefícios.

10.3. Principais Riscos Atuariais

Risco de maior sobrevida em relação à estatística da Tábua de Mortalidade utilizada e ainda, da Taxa Real Anual de Juros.

Para mitigar os riscos, em relação à Tábua de Mortalidade Geral, utilizamos a Tábua Completa de Mortalidade Brasil, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no sentido de que a expectativa de vida acompanhe, anualmente, a realidade do contingente exposto, e quanto a Taxa Real Anual de Juros, foi adotada uma taxa inferior à resultante do estudo de aderência.

10.4. Soluções para restabelecer a insuficiência

Encontra-se na Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC o Processo de “*Cisão parcial do Plano R – CNPB nº 2006.0066-65 e Transferência de Gerenciamento do Plano Cindido, Aprovação do Regulamento do Plano de Benefícios CELPA-R e Aprovação do Convênio de Adesão*”. A Entidade em resposta ao Ofício nº 3232/CGTR/DITEC/PREVIC, de 15/10/2014, Parecer nº 133/2014/CGTR/DITEC/PREVIC, de 26/08/2014, do Processo 44011.000452/2014-11, encaminhou o Estudo Atuarial para Equacionamento do Déficit Técnico e Estudo de Viabilidade Econômico- Financeiro, no qual apresentou o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico.

11. DO PARECER ATUARIAL DO PLANO

11.1. Qualidade da base cadastral

Os cadastros fornecidos pela Entidade foram submetidos a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e de valores, apresentando-se consistentes em relação ao cadastro do exercício anterior.

11.2. Constituição dos Fundos Previdenciais

Sob a rubrica Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial está constituído Fundo Previdencial de Cobertura de Oscilação de Riscos.

O saldo existente em 31/12/2013 foi debitado no mês da ocorrência da invalidez e/ou morte do Participante pelo valor da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, constituído para a garantia do benefício concedido, e debitado ainda pelos pagamentos efetuados a título de Auxílio-Doença e Pecúlio por Morte, apresentando em 31/12/2014 um saldo de R\$ 5.117.749,17.

O saldo tem por finalidade específica dar cobertura a desvios probabilísticos na ocorrência dos eventos, invalidez, morte e doença, em relação ao estimado na avaliação atuarial, bem como para eventual rendimento inferior ao exigido no reajustamento monetário dos benefícios concedidos e para possíveis aumentos na sobrevida dos Assistidos e dos Pensionistas.

11.3. Variação do Resultado Superavitário ou Deficitário

O resultado deficitário surgido em 31/12/2013, em razão da alteração da Taxa Real Anual de Juros de 5,75% para 5,5% sofreu um acréscimo no exercício de 2014, em decorrência da rentabilidade dos ativos não ter superado a meta atuarial (INPC + 5,5%) exigida para a cobertura da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

11.4. Natureza do resultado Conjuntural ou Estrutural

Conjuntural.

11.5. Soluções para o equacionamento de Déficit Técnico

Nos exercícios de 2013 e 2014, o plano de benefícios apresentou Déficit Técnico correspondente a 11,98% e 17,73%, respectivamente, das Provisões Matemáticas.

Em razão do Processo de “*Cisão parcial do Plano R – CNPB nº 2006.0066-65 e transferência de Gerenciamento do Plano Cindido, Aprovação do Regulamento do Plano de Benefícios CELPA-R e Aprovação do Convênio de Adesão*”, a Entidade apresentou o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico.

11.6. Adequação dos métodos de financiamento

Os métodos de financiamento estão adequados.

11.7. Outros Fatos Relevantes

11.7.1. Estudo de Aderência das Hipóteses

A Entidade promoveu estudo técnico sobre a aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras que comprova a adequação e aderência. O estudo em atendimento à Instrução 7, de 12/12/2013, está disponível para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

11.7.2. Resoluções CNPC N°s 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014

A Entidade não adotou as Resoluções CNPC N°s 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014, para o exercício de 2014, porém, se compararmos a “duration” do passivo, com a Taxa de Juros Parâmetro e seus limites, dispostas na Portaria nº 615, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre os critérios para definição da Taxa de Juros Parâmetro, para o exercício de 2014, verificamos que a taxa real anual de juros utilizada de 5,5% nesta avaliação atuarial, está entre as taxas máxima e mínima permitidas, conforme abaixo, e provavelmente, não impactará na situação econômica e financeira do plano de benefícios.

<i>Duration</i>	11,47 anos	
Taxa de Juros Parâmetro	Limite Inferior	Limite Superior
5,20% a.a.	3,64% a.a.	5,60% a.a.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.

Silvana Egea Paulim
Atuário MIBA 1016

Magda Tsuê Massimoto Ardisson
Atuário MIBA 462

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S.S. LTDA.

27. PARECER DO CONSELHO FISCAL

ATA DA 64^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA REALIZADA EM 26/03/2015

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às 08:30h, na sede social da RedePrev, na cidade de Bragança Paulista – SP, na Rua Teixeira, 467, Bairro Taboão, realizou-se a 64^a Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da RedePrev – Fundação Rede de Previdência, com a presença dos Senhores Conselheiros: Carolina Andrade Cassim – Presidente do Conselho, Daniel Machado e Antônio Cézar Incrocci, além da presença dos membros da Diretoria Executiva da REDEPREV, dos Auditores Independentes, do Sr. João Bosco Contador da RedePrev e da Sra. Magda Tsuê Massimoto Ardisson Atuária da RedePrev, tendo por objeto a seguinte pauta:

- 1) Aprovação do Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) – DPGA, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2014;
- 2) Aprovação da Avaliação Atuarial e do Plano Anual de Custeio período 01/04/2015 a 30/03/2016;
- 3) Discussão sobre o critério de rateio do custeio administrativo dos investimentos nos planos de benefícios.

Dando início à reunião, assumiu a Presidência da reunião do Conselho Fiscal, a Sra. Carolina Andrade Cassim, que agradeceu a presença de todos, convidando em seguida a mim, Daniel Machado, para secretariá-la.

Em seguida, a Sra. Carolina Cassim, leu a pauta do dia, passando a palavra ao Auditor Independente Sr. Ismael Nicomédio, da empresa BDO RCS, que teceu seus comentários a respeito dos trabalhos realizados sobre a auditoria de balanço e demonstrações dos fluxos financeiros do exercício findo 2014, destacando a revisão das Atas de reuniões dos órgãos estatutários da entidade, os procedimentos adotados com relação à circularização, flutuações dos saldos financeiros, análise de eventos subsequentes e revisão das demonstrações contábeis. A conclusão da análise da auditoria foi positiva não existindo nenhuma ressalva ao Balanço e Notas Explicativas do exercício de 2014. Único aspecto que mereceu destaque no parecer dos auditores independentes foi com relação a continuidade da Fundação após as mudanças no controle acionário do Grupo Rede Energia. Após as explicações do auditor independente, os senhores Conselheiros, decidiram aprovar:

- 1) O Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) – DPGA, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2014;

Em seguida de posse da palavra a Sra. Carolina Cassim passou a palavra a Sra. Magda Tsuê, que teceu seus comentários sobre a avaliação atuarial e o plano anual de custeio. Após as explicações da atuária, os senhores Conselheiros, decidiram aprovar:

- 2) A Avaliação Atuarial e o Plano Anual de Custeio para o período 01/04/2015 a 30/03/2016.

Em seguida, o Conselho passou para o terceiro item da pauta, discussão sobre o critério de rateio do custeio administrativo dos investimentos nos planos de benefícios.

Em seguida, o Conselho Fiscal aprovou o critério de rateio das despesas administrativas de investimentos passando de número de participantes para recursos garantidores a partir de abril.

O Conselheiro Cézar Incrocci sugeriu que o contrato para equacionamento do déficit fosse contabilizado no ativo do Plano. Os demais Conselheiros deliberaram pelo registro do contrato no passivo de dívida atuarial. Após a assinatura do parecer, a Diretoria Executiva informou aos membros do conselho fiscal os motivos da existência do Déficit Técnico dos Planos Cemat BD-I, Cemat-OP, Elétricas BD-I, Elétricas-OP e Plano-R e esclareceu que a Diretoria fará monitoramento dessa insuficiência durante o exercício de 2015.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da reunião do Conselho Fiscal ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e impressa a presente ata, que lida e achada conforme, foi devidamente assinada.

Bragança Paulista-SP, 26 de março de 2015.

Presidente do Conselho: Carolina Andrade Cassim

Secretário: Daniel Machado

Conselheiros Membros Efetivos:

Daniel Machado
Antônio Cézar Incrocci
Carolina Andrade Cassim

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da REDEPREV – Fundação Rede de Previdência, abaixo assinados, no pleno exercício das atribuições que lhes confere o artigo 45, do Estatuto Social da entidade, em atendimento à Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2014, Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, em conformidade com o item 17, letra ‘j’, aprovam o Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) – DPGA, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício de 2014, consubstanciada pelo Parecer do ETAA – Escritório Técnico de Assessoria Atuarial, responsável pelos Planos de Benefícios, bem como pelo Relatório dos Auditores Independentes da empresa “BDO RCS Auditores Independentes SS”, recomendam sua aprovação pelo Conselho Deliberativo da REDEPREV, na forma do disposto no artigo 26, inciso XI do Estatuto Social.

Bragança Paulista-SP, 26 de março de 2015.

Presidente do Conselho: Carolina Andrade Cassim

Secretário: Daniel Machado

Conselheiros Membros Efetivos:

Daniel Machado
Antônio Cézar Incrocci
Carolina Andrade Cassim

28. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Referência: Demonstrações contábeis 2014.

Em atendimento à Resolução, CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2014, Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, este Conselho reunido em 26 de março de 2015, analisou a documentação disponibilizada pela entidade, para análise das Demonstrações Contábeis de encerramento do exercício financeiro de 2014 e apresentamos a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

1. Das Demonstrações Contábeis do exercício financeiro de 2014.

- a) Em conformidade com o Anexo “B” e ‘C’, da Resolução CNPC nº. 8, de 31 de outubro de 2011, Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.
- b) Notas Explicativas em conformidade da Resolução CNPC nº. 8, de 31 de outubro de 2011.
- c) Aprovada pela Diretoria Executiva.

2. Dos Pareceres: Atuarial e Auditor Independente

- a) Parecer Atuarial em conformidade com o item 17, letra “i”, da Resolução CNPC nº. 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, emitido pelo ETAA – Escritório Técnico de Assessoria Atuarial.
- b) Relatório do Auditor Independente em conformidade com o item 17, letra “h”, da Resolução CNPC nº. 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, emitido pela BDO RCS Associados Auditoria, Consultoria e Contabilidade.

3. Comentários do Conselho Fiscal

- a) Evolução do Patrimônio da EFPC e dos Planos de Benefícios.
- b) Evolução do Resultado da EFPC e dos Planos de Benefícios.
- c) Evolução do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) consolidado e dos Planos de Benefícios.
- d) Evolução dos Recursos Coletados (contribuições) e Recursos Utilizados (benefícios), consolidado e dos Planos de Benefícios.
- e) Evolução do resultado do Programa de Investimentos.
- f) Evolução do custeio administrativo, limites transferidos, despesas administrativas e do fundo administrativo.
- g) Existência de Déficit Técnico nos Planos Cemat BD-I, Cemat-OP, Elétricas BD-I, Elétricas-OP e Plano-R.

Bragança Paulista-SP, 26 de março de 2015.

Presidente do Conselho: Carolina Andrade Cassim

Secretário: Daniel Machado

Conselheiros Membros Efetivos:

Daniel Machado
Antônio Cézar Incrocci
Carolina Andrade Cassim

29. PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2015

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às 10h30min, na sede social da RedePrev, na cidade de Bragança Paulista/SP, na Rua Teixeira, 467, Bairro Taboão, realizou-se a 24ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da RedePrev – Fundação Rede de Previdência, com a presença dos Senhores Conselheiros: Moisés Carlos Tozze, Filipe Diniz Lima Sotero, Arlindo Antônio Napolitano, Kelly Patricia de Souza e Janmerson Abreu de Sousa. Presentes ainda a reunião, a Diretoria Executiva, o Dr. Marco Antonio Cavezzale Curia – Advogado e Assessor Jurídico da RedePrev, a Dra. Magda Tsuê Massimoto Ardisson Atuária da RedePrev, o Sr. Ismael Nicomédio dos Santos representante da Empresa de Auditoria BDO RCS Auditores Independentes SS, tendo por objeto a seguinte pauta:

- 1) Aprovação do Balanço Patrimonial, das Demonstrações de Resultados, das Demonstrações dos Fluxos Financeiros, das Notas Explicativas, do Relatório Anual da Diretoria Executiva, relativo ao exercício de 2014 e do Parecer dos Auditores Independentes, inciso XI do art. 26 do Estatuto Social.**
- 2) Aprovação da Avaliação Atuarial e do Plano Anual de Custeio período 01/04/2015 a 30/03/2016, inciso IV do art. 26 do Estatuto Social.**
- 3) Discussão sobre o critério de rateio do custeio administrativo dos investimentos nos planos de benefícios.**
- 4) Ciência do Relatório de Controles Internos emitido pelo Conselho Fiscal em 27/02/2015, acerca da aderência das premissas e hipóteses atuariais, da aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios à legislação em vigor e a Política de Investimentos e da aderência à execução orçamentária do PGA – Plano de Gestão Administrativa da REDEPREV - período 2º semestre de 2014, art. 19 da Res. CGPC nº 13/2004.**

Foi registrada a justificada ausência do conselheiro Sr. Milton Henrques de Carvalho Filho – Presidente do Conselho Deliberativo da RedePrev. Dando início à reunião, assumiu a Presidência do Conselho Deliberativo, o Sr. Moisés Carlos Tozze, que agradeceu a presença de todos, convidando em seguida a mim, Arlindo Antônio Napolitano, para secretariá-lo.

Debatido os assuntos objeto da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade dos presentes decidiram:

- 1) Aprovação do Balanço Patrimonial, das Demonstrações de Resultados, das Demonstrações dos Fluxos Financeiros, das Notas Explicativas, do Relatório Anual da Diretoria Executiva, relativo ao exercício de 2014 e do Parecer dos Auditores Independentes, inciso XI do art. 26 do Estatuto Social.** Pela aprovação do Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) – DPGA, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2014, após apresentação do Auditor Externo Sr. Ismael Nicomédio dos Santos representante da Empresa de Auditoria BDO RCS Auditores Independentes SS.

- 2) Aprovação da Avaliação Atuarial e do Plano Anual de Custeio período 01/04/2015 a 30/03/2016, inciso IV do art. 26 do Estatuto Social.** O Conselho aprovou o Plano Anual de Custeio para o período de 01/04/2015 a 30/03/2016, após apresentação da atuária Sra. Magda Tsuê da empresa ETAA – Escritório Técnico de Assessoria Atuarial. O Plano é parte integrante desta Ata. O Conselho aprovou a reversão do Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar do Plano Cemat OP para cobrir o déficit técnico, conforme Art. 73 do Regulamento do Plano Cemat OP.

3) Discussão sobre o critério de rateio do custeio administrativo dos investimentos nos planos de benefícios. Aprovou alteração do critério de rateio das despesas administrativas de investimentos passando de número de participantes para recursos garantidores a partir de abril.

4) Ciência do Relatório de Controles Internos emitido pelo Conselho Fiscal em 27/02/2015, acerca da aderência das premissas e hipóteses atuariais, da aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios à legislação em vigor e a Política de Investimentos e da aderência à execução orçamentária do PGA – Plano de Gestão Administrativa da REDEPREV - período 2º semestre de 2014, art. 19 da Res. CGPC nº 13/2004. Foi entregue a todos os presentes uma cópia Relatório de Controles Internos, emitido pelo Conselho Fiscal em 27/02/2015.

Outros Assuntos:

5) Deliberação sobre a venda das ações da Rede Energia – REDE 3. Com a palavra o Sr. André Bolonha lembrou que o conselho em sua última reunião decidiu não se manifestar sobre a venda das ações da Rede Energia, pedindo para aguardar outra oportunidade para analisar a questão. A Diretoria Executiva contratou o Consultor Financeiro Sr. Everaldo França da PPS Portfólio Performance para apresentar um relatório econômico financeiro sobre as perspectivas do referido ativo. Em seguida o senhor Everaldo França teceu comentários sobre a análise realizada.

6) Imóveis da Av. Paulista, o Conselho Deliberativo aprovou a locação dos imóveis da Av. Paulista pelo valor de mercado.

Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente do Conselho ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e impressa a presente ata, que lida e achada conforme, juntamente com seus anexos, foi devidamente assinada pelos presentes.

Bragança Paulista/SP, 26 de março de 2015.

Conselheiros presentes:

Presidente: Moisés Carlos Tozze

Secretário: Arlindo Antônio Napolitano

Conselheiros Membros Efetivos:

Moisés Carlos Tozze

Arlindo Antônio Napolitano

Filipe Diniz Lima Sotero

Kelly Patricia de Souza

Janmerson Abreu de Sousa

ENCERRAMENTO

30. EXPEDIENTE

REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPJ: 06.056.449/0001-58

Sede:

Rua Teixeira, 467 – Taboão – Bragança Paulista/SP
CEP: 12916-084 – Fone: (11) 4481-9600.

Escritórios Regionais:

Quadra 104 Norte, Rua NE 11, s/n, Lote 18 Conj.04 Sala 02, Plano Diretor Norte
Palmas/TO – CEP:77.006-030 – Fone: (63) 3219-5036.

Av.General Valle, 321, 7º Andar Sala 706 – Edifício Marechal Rondon – Bandeirantes
Cuiabá/MT – CEP: 78.010-020 – Fone: (65) 3624-7750.

Rua Dom Alberto Galdêncio Ramos, 64 – Bairro Nazaré
Belém/PA – CEP: 66.035-140 – Fone: (91) 3242-7799.

www.fundacaoredeprev.com.br

Editado sob a responsabilidade da Diretoria.

Produção:

Plus Interativa

Tel: (21) 2524-7816 / 2524-9790

www.plusinterativa.com

Jornalista Responsável:

Carlos Lisboa / Plus (MTB 33650/RJ)



**RELATÓRIO
ANUAL
2014**

(11) 4481-9600

www.fundacaoredeprev.com.br

faleconosco@fundacaoredeprev.com.br